

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E
NARRATIVAS**

**A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE
SÃO LUÍS (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre
Educação Ambiental e Ensino de História**

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

SÃO LUÍS
2017

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

**A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE
SÃO LUÍS (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre
Educação Ambiental e Ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

SÃO LUÍS
2017

Araújo, Ana Raquel Alves de.

A Campanha Ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre Educação Ambiental e Ensino de História. / Ana Raquel Alves de Araújo. – São Luís, 2017.

131 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof. Dr^a. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Educação ambiental. 3. Movimento ecológico.
4. Comitê de Defesa da Ilha de São Luís I. Título

CDU: 37.03 (812.1): 93/97

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

**A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE
SÃO LUÍS (1980-1984): uma proposta pedagógica para a integração entre
Educação Ambiental e Ensino de História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão - PPGHEN

Prof^ª Dr^ª Edilza Joana Oliveira Fontes
Universidade Federal do Pará - PPHIST

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva
Universidade Estadual do Maranhão - PPGHEN

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho
Universidade Estadual do Maranhão - PPGHEN

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Fátima e Aristófanes, que estão sempre ao meu lado dando apoio e amor.

Às minhas irmãs, Laura, Ligia e Régia, pela cumplicidade e o carinho constante, aumentados nesses últimos tempos, em que nos tornamos mais amigas e companheiras uma das outras.

Ao meu companheiro e amor, Alvaro, pela dedicação diária repleta de carinho, atenção e bom humor, e que sempre consegue me desarmar de qualquer negatividade.

Ao meu sobrinho, Miguel, que me traz alegria na sua inocência de criança e por quem eu sou apaixonada.

Aos meus colegas do G6, Fran, Márcio, Meiri, Ap e Leonor, pela cumplicidade e pela amizade construída nesses dois anos de mestrado.

A minha orientadora, Monica, exemplo de profissional de alta performance, sempre disposta a ajudar e a contribuir para o crescimento acadêmico dos seus orientandos.

Ao PPGHEN, pelas oportunidades de aprendizado e reflexão sobre a prática pedagógica no ensino de História.

À FAPEMA, pelo auxílio financeiro, ao conceder uma bolsa de pesquisa pelos dois anos de mestrado, permitindo que realizasse meu trabalho de maneira tranquila e exclusiva.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a inserção da educação ambiental no ensino de história a partir da trajetória do primeiro movimento ecológico maranhense, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Esse movimento surgiu em 1980 e empreendeu uma campanha contra a instalação de uma sucursal da ALCOA (*Aluminium Company of American*), considerada a transnacional mais poderosa do setor de fabricação de alumina e de alumínio primário. Inicialmente, foram discutidos os fundamentos da questão ecológica, e suas consequências, como a proposição da educação ambiental. A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada para analisar o surgimento dos novos movimentos sociais no Brasil durante a Redemocratização, incluído o movimento ecológico. Posteriormente, foi realizada a análise de fontes da imprensa escrita, especificamente reportagens do “Jornal Pequeno”, para a construção da trajetória do Comitê entre os anos de 1980 e 1984. Os resultados da pesquisa possibilitaram a escrita de sugestões para o uso da temática em sala de aula permitindo a inserção da educação ambiental no componente curricular de história.

Palavras-chave: Ensino de História, Educação Ambiental, Movimento Ecológico, Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, Redemocratização.

ABSTRACT

ECOLOGICAL CAMPAIGN OF THE “COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE SÃO LUÍS” (1980-1984): a pedagogical proposal for integration between Environmental Education and Teaching of History

This research aims to debate the insertion of the Environment Education in the Teaching of History based in the trajectory of the first environmental movement of the Maranhão, the “Comitê de Defesa da Ilha de São Luís”. This movement started in 1980 and executed a campaign against the installation of na ALCOA’s factory (*Aluminium Company of American*), considered the most powerful transnational Corporation which produces alumina and aluminum. For beginning, it was discussed the elements of the environmental question and its consequences with the proposal of the environmental education. The bibliografy research was the methodology to analyze the emergence the new social movements in Brazil during the redemocratization, including the environmental movement. Followed the analysis of sources of the written press, specifically news from the “Jornal Pequeno”, for the production of the trajectory of the Comitê between 1980 and 1984. The results of the researchs enabled the suggestions for classroom use allowing the introduction of the environmental education in History.

Keywords: Teaching of History, Environmental Education, Environmental Movement, Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, Redemocratization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Cadeia Produtiva do Alumínio	72
Imagem 2 – Foto aérea de “lagoas de lama vermelha” na Alumar.....	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Golfão Maranhense	69
Mapa 2 – Ilha de São Luís	71
Mapa 3 – Grandes Projetos	74
Mapa 4 – Amazônia Legal	77

LISTA DE SIGLAS

- ABI – Associação Brasileira de Imprensa
- AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- ALCOA – *Aluminium Company of America*
- ALUMAR – Alumínio do Maranhão
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- CBA-MA – Seção Maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PEA – População Economicamente Ativa
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- SERNAT – Secretaria Estadual de Recursos Naturais
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de insumos para a produção de Alumina – ano 2009.....	74
Tabela 2 – Quantidade de Insumos para a produção de Alumínio – ano 2009.....	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: Possibilidades e desafios	21
1.1 O surgimento da Questão Ecológica: pressupostos teóricos e implicações sociais	21
1.2 Educação ambiental: fundamentos e proposta.....	27
1.3 Educação ambiental na legislação brasileira	31
1.4 Meio Ambiente no Ensino de História	37
CAPÍTULO 2 – A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO ECOLÓGICO NO BRASIL	46
2.1 Os movimentos sociais na Transição Democrática	46
2.2 Os movimentos ecológicos no Brasil	57
CAPÍTULO 3 – A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE SÃO LUÍS.....	68
3.1 A Ilha de São Luís sob ameaça: devastação ambiental, espoliação econômica e injustiça social	68
3.2 O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís e a Campanha Ecológica	81
CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: sugestões didático-metodológicas	90
4.1 Possibilidades do Ensino de História.....	90
4.2 O uso didático de jornal no Ensino Médio: Estudo Dirigido e Diálogo entre textos jornalísticos.....	93
4.3 O uso didático de jornal no Ensino Fundamental: Diálogos entre textos jornalísticos e Debate.....	96
4.4 Projeto interdisciplinar	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	113
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

A introdução da questão ambiental no ensino de história está inserida no contexto de inovação do ensino de forma geral sob a perspectiva de incluir os temas que permeiam o cotidiano dos alunos na sala de aula. A temática ambiental apresenta problemáticas urgentes e desafios sociais, econômicos e ambientais que justificam a sua inserção no currículo escolar para fornecer os subsídios teóricos adequados para os alunos enfrentarem essa realidade.

Dentre os objetivos da proposta de inserção dos temas do cotidiano está o questionamento da realidade a partir da identificação dos problemas e suas possíveis soluções. A escola não pode estar alheia tanto às questões de degradação do meio ambiente, que no século XX alcançou a capacidade de destruir o planeta, quanto ao papel da História, academicamente e no âmbito do ensino que é historicizar tais questões, ou melhor, desnaturalizar o paradigma que sustenta a atual civilização, deixando explícito o protagonismo dos seres humanos na situação planetária.

Porém, trabalhar o meio ambiente no componente curricular de história ainda se constitui em uma novidade que traz diversas indagações sobre como realizar essa tarefa. Este trabalho é uma proposta de discussão da questão ambiental pelo viés da atuação dos movimentos ecológicos, que foram imprescindíveis para dar visibilidade para a temática a partir da década de 1970. Destaca-se, assim, a ação de sujeitos históricos questionando o modelo de desenvolvimento, permitindo incluir os referidos movimentos como tema curricular que valoriza as lutas políticas travadas pelos movimentos sociais, ao mesmo tempo que coloca em debate “a relação entre o homem e a natureza, nas dimensões culturais e materiais, individuais e coletivas, contemporâneas e históricas” (BRASIL, 1998, p. 48).

Esta pesquisa propõe a discussão da campanha ecológica promovida pelo movimento ecológico Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como possibilidade de incluir a temática ambiental na disciplina de história. Surgido em 1980, esse movimento empreendeu uma campanha contra a instalação de uma sucursal da ALCOA (*Aluminium Company of American*) Mineração S.A., considerada a transnacional mais poderosa no grupo das chamadas seis irmãs¹ do setor de fabricação de alumina e de alumínio primário, que depois se tornou, em 1981, o Consórcio ALUMAR – Alumínio do Maranhão, formado pelas empresas Alcoa, Rio Tinto Alcan e BHP Billiton. A sua instalação contou com o favorecimento dado

¹ ALCOA (norte-americana), KAISE (norte-americana), REYNOLDS (norte-americana), ALCAN (canadense), ALUSUISSE (suíça), PECHNEY (francesa) (FEITOSA, 1994, p. 364).

pelo governo estadual da época² e pelo governo federal³ para consolidar o empreendimento. Esse apoio governamental foi dado mesmo com o parecer desfavorável do Grupo Especial de Trabalho composto pelo próprio governo de João Castelo. O documento relatava riscos ao meio ambiente (FEITOSA, 1994, p. 365), como a contaminação das águas, tanto subterrâneas como do estuário, pelos resíduos dessa cadeia produtiva conhecidos como lama vermelha.

Diante desse quadro, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís assumiu um posicionamento ativo de combate a esse empreendimento manifestando ousadia ao impor resistência social ainda no período autoritário da política brasileira, ao mesmo tempo em que questionava a política desenvolvimentista que vinha sendo difundida pela Ditadura Empresarial Militar⁴.

Essa atuação do Comitê foi característica da conjuntura de fins dos anos 1970 e por toda a década seguinte em que a sociedade civil brasileira, em especial os movimentos sociais, mostrou-se engajada na reconstrução da democracia no país e inseriu novos temas na esfera pública, como a preservação ambiental e a necessidade da mudança de comportamento em relação ao meio ambiente.

Para analisar esse contexto social utilizo o conceito de sociedade civil a partir dos aportes teóricos formulados pelo pensador italiano Antonio Gramsci (1999) a respeito do “problema do Estado”. Enquanto Marx relacionava a sociedade civil com a base material, a construção de baixo (*unterbau*), ou seja, com o que se convencionou chamar de infraestrutura, Gramsci a identifica com a construção de cima (*überbau*)⁵, ou com a superestrutura, ou seja, com tudo que está relacionado ao *Geist* (Espírito), que é engendrado pela consciência (COUTINHO, 1988, p. 73-74).

² O governo estadual na época era comandado por João Castelo (1979-1982), filiado à ARENA, que chegou ao poder por meio de eleições indiretas, sendo escolhido em 1978 pelo presidente Ernesto Geisel.

³ O Executivo Federal era ocupado por João Figueiredo, último presidente militar do país, que governou de 1979 a 1984.

⁴ O termo Empresarial Militar é referente às elaborações de René Dreifuss em sua obra *1964: A conquista do Estado*, em que defende que a sociedade civil participou de maneira preponderante na organização do golpe militar. Os civis, a que o autor se refere, se reuniram no complexo IPES/IBAD. Após o golpe chegaram a ocupar cargos na burocracia estatal. Demian Bezerra de Melo corrobora com esse entendimento. No artigo *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, esse autor aponta que o golpe foi arquitetado com o apoio de civis, especificamente a classe burguesa e empresarial, articulados no IPES. Essa instituição foi criada no início do governo de João Goulart e foi responsável pela campanha de desestabilização e pelo golpe de Estado, indo mais além, ao planejar um projeto de poder que se estruturou durante todo o período ditatorial.

⁵ As versões em português da *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859), de Karl Marx, traduzem os termos *überbau* e *underbau*, respectivamente como superestrutura e infraestrutura, quando o termo alemão *bau* significa construção, que induz a questionar com a ideia de determinismo que os termos convencionais (superestrutura e infraestrutura) apresentam para as análises históricas.

Esse entendimento da sociedade civil como produtora da superestrutura se configurou na valorização dos elementos ideológicos. Isso é decorrente do reconhecimento da intensificação da socialização da política e da formação de sujeitos políticos coletivos no século XX. Gramsci viveu esse processo de emergência de partidos de massa e da conquista do sufrágio universal pelas classes subalternas e por isso compreendeu a ação política e a vida estatal a partir de uma “dupla perspectiva”, que relaciona, segundo suas próprias palavras, a

natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (...), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia (GRAMSCI, 1999, p. 33).

Carlos Nelson Coutinho (1988) oferece uma explanação para o melhor entendimento do problema do Estado formulado pelo autor sardenho:

a *sociedade política*⁶ [...], que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias (grifos do autor) (COUTINHO, 1988, p. 76).

A sociedade civil realiza uma atuação “sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, modos de pensar e de atuar” (GRAMSCI, 1999, p. 23-24), ou seja, atua pela busca do consenso, que será disputado na esfera ideológica.

De acordo com Gramsci,

o exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 1999, p. 95).

Dessa forma, o domínio das classes dominantes se faz a partir do consenso alcançado pela proliferação da sua ideologia via órgãos de opinião pública. Porém, essas classes estão suscetíveis às resistências das classes dominadas, que podem produzir contra ideologias e promover ações políticas que vão desde manifestações pacíficas até intervenções mais ameaçadoras para os que detêm o poder.

⁶ Também chamada de *Estado em sentido estrito* ou *Estado Restrito*.

No caso da Transição Democrática no Brasil, falar das mobilizações da sociedade civil não significa homogeneizar a atuação das classes sociais. Uma das vertentes explicativas aponta que as classes dominantes só se colocaram na oposição do regime ditatorial como reação à crise econômica iniciada em 1974. Até esse momento, as classes burguesas e empresariais estavam juntamente com os militares conduzindo o país. Isso começou a se modificar quando o governo tomou a decisão de resolver a crise com a expansão das estatais afetando diretamente os rendimentos das empresas multinacionais e dos bancos internacionais. A partir daí a burguesia iniciou uma campanha contra a estatização da economia, chegando a tomar

a iniciativa do debate em relação a outros setores da sociedade, restringindo a discussão da crise aos aspectos de maior interesse do grande capital. Tentava, ainda, abafar os temas de interesse popular, como o achatamento de salários e a alta do custo de vida, ofuscar o protesto popular contra a outra face do milagre [...]. Para a burguesia, a outra face do milagre era a estatização “indesejada” da economia, e não a degradação nas condições de vida dos migrantes, a deterioração no meio ambiente e o colapso dos serviços públicos (KUCINSKI, 2001, p. 19-20).

Porém, a tentativa da burguesia de desviar a atenção dos efeitos sociais gerados pela recessão econômica encontrou no caminho os movimentos sociais populares, formado pelos setores que mais sofreram com a política econômica e os projetos de desenvolvimento elaborados e empreendidos no período pós-1964. Mesmo segurando a bandeira de redemocratização junto com as classes dominantes, os setores populares não se acomodavam passivamente aos projetos vindos “de cima”, mas exploravam possibilidades propiciadas pelo clima de abertura política (SADER, 1988, p. 183).

Os anos da redemocratização também foram marcados pelos movimentos sociais que ampliaram a luta social para além da questão de classe. A diversidade de atores sociais, vindos das camadas marginalizadas e/ou da classe média eram expressões da sociedade civil desenvolvendo uma força social que apresentava reivindicações inéditas para a sociedade brasileira.

As elaborações deste trabalho partem da conceituação de Maria da Glória Gohn (2010), na obra *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, sobre os movimentos sociais:

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As

ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses comuns (GOHN, 2010, p. 251).

Os movimentos sociais que emergiram na sociedade brasileira durante a Transição, e que o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís é um exemplo, representaram a quebra do consenso, ao produzirem e/ou divulgarem ideologias que podem ser caracterizadas como contra hegemônicas por assumirem lutas que confrontavam os privilégios das classes dominantes.

Gohn (2010) caracteriza o movimento ecológico como parte dos novos movimentos sociais porque, segundo a sua interpretação, nesses movimentos o conflito de classe não é o ponto central. Mas isso não significa dizer que a questão de classe está apartada da questão ambiental. A própria concepção da questão ecológica, que se pretende holística, introduz a questão classista porque concebe a totalidade dos elementos que compõem a realidade.

O Comitê inseriu na sociedade maranhense, por meio de palestras, caminhadas, atos públicos, distribuição de panfletos, temas como lixo químico, acúmulo de poluição, e ecologia de forma geral, além de questões relacionadas aos trâmites de instalação da fábrica de alumina e alumínio, como as denúncias de corrupção e privilégios dados à multinacional ALCOA Mineração S.A. Promoveu, assim, por meios informais, uma educação ambiental, educando e informando a população. Constituíu-se em uma voz que destoava das propagandas do governo e das classes dominantes favoráveis à instalação da indústria de alumínio na ilha de São Luís.

Para reconstruir a campanha promovida pelo Comitê contra o consórcio siderúrgico consulte na Biblioteca Pública Benedito Leite o “Jornal Pequeno”, que apresentou conteúdo referente às consequências ambientais do empreendimento ALCOA Mineração S.A. e fugiu do discurso sobre os benefícios do complexo industrial, em especial sobre a oferta de empregos como estratégia de convencimento.

Essa observação realizada pela leitura dos jornais é também compartilhada por Protásio César dos Santos (2010) em sua tese *Discursos da mídia impressa sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S. A. em São Luís, Maranhão*, que analisou, além do “Jornal Pequeno”, os periódicos maranhenses “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial”.

No momento da implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., a mídia impressa estava representada pelo jornal “O Estado do Maranhão” apoiado pelo governo estadual da época, portanto favorável ao empreendimento, e pelo “Jornal Pequeno” que define e manifesta uma posição contrária à implantação da ALCOA MINERAÇÃO S.A., em apoio ao Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (SANTOS, 2010, p. 19).

O autor analisou principalmente esses dois jornais por eles apresentarem opiniões explícitas e opostas quanto à instalação da fábrica de alumínio. Para este trabalho interessam as reportagens do “Jornal Pequeno” porque apresentaram um discurso contrário ao da ideologia desenvolvimentista ao inserir a questão ecológica no debate, quebrando o consenso da sociedade civil, e ainda servindo de porta-voz do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (SANTOS, 2010, p. 173).

Assim, o uso das matérias produzidas pelo “Jornal Pequeno” leva em consideração o seu alinhamento ideológico com o discurso do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, como é possível vislumbrar no perfil do jornal traçado por Santos (2010) sobre o tema do meio ambiente.

Categorias do discurso do “Jornal Pequeno”

Ações do governo	Ressaltam os projetos e as atitudes ambientais que não preservam o meio ambiente.
Poluição do lençol freático	Alerta sobre os problemas de desastre com o lençol freático da ilha.
Denúncia dos conflitos socioambientais	Alerta sobre problemas ecológicos e sociais.
Lutas ambientais e de movimentos sociais	Alerta para os riscos ambientais (poluição do ar, do mar e dos rios) e os conflitos com os movimentos sociais.

Fonte: SANTOS, 2010, p. 172.

A pesquisa documental se limita, dessa forma, às matérias jornalísticas apresentadas pelo “Jornal Pequeno”, e que apresentam como tema a questão ambiental. O objetivo é, a partir delas, delinear a campanha ecológica empreendida pelo Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, e como foi articulada para educar a sociedade maranhense quanto ao tema ecológico suscitado pelas consequências da instalação da ALCOA Mineração S.A.

O “Jornal Pequeno”, aqui utilizado como fonte histórica, foi fundado por José Ribamar Bogéa, em 29 de maio de 1951. Na década de 1980 possuía uma tiragem de 3 mil exemplares por semana, e 5 mil aos domingos. Não possuía cadernos e nem apresentava editoriais. Cada exemplar costumava ter 8 páginas. De orientação ideológica independente, era reconhecido pelos ataques aos grupos governistas. Havia uma ênfase muito forte aos acontecimentos locais, principalmente em relação aos casos de violência e crimes (SANTOS, 2010, p. 165-166).

Esse jornal foi escolhido por expor e tomar para si as opiniões do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Em várias matérias do recorte temporal aqui pesquisado (1980-1984), o periódico evidencia o seu posicionamento político alinhado ao Comitê, inclusive oferecendo

espaço para a divulgação de materiais produzidos pelo movimento, engrossando o coro dos insatisfeitos com o projeto da fábrica de alumínio no Maranhão.

Este jornal assumiu um posicionamento corajoso em defesa das questões ecológicas. Preocupa-se com a problemática da poluição que constitui grave ameaça à saúde humana. JORNAL PEQUENO transformou-se no grande advogado da ecologia, cujo dia se comemorou neste 5 de junho. (...) A nossa posição está definida: somos defensores intransigentes da ecologia (DIA da ecologia. *Jornal Pequeno*, 6 de junho de 1981, p. 3).

E complementa: O Comitê representa

uma resistência popular contra as ALCOAS que querem destruir a nossa cidade, transformando-a em lixeira. (...) um trabalho de conscientização do Povo, que participa ativamente desse grande movimento ecológico, que preocupa a ALCOA e o governo do Estado que serve a seus interesses, conivente na implantação de sua usina, altamente poluente, em São Luís (O COMITÊ é uma ideia. *Jornal Pequeno*, 14 de maio de 1981, p. 2).

Entre janeiro de 1980 até agosto de 1984, quando foi inaugurada a Alumar, foram encontradas 385 matérias com referência ao tema da instalação da fábrica de alumínio, à poluição de maneira geral e ao meio ambiente. O “Jornal Pequeno” dava grande visibilidade ao tema ecológico e ao grupo de resistência.

A análise das reportagens segue, assim, uma linha de compreensão de que o próprio “Jornal Pequeno” é partícipe do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, e através de suas publicações é possível realizar a pesquisa sobre a campanha empreendida pelo movimento, na tentativa de delinear como foi construída a educação ambiental promovida pelo Comitê, percebendo como a questão ambiental foi assimilada.

Este trabalho compreende que o surgimento do Comitê é resultado de uma demanda contingencial, ou seja, não se formou a partir de grupos de discussões sobre a preservação do meio ambiente, em que seus participantes se considerassem ecologistas/ambientalistas. Consolidou-se mais como um movimento de denúncia, que mobilizou a sociedade maranhense para fazer frente às ações tanto do governo como da multinacional.

Nessa tarefa de compreensão do movimento ecológico foi imprescindível o trabalho de Eduardo Viola (1987), *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986)*, que foi pioneiro na discussão do ambientalismo brasileiro, e que depois foi sendo atualizado. Por essa obra é possível delinear a constituição dos movimentos ecológicos brasileiros, bem como em relação aos seus silêncios quando não inclui as associações ambientalistas formadas em outras regiões que não a Sul e a Sudeste do país. De qualquer forma, por tal trabalho se vislumbra a

dimensão da discussão ecológica no país, bem como seus limites e potencialidades diante da ação de degradação ambiental.

Obviamente para delinear os contornos do ambientalismo no Brasil foi primordial o aprofundamento na base filosófica da questão ambiental a partir da obra do físico Fritjof Capra (2006), *O Ponto de mutação*, em que o atual paradigma da ciência e por consequência de civilização é questionado com base nos problemas não resolvidos da sociedade. Mais que uma crise do e no meio ambiente, a sociedade mundial vive uma crise civilizatória. As atuais bases de entendimento da realidade não permitem uma visão holística porque ainda estão limitadas a visão mecanicista oriunda da ciência moderna que se constituiu a partir do século XVI. Assim, o novo paradigma deve reconhecer a interdependência dos fatores na análise dos fenômenos como partes da totalidade, bem como a inserção dos seres humanos na natureza.

Essa discussão filosófica e a pesquisa da trajetória das ações coletivas do Comitê em defesa da ilha maranhense são uma oportunidade para introduzir a temática da questão ambiental no componente curricular de história. Sobretudo porque a relação sociedade-natureza não chega a constituir tema recorrente da disciplina história, demonstrando a tradição de um conhecimento que geralmente desconsidera o meio ambiente e, principalmente, trata os seres humanos como apartados da natureza.

A inserção da natureza no currículo de história é uma proposta surgida a partir da educação ambiental, que foi definida para integrar o currículo de maneira transversal. O ponto chave que se pretende relacionar nesse trabalho é a introdução dessa proposta na disciplina história com o objetivo de contribuir para o processo de conscientização das pessoas sobre a questão ambiental, que requer uma mudança de perspectiva sobre o meio ambiente, bem como uma mudança de atitude condizente com a sua preservação.

Esclarecido o objeto deste trabalho e seus pressupostos teóricos, ele está dividido em quatro capítulos, organizados da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, intitulado **Educação Ambiental, Meio Ambiente e Ensino de história: possibilidades e desafios**, busquei fundamentar o tema da pesquisa, abordando a emergência da questão ecológica no século XX como necessidade gerada devido aos impactos causados pelo modelo de relacionamento da humanidade com o meio ambiente, que resultou na formulação da educação ambiental. No Brasil, a sua inserção na rede de ensino é marcada por uma legislação que segue os marcos internacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Temas Transversais – Meio Ambiente (1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012). A proposta de Educação Ambiental se baseia em uma perspectiva holística, devendo ser trabalhada em todos os componentes curriculares, tanto

como tema específico, como também tema transversal. No ensino de história, tal proposta se constitui em novidade e em desafio, visto que o meio ambiente, em especial, o natural, geralmente está ausente das aulas de história. O objetivo principal é inserir a natureza no viver social, demonstrando a interação entre sociedade e natureza ao longo do tempo.

No segundo capítulo, **A emergência do movimento ecológico no Brasil**, abrange o contexto do surgimento dos novos movimentos sociais na Transição Democrática, seguido pela exposição do movimento ecológico no Brasil, que necessariamente implica uma referência à formação do movimento ecológico nos países de capitalismo avançado permitindo compará-los com o Brasil estabelecendo quais os condicionantes estruturais que engendraram diferenças na constituição das associações ambientais.

Posteriormente, correspondendo ao terceiro capítulo, **A Campanha ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís**, é analisado o esforço de esclarecimento público realizado por esse movimento ecológico junto à sociedade maranhense, e também à brasileira, sobre a questão ambiental durante a implantação do Consórcio Alumar. Primeiramente são abordados os riscos à ilha de São Luís no caso da implantação da indústria de alumínio, seguida da explanação sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís dentro da teoria dos movimentos ecológicos brasileiros e a campanha de conscientização empreendida por esse movimento.

No quarto capítulo, intitulado **Educação ambiental no ensino de história: sugestões didático-metodológicas**, proponho trabalhos que podem ser realizados a partir da pesquisa sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como valorização da história local a partir de uma prática interdisciplinar por meio de projetos, e do uso de jornais como recurso para inovar no ensino de história.

Ao final deste trabalho estão listadas as reportagens coletadas na pesquisa, organizadas em ordem cronológica nos Apêndices. O levantamento extenso tem a intenção de auxiliar o professor no uso das edições do jornal para outros usos que não somente os apontados no capítulo 4. As possibilidades de trabalho metodológico são inúmeras cabendo ao professor a criatividade de inovar na sua prática docente.

Para finalizar, espero que as reflexões descritas nas páginas seguintes possam ampliar as discussões acerca da temática ambiental no ensino de história a partir da proposta que este trabalho apresenta, oferecendo novos elementos de análise e de debate para a sala de aula, bem como para o profissional que se aventure na tarefa ainda inovadora de pensar a sua realidade de maneira holística.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: Possibilidades e desafios

“a raiz do nosso dilema ambiental reside no fato de que nós aprendemos a analisar e a pensar o mundo dividindo-o em pedaços. Não aprendemos porém, a pensar no mundo juntando-o novamente”

Tanner

“O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo”

Enrique Leff

“a humanidade é uma pequena frase ao fim de uma nota de rodapé na última página ao longo do compêndio da vida no planeta”

José Augusto Drumond

Neste capítulo, apresento os subsídios teóricos para a escolha da atuação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como objeto para elaboração de uma proposta pedagógica capaz de promover um debate profícuo sobre a relação entre sociedade e natureza no componente curricular de História. Início abordando o surgimento da questão ecológica, apresentando as reflexões em torno da crise de paradigma iniciada em meados do século XX e suas consequências, ainda tímidas, na reformulação da ciência, mas que resultaram na necessidade de se pensar uma educação ambiental. Disso parto para pensar essa educação, que foi formulada a partir de um enfoque holístico, capaz de apreender a complexidade que a questão impõe à humanidade. Sigo com a análise de documentos oficiais que tratam da questão ecológica no Brasil e que estão relacionados especificamente com a educação formal, ou seja, com a inserção da educação ambiental nas instituições educativas: os Parâmetros Curriculares Nacionais dos Temas Transversais – Meio Ambiente (1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012). E, por último, discuto a inserção do tema do meio ambiente no ensino de história, tentando perceber quais os caminhos mais pertinentes para o desenvolvimento dessa temática nesse componente curricular.

1.1 O surgimento da Questão Ecológica: pressupostos teóricos e implicações sociais

A preocupação com a preservação da natureza, como tema de análise teórica e de formulação de propostas de intervenção política e social, não é uma novidade da segunda metade do século XX. Intelectuais de séculos anteriores adentraram na área, hoje chamada ecologia, com inquietações semelhantes às da contemporaneidade. Para falar somente do

Brasil, cito nomes como José Bonifácio, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Gilberto Freyre⁷ e o maranhense Coelho Neto⁸, que embora não sendo o tema central das suas obras, teorizaram sobre o uso dos recursos naturais na economia brasileira, antecipando a questão ambiental no país. Nos respectivos momentos históricos dos estudiosos, a relação sociedade-natureza passou despercebida devido à interferência humana não representar uma ameaça real à sobrevivência de mulheres e homens. Primeiro, porque não havia uma superpopulação em disputa pelos recursos naturais e, segundo, a própria dimensão planetária da natureza, que hoje se sabe que é interdependente, ainda não era reconhecida.

O momento crucial para a questão ambiental surgir, de maneira urgente e prioritária, foi ao final do segundo conflito mundial em que ficou evidente que o desenvolvimento tecnológico e científico permitiu a criação de armas com alto poder de destruição. Além da divisão do átomo, a tecnologia possibilitou a produção de mercadorias de maneira cada vez mais rápida, acelerando o consumo e, por conseguinte, a produção de lixo. A utilização de combustíveis fósseis demonstrou que as reações químicas nos motores resultavam em poluentes, interferindo negativamente nos ciclos da natureza.

Na década de 1970, o historiador inglês Arnold Toynbee (1979) alertava para o efeito devastador do impacto dos seres humanos sobre a biosfera:

A população humana da biosfera está crescendo num ritmo acelerado, e esta população crescente está se concentrando em cidades gigantescas. Uma vez que a maioria da humanidade é ainda indigente, o crescimento das cidades toma principalmente a forma de uma proliferação de favelas de parasitas (sic), habitada por migrantes desempregados e talvez inaproveitáveis (sic), vindo das áreas rurais (...). A minoria que produz utilidades industriais ou comestíveis e matérias-primas orgânicas, por processos mecânicos muito poderosos e cada vez mais sofisticados, está poluindo a camada atmosférica e a água da biosfera com os produtos residuais de suas atividades pacíficas, mesmo quando não devasta a flora ou destrói a fauna (a humana e a não-humana) com operações militares intencionalmente destrutivas (TOYNBEE, 1979, p. 700).

Com ressalvas aos termos utilizados pelo autor para designar a população pauperizada concentrada nas grandes cidades, toda essa situação se constituiu em ameaça à vida dos seres humanos e interferiu na saúde das pessoas não somente de maneira individual, mas também, social. Acompanhando essa desagregação do meio ambiente natural e da vida das maiorias se

⁷ Para mais informações sobre as primeiras manifestações das reflexões políticas sobre a relação sociedade-natureza no Brasil ver PÁDUA, 1987.

⁸ O historiador Eulálio de Oliveira Leandro compilou os textos de Coelho Neto com a temática ecológica, resultando na obra *Coelho Neto e a ecologia no Brasil (1898-1928): Coelho Neto, pioneiro nas lutas ecológicas no Brasil*.

constatou que o avanço científico e tecnológico não foi suficiente para evitar episódios desumanos, como as guerras e genocídios ao redor do planeta. Essa mesma ciência não conseguiu acabar com problemas econômicos e sociais, como a inflação, o desemprego e a distribuição desigual de renda e riqueza. A *intelligentsia* se mostrou incapaz de resolver tais problemas.

Fritjof Capra (2006), físico austríaco, oferece um episódio representativo da crise instalada. Segundo ele, destacados intelectuais norte-americanos, ao final da década de 1970, “admitiam ser incapazes de resolver os mais urgentes problemas políticos da nação” (CAPRA, 2006, p. 23). Assim também observou Eric Hobsbawm (2014) ao comentar que ninguém sabia o que fazer a respeito dos “caprichos da economia mundial, nem possuía instrumentos para administrá-la” (HOBSBAWM, 2014, p. 398). E se as mentes consideradas as mais brilhantes do mundo não conseguiam solucionar essa crise, a humanidade se encontrava, e se encontra, numa situação alarmante, tanto no que diz respeito ao conhecimento sobre o processo que a aflige, como em relação à descoberta das possíveis saídas desse quadro.

Vários teóricos, de diversas áreas, reconhecem que o processo se trata de uma crise cultural, também chamada de paradigmática, que inauguraria o período da pós-modernidade. Isso é bem perceptível no campo da disciplina história⁹.

A causa para essa crise de ideias, que colocou em xeque o paradigma civilizatório, é a própria base na qual se firmou esse paradigma: o conhecimento fragmentado da realidade. Dentro dessa perspectiva, a constituição do pensamento racional ganhou destaque como ciência, e em oposição, rechaçou-se qualquer outra elaboração teórica que não fosse firmada na razão.

A ênfase dada ao pensamento racional em nossa cultura está sintetizada no célebre enunciado de Descartes, “*Cogito, ergo sum*” – “Penso, logo existo”–, o que encorajou eficazmente os indivíduos ocidentais a equipararem sua identidade com sua mente racional e não com seu organismo total. (...) os efeitos dessa divisão entre mente e corpo são sentidos em toda nossa cultura. (...) nos desligamos do nosso meio ambiente natural e esquecemos como comungar e cooperar com sua rica variedade de organismos vivos (CAPRA, 2006, p. 37).

Toynbee (1979) considera que a deficiência espiritual dos seres humanos nos últimos 200 anos foi responsável pelo alargamento do que ele denomina de “lacuna moral”, ou seja, a

⁹A crise de paradigma na disciplina histórica será retomada no tópico referente à educação ambiental no ensino de história.

disparidade entre o avanço tecnológico da humanidade e seu desempenho social (TOYNBEE, 1979, p. 718). Mas diverge de Capra ao perceber que essa lacuna não é excepcionalidade da fase contemporânea, como o físico austríaco a compreende.

Porém, o intuito não é chamar a atenção para a discordância entre os dois intelectuais, mas para suas conclusões em relação ao pensamento racional. O ponto chave a ser considerado são as elaborações da filosofia da ciência clássica que formou o paradigma moderno de civilização. Para compreender seus pressupostos utilizarei o exemplo da física clássica, que foi a disciplina que serviu de modelo para outros campos de estudo.

A física clássica foi responsável pela secularização da natureza. Antes do seu surgimento, o mundo era visto de maneira orgânica, e seus desbravadores buscavam o significado das coisas, e não o controle e a medição. A partir da Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, a máquina se tornou a metáfora para a natureza. Tratava-se de compará-la ao relógio, concebido em suas pequenas partes organizadas para operarem mecanismos facilmente determinados (CAPRA, 2006, p. 49-55).

Os expoentes dessa revolução foram Nicolau Copérnico, Johannes Kepler, Galileu Galilei, Francis Bacon, René Descartes e Isaac Newton. Não pretendo adentrar nos estudos específicos desses intelectuais, mas frisar que a partir das suas descobertas e elaborações filosóficas foram desenvolvidas as teorias científicas responsáveis pela fragmentação do conhecimento, reduzindo fenômenos complexos às suas partes constituintes; pela divisão entre matéria e mente; pela pretensão de objetividade e neutralidade na observação da realidade¹⁰; pela mudança de atitude em relação ao meio ambiente natural, que a partir daqueles séculos passaria a ser dominado (CAPRA, 2006, p. 55-56). O resultado da visão mecanicista do mundo foi a objetificação da natureza e a falsa percepção de que os seres humanos eram exteriores a ela, não dependendo dos seus recursos.

Entretanto, esse panorama de predominância da física clássica não chegou intacto ao século XX. Já nas três primeiras décadas, os físicos Max Planck, Albert Einstein, Niels Bohr, Louis De Broglie, Erwin Schrödinger, Wolfgang Pauli, Werner Heisenberg e Paul Dirac se aventuraram nos estudos sobre as partículas subatômicas: os elétrons, os prótons e os nêutrons.

¹⁰ Essa perspectiva de apreensão da realidade também é conhecida como modelo mecanicista ou teoria do reflexo, segundo o qual, “o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é um agente passivo, contemplativo e receptivo; o produto do processo – o conhecimento – é o reflexo, a cópia do objeto” (SCHAFF, 1978, p. 73).

Fundaram, assim, a física contemporânea¹¹, cujos preceitos não cabiam na teoria mecanicista do universo. As partículas subatômicas não se constituíam em objetos sólidos determinados, facilmente definidos, como a física clássica explicava. Mas, surpreendentemente, apresentavam um aspecto dual. Atuando ora como partículas, ora como ondas (CAPRA, 2006, p. 73). A observação dessas partículas demonstrou que elas não poderiam ser analisadas de maneira isolada, mas somente a partir de suas interconexões. A noção clássica de causa e efeito não era suficiente para compreendê-las já que a instabilidade dos modelos construídos nas pesquisas contemporâneas não se encaixava no ordenamento da física clássica, que apregoava uma simplicidade do universo que o cientista precisaria somente decifrar (REIGOTA, 2004, p.17).

Outra inovação proveniente das pesquisas em física atômica correspondia ao papel do observador. Na observação do elétron, a decisão do pesquisador era essencial: “Se formulo uma pergunta sobre a partícula, ele [elétron] me dá uma resposta sobre a partícula; se faço uma pergunta sobre a onda, ele me dá uma resposta sobre a onda. O elétron *não possui* propriedades objetivas independentes da minha mente” (grifos do autor) (CAPRA, 2006, p. 81).

A partir do princípio da incerteza, formulado por Werner Heisenberg, tornou-se evidente que a interferência do estudioso nos resultados da pesquisa comprovava a “inacessibilidade da realidade objetiva” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 1999, p. 815), contradizendo o ideal clássico de separação entre sujeito e objeto no processo de conhecimento.

Mas essas descobertas traziam uma complicação. Porque elas por si só não invalidavam a física clássica, ou seja, os pressupostos de Galileu e Newton continuavam plenamente válidos. “O que deixava os cientistas nervosos era que não sabiam como juntar o velho e o novo” (HOBSBAWM, 2014, p. 518). E na tentativa de solucionar essa contradição, Niels Bohr formulou o princípio da complementaridade:

Um conceito metafísico semelhante à relatividade, que ele extraía de autores muitos distantes da física, e encarava como tendo aplicabilidade universal. A “complementaridade” de Bohr não se destinava a avançar a pesquisa dos cientistas atômicos, mas antes a consolá-los justificando suas confusões. O seu apelo está fora do campo da razão. Pois embora todos nós, e não menos os cientistas inteligentes, saibamos que existe diferentes modos de perceber a mesma realidade, às vezes não comparáveis ou mesmo

¹¹ Ao me referir à física do século XX a designarei como contemporânea, apesar de alguns autores a denominarem moderna, diferenciando-a da clássica. Mas pretendo evitar confusão quanto ao adjetivo “moderna”, que pode soar como referência à Idade Moderna.

contraditórios, mas que todos precisamos apreendê-la em sua totalidade, ainda não temos ideia de como os relacionamos (HOBSBAWM, 2014, p. 520).

A inspiração de Bohr foi o antigo símbolo chinês do Tao, “o Caminho”:

A simetria do símbolo taoísta evoca a harmonia do universo; sua circularidade ressalta sua unidade e sugere sua perfeição; o separador em forma de onda é uma alusão à continuidade da mudança, a ubiquidade do fluxo; as metades clara e escura simbolizam o fluxo de princípios contrários – claro e escuro, feminino e masculino, negativo e positivo – que conjuntamente completam a unidade que os circunda. Os pequenos círculos representam a mistura e interpenetração desses opostos, cada um na natureza do outro (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 1999, p. 816).

A partir das formulações da filosofia oriental, que afirmavam a unicidade do universo, a física contemporânea revolucionou a ciência propondo uma visão sistêmica, levando em consideração as inter-relações e não somente os objetos determinados, e propôs uma nova percepção sobre o sujeito investigador.

Felipe Fernández-Armesto (1999) compreende como vingança oriental a busca de cientistas ocidentais por ideias orientais depois de três séculos que o Ocidente se considerou a fonte na qual a tradição do Leste deveria somente beber, sem ter nada de autêntico para oferecer (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 1999, p. 817). Como se vê, foi um equívoco formulado na Revolução Científica iniciada no século XVI, e apregoadado como baluarte da mente humana – ocidental –, mas que só era capaz de explicar parte da realidade.

Com base na concepção de ciência que as pesquisas no campo da física contemporânea ofereceram, a questão ambiental é concebida, primeiro, como um problema sistêmico, que engloba a totalidade do planeta, em que as partes estão inter-relacionadas e só podem ser entendidas como um processo dinâmico. E segundo, tomando o ser humano como parte desse todo, que influencia e é influenciado pelo meio. Essa natureza holística do problema ecológico é o maior obstáculo para a sua resolução já que envolve a totalidade a partir de dois vieses: o do espaço geográfico da Terra e da vida de mulheres e homens (CAPRA, 2006; REIGOTA, 2004, p. 18).

Essa perspectiva prescinde um rompimento com uma ciência carregada de autoridade, de “validação” de discurso, e propõe uma nova, que considere a “importância dos sentidos e da subjetividade nas atividades científicas e cotidianas com a natureza, abandonando o paradigma racionalista de ciência e de exploração dos recursos naturais” (REIGOTA, 2004, p. 19).

Essas são as contribuições da filosofia da ciência que ensejaram a questão ecológica com base no questionamento do paradigma civilizatório. As problematizações decorrentes disso levaram a comunidade internacional a se reunir para debater as possibilidades de resolução dessa questão¹², com destaque para a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Nesses encontros foi deliberada a proposta da educação ambiental que será discutida a seguir.

A discussão realizada nesse tópico tem a intenção de esclarecer as concepções que balizaram as relações da sociedade com a natureza nos últimos séculos, a fim de se compreender a necessidade da educação ambiental enquanto proposta válida para a resolução da questão ambiental.

1.2 Educação ambiental: fundamentos e proposta

A origem da educação ambiental está relacionada às conferências internacionais que abordaram a temática ecológica a partir dos anos 1970, como a já citada Conferência de Estocolmo (1972), que compreendeu como necessária uma consciência ambiental da humanidade, e a Conferência de Tbilisi (1977), que marcou a institucionalização da educação ambiental, chegando a resultar no documento publicado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), denominado *A Educação Ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi*, lançando seus pressupostos fundamentais: 1) a aquisição de novos conhecimentos e valores; 2) novos padrões de conduta; 3) e a interdependência, com a proposta de que esse tipo de educação deve ser trabalhado a partir de um enfoque interdisciplinar e sistêmico (RAMOS, 2001, p. 205).

A proposta de uma prática pedagógica da educação ambiental implica, inicialmente, o trabalho com a concepção de meio ambiente, e como o ser humano se relaciona com seu entorno. Com base na visão holística, o meio ambiente compreende o que circunda o ser humano independente de se tratar de algo natural ou produzido socialmente. Assim, meio ambiente é mais do que a natureza.

De acordo com Elisabeth Ramos (2001),

o meio ambiente é um conceito chave para o debate das questões ambientais, pois envolve questões de poder, tanto no universo econômico quanto ideológico. Não pode ser visto isoladamente, e tão pouco ser reduzido à sua dimensão biofísica, ou ser tratado segundo os parâmetros da tradição científica e filosófica hegemônica, reproduzindo a dicotomia cartesiana entre

¹² De 1948 até 2012 ocorreram mais de 30 eventos, entre internacionais e regionais, que colocaram em debate a proteção ambiental, tanto pelo caráter da gestão, como pelo educacional. No relatório que acompanha a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental estão elencados os marcos internacionais que fundamentam o documento (BRASIL, 2013, p. 538-543).

o homem e a natureza. Em outras palavras, o meio ambiente não se refere apenas aos aspectos naturais de um lugar, tais como o ar, o solo, a água, a fauna e a flora, mas pressupõe o ser humano e o produto de suas ações. Ao maximizar os efeitos naturais, ao não considerar as repercussões sociais das relações do ser humano com seu ambiente, e ao não problematizar essas relações, reduz-se os problemas ambientais aos problemas de poluição e de destruição da flora e da fauna. Onde e como fica o social e o político? (RAMOS, 2001, p. 212).

A principal problemática que se coloca como obstáculo da compreensão do meio ambiente nesses termos é o paradigma da fragmentação no qual está baseado o conhecimento científico, que no século XX consolidou a divisão das ciências em naturais e humanas e que ainda é hegemônico.

A própria concepção de meio ambiente ainda não é um termo bem definido tanto na comunidade científica como no senso comum. Marcos Reigota (2004) oferece várias definições de especialistas e também de professores, coletadas em uma turma de pós-graduação, para demonstrar a variedade de entendimento (REIGOTA, 2004, p. 12-14 e 70-71). Conclui que, por apresentar um caráter difuso e variado, e por não haver um consenso entre os cientistas, meio ambiente é uma representação social, ou seja, um “senso comum que se tem sobre um determinado tema, onde se incluem também os preconceitos, ideologias e características específicas das atividades cotidianas (sociais e profissionais) das pessoas” (REIGOTA, 2004, p. 12).

Dentre as várias definições colhidas por Reigota, o autor cria uma definição que, segundo ele, pode orientar os interessados na aplicação da educação ambiental. Meio ambiente é

o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2004, p. 14).

Nessa definição, o autor corrobora com as bases da filosofia da ciência discutidas no tópico anterior, que apontam, com base nos fundamentos da física contemporânea, a concepção de equilíbrio dinâmico para o entendimento de que o meio ambiente está em constante transformação e que se constitui nos elementos provenientes da natureza e também no que é elaborado pelos seres humanos.

Assim, a educação ambiental se inicia com o questionamento dos fundamentos filosóficos e epistemológicos dominantes, que excluem os fatores sociais e políticos da questão ecológica, e que muitas vezes a colocam como uma questão de atitude individual,

perdendo a multiplicidade de aspectos. Por isso a problematização deve ser ampliada para as consequências e resultados da base material de produção da sociedade, observando seu princípio de desigualdade, e como interfere nos seres humanos e na sua relação com a natureza (RAMOS, 2001, p. 215).

O questionamento sobre a base material de produção da humanidade implica na condução de uma educação política. O desnudamento da realidade para os alunos ao abordar o princípio de desigualdade tentando desenvolver uma compreensão sobre a gestão do meio ambiente, a atuação dos Estados e do mercado, em especial, das multinacionais, e os padrões modernos de produção e de consumo não é uma atividade neutra ou inofensiva.

Isso é complementado pela ressalva de Pelegrini e Vlach (2011), ao afirmarem que

o tratamento da questão ambiental trará resultados pífios se permanecer restrito ao discurso pedagógico e desconsiderar a luta política e ideológica que vem sendo travada, no mais das vezes, por motivos econômicos e estratégicos, segundo interesses de corporações e Estados hegemônicos, em nível planetário (PELEGRINI & VLACH, 2011, p. 188).

As autoras abordam a ação da educação ambiental a partir da exigência de uma luta política. É o mesmo que Reigota defende: uma educação ambiental enquanto educação política, em que as propostas se aproximem da conquista da autonomia da sociedade civil e da construção de uma sociedade mais justa. Para isso é necessário a problematização da condução autoritária das sociedades onde o poder político é exercido para o benefício dos grandes grupos econômicos (PELEGRINI & VLACH, 2011, p. 189; REIGOTA, 2004, p. 22).

Esse favorecimento se reflete na configuração política mundial a partir do desajuste ambiental entre países ricos e pobres, ou seja, o uso dos recursos naturais difere dependendo da condição econômica do país.

As sociedades pobres e tradicionais prejudicam o meio ambiente local de muitas maneiras, e vão prejudicá-lo ainda mais quando tiverem o dobro ou o triplo da população; mas, são os países industrializados que estão causando os problemas ambientais globais mais graves como o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, o esgotamento dos recursos naturais não-renováveis e a acumulação de lixo tóxico. (MARTINE, 1996, p.13 apud PELEGRINI & VLACH, 2011, p. 190).

Qualquer tentativa de regulação mundial deve considerar essas diferenças, que vão além do tratamento dos recursos naturais, mas também são reflexos da dinâmica econômica com trocas desiguais entre os países, e a sujeição dos países pobres às taxas abusivas dos juros dos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional) e da OMC (Organização Mundial do Comércio), que só reforçam a tendência à pobreza, além de desrespeitar os

direitos humanos e os direitos de autonomia dos povos (PELEGRINI & VLACH, 2011, p. 190).

É interessante pontuar o caso do Brasil que mergulhou em uma dívida externa exorbitante no início da década de 1980. O governo, ainda ditatorial naquele período, implementava uma política de favorecimento dos investimentos com a concessão de benefícios às indústrias que quisessem se instalar no país, como o caso da ALCOA. Mesmo considerada uma “indústria suja”, e sendo rejeitada na Austrália¹³, recebeu aval, privilégios fiscais e estruturais do governo para que se instalasse no Brasil.

Nesse episódio é possível vislumbrar a complexidade que a questão ecológica suscita, como a gestão econômica do governo, o modelo de desenvolvimento, a atuação das multinacionais nos países pobres e a condução autoritária na decisão sobre a implantação desse empreendimento. Disso se compreende a necessidade do enfoque holístico e do esforço para apreender a complexidade dos elementos que compõem a realidade.

Como o conhecimento é organizado nas escolas a partir da separação de disciplinas, a educação ambiental sugere o trabalho interdisciplinar. Há um entendimento comum de que, por essa perspectiva, as disciplinas escolares deveriam ser extintas. Mas Circe Bittencourt (2011) pontua que para existir interdisciplinaridade, é preciso além das próprias disciplinas, que estas “estabeleçam vínculos epistemológicos entre si, e a criação de uma abordagem comum em torno de um mesmo objeto de conhecimento” (BITTENCOURT, 2011, p. 256).

Ainda é Bittencourt que destaca que, paradoxalmente, o trabalho interdisciplinar exige do professor o aprofundamento do seu campo de trabalho, com o bom entendimento dos conceitos, para que possa realizar a melhor seleção dos conteúdos. Enquanto o trabalho conjunto com outros professores é essencial para decidir os resultados que se deseja alcançar (BITTENCOURT, 2011, p. 256).

Uma outra possibilidade para a inserção da educação ambiental é o trabalho com os temas transversais propostos pela legislação brasileira por meio de Parâmetros Curriculares Nacionais¹⁴. O Ministério da Educação publicou cinco propostas de Temas Transversais para a educação nacional. Além do tema Meio Ambiente, que foi publicado com o tema Saúde, também foram propostos Ética, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e, por último, Consumo e Trabalho. Segundo José Alves de Freitas Neto (2003), objetivo é que esses temas sirvam de referencial para as diversas disciplinas.

¹³ Segundo reportagem: ALCOA decretou a morte de São Luís. *Jornal Pequeno*, 27 ago. 1980, p. 4.

¹⁴ Os PCNs Meio Ambiente serão tratados no próximo tópico.

A proposta é estabelecê-los como objetivos finais, que serão tratados em todas as disciplinas, aproximando-se do cotidiano dos alunos, para que se evite, de alguma forma, o distanciamento entre os conhecimentos apresentados pelo professor e a expectativa e a necessidade dos alunos (FREITAS NETO, 2003, p. 59).

Freitas Neto salienta que a realidade de cada escola deve servir de base para o trabalho em sala de aula. É uma proposta para superar a visão conteudista ao focar nos temas do cotidiano dos alunos, para que compreendam a realidade na qual vivem a partir do desenvolvimento da capacidade de leitura do mundo (FREITAS NETO, 2003, p. 62-65). Assim, as escolas inseridas em comunidades que sofrem com problema de falta de água ou de esgoto a céu aberto, ou ainda com a falta de coleta de lixo, por exemplo, podem – e devem – se utilizar dessa realidade para o trabalho em sala de aula.

Seguindo essa lógica, a formulação da educação ambiental foi pensada para propor uma prática pedagógica que incorporasse, no âmbito educativo, a luta ambiental. No Brasil foram criados documentos publicados pelo Ministério da Educação, para orientar professores na inserção dessa temática no currículo. Essas publicações brasileiras serão tema do próximo tópico.

1.3 Educação ambiental na legislação brasileira

A publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais dos Temas Transversais – Meio Ambiente*, em 1997, e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*, expressas na Resolução nº 2 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, marcaram a introdução da questão ambiental no âmbito educacional. Esses documentos balizam a inserção da proposta da educação ambiental no currículo escolar brasileiro. Antes disso a questão ambiental já havia sido inserida na legislação brasileira por meio dos artigos 23, 24 e 225 da Constituição Federal de 1988. No artigo 225 – o artigo do Meio Ambiente – está explícita a determinação que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (inciso VI do parágrafo 1º do artigo 225 do Capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente). Os dois primeiros artigos somente apontam a competência, comum à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, a respeito do zelo, da proteção e da conservação do meio ambiente.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) pontua sobre a educação ambiental: nos princípios da Educação (art. 32), na previsão dos currículos (art. 26) e sobre a Educação Superior (art. 46). A LDB determina que o ambiente natural e social deve ser compreendido dentro dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, assim como a

Educação Superior deve desenvolver a compreensão do ser humano no mundo físico e cultural onde se vive.

É interessante mencionar que a legislação brasileira está de acordo com a tendência internacional sobre a questão ambiental. O país participou das diversas reuniões que surgiram com a perspectiva de debater a problemática do meio ambiente, e também dos eventos específicos para tratar sobre a educação ambiental: Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (1977) em Tbilisi, na Geórgia, e a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental (1987), realizada em Moscou. O Brasil reverberou na sua legislação as discussões apresentadas nessas conferências. Os princípios propostos nesses eventos

subsidiaram as propostas e programas de educação ambiental em nível mundial, depois foram sendo incorporados às propostas curriculares de várias Secretarias Municipais e Estaduais aqui no país. A atual lei constitucional brasileira, bem como as estaduais, prescreve o ensino da educação ambiental em todos os níveis escolares fundamentados nos princípios elaborados na Conferência de Tbilisi/1977 (RAMOS, 2001, p. 206).

Os PCNs dos Temas Transversais do Meio Ambiente, lançado em 1997, inauguraram a temática voltada especificamente para o ensino formal, que é indicado como um dos eixos fundamentais para se alcançar os objetivos envoltos na questão ambiental. Seguindo as proposições estabelecidas pelos estudos propostos pela UNESCO, esse documento concebe a educação ambiental como conteúdo interdisciplinar, não devendo constituir disciplina específica porque o ambiente é compreendido de maneira mais ampla e integrada, englobando não somente o entorno físico, mas também as condições sociais, culturais, econômicas e políticas inter-relacionados (BRASIL, 2001, p. 81).

Antes de abordar sobre esse documento é interessante discorrer sobre os PCNs de forma geral. São referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, e não pretendem assumir um papel impositivo e homogeneizador sobre a autonomia do professor e da equipe pedagógica, sobre a competência político-executiva dos Estados e Municípios, e sobre a diversidade sociocultural das diferentes regiões do País (BRASIL, 1997, online apud DAVID, 2011, online). Não é a proposta de um currículo em si, mas contribuições para inserir nas estruturas curriculares temas relevantes para a sociedade brasileira.

Os PCNs Meio Ambiente estão divididos em duas partes: a primeira discorre sobre a questão ambiental e os modelos de desenvolvimento econômico e social e elenca os objetivos gerais do tema Meio Ambiente para o ensino fundamental. A segunda parte aborda os

conteúdos para o primeiro e segundo ciclos, os critérios didáticos de avaliação e orientações didáticas para trabalhar o tema e, por último, apresenta um pequeno resumo das conferências internacionais que discutiram a questão e a educação ambiental.

Nessa proposta, o primeiro ponto que chama atenção é o público-alvo a quem é dirigido: aos professores das quatro primeiras séries da Educação Fundamental. A justificativa seria apontar direções para o desenvolvimento de valores, atitudes e posturas éticas, e também para o domínio de procedimentos por parte dos alunos em relação à temática. De acordo com o documento, a aprendizagem de conceitos não entra nessa fase porque é de responsabilidade dos professores que pertencem às áreas disciplinares (BRASIL, 2001, p. 57). A ausência de referência aos conceitos é explicada por ser uma especificidade de cada disciplina, e que somente o professor da área poderá manejá-los da melhor maneira.

Mas o tema apresenta os seus próprios conceitos – Meio Ambiente, Diversidade e Sustentabilidade –, que o professor precisará conhecer para abordá-los de modo adequado à faixa etária e que, a partir deles, “possa integrar os diversos conteúdos e abordar a realidade natural e social de forma mais abrangente e rica, mostrando como seus elementos se interconectam, se complementam e interagem entre si” (BRASIL, 2001, p. 77).

O objetivo desse trabalho não é discutir os usos dos conceitos em sala de aula, mas esclarecer que geralmente a maturidade intelectual é determinada pelo estágio de desenvolvimento cognitivo do estudante, o que é usado como parâmetro para o efetivo domínio conceitual servindo de justificativa para não estar presente no ensino fundamental menor. Mas como é possível perceber no tema transversal meio ambiente, os conceitos são utilizados a partir de uma adaptação à idade dos estudantes¹⁵.

De acordo com o texto oficial,

a função principal do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global (BRASIL, 2001, p. 29).

Essa função não representa um fator limitador a um nível específico de ensino. Dessa forma, mesmo não sendo voltado para o ensino fundamental maior ou para o ensino médio, os PCNs Meio Ambiente propõem discussões que podem ultrapassar o Ensino Fundamental menor. Na verdade, esse documento ocupa uma posição de pioneirismo e de obra de referência para os professores que desejam inserir o assunto em suas disciplinas, independente

¹⁵ Para aprofundar nas questões do domínio dos conceitos em história, Circe Bittencourt (2011) apresenta discussões pertinentes sobre a aprendizagem nessa área de conhecimento.

de qual série/ano da educação básica estejam lecionando. Constitui-se em um material de introdução da temática por apresentar a visão geral sobre a questão ambiental, a sua relação com a cidadania, as noções básicas que envolvem o tema, além de discussões sobre a seleção de conteúdo, avaliação e atividades com projeto educativo, envolvimento com a comunidade escolar, além de lançar questões sobre a formação permanente do professor.

A construção argumentativa desses PCNs está elaborada a partir da abordagem sistêmica da questão ambiental contra a concepção de conhecimento fragmentado, na qual a escola se baseia para estabelecer suas disciplinas. Por isso os conteúdos serão integrados ao currículo por meio da transversalidade e da interdisciplinaridade, ou seja, serão abordados em várias áreas do conhecimento, de modo que figure em toda a prática educativa, ao mesmo tempo que cria uma visão global e abrangente da questão ambiental.

Os PCNs Meio Ambiente apresentam, numa linguagem simples e clara, a mudança de paradigma iniciada a partir da constatação que a humanidade é atualmente capaz de se extinguir, tanto pelas armas nucleares, que ficaram evidentes nos casos das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, como pela degradação da natureza ocasionada pelo superconsumo resultado da superpopulação e da tecnologia industrial.

A percepção da péssima relação que a sociedade mantém com a natureza, a ponto de se conceber como independente dela, trouxe a necessidade de questionar o comportamento humano predatório, e mais que isso, criar um novo parâmetro para esse relacionamento. No texto dos PCNs Meio Ambiente isso se torna evidente com a necessidade de mudança de mentalidade, a partir da conscientização dos grupos humanos para adotarem novos pontos de vista e novas posturas diante das constatações da degradação ambiental (BRASIL, 2001, p. 24). Por isso, um dos critérios para a seleção de conteúdos é a introdução de novos hábitos e atitudes, de acordo com a faixa etária em que é desenvolvido o trabalho, e que esteja relacionado com a possibilidade de desenvolver procedimentos e valores que contribuam para o exercício da cidadania (BRASIL, 2001, p. 57).

A educação ambiental apresentada no documento é pensada como indispensável para a transformação da consciência ambiental, propondo novos moldes questionadores do modelo de desenvolvimento atual. É interessante observar que a constituição do modo de produção capitalista não é citada diretamente nos PCNs Meio Ambiente, aparecendo somente como “modelo de desenvolvimento”. O que leva a inferir que a crítica ao capitalismo perpassa de maneira inofensiva, como uma questão de consumismo relacionada ao comportamento individual. O grau de combatividade em relação a esse modelo está diluído na expectativa de atuação das crianças e jovens enquanto cidadãos em sua práxis cotidiana. Não abrange, no

documento, uma análise mais sofisticada das inter-relações do “modelo de desenvolvimento” atual e suas consequências nefastas para a sociedade, em especial para a classe trabalhadora, e para a natureza enquanto instrumento de reprodução do capital. A proposta da educação ambiental dos PCNs Meio Ambiente parece não sair da ingenuidade e do conservadorismo, principalmente político, limitando-se a propor alternativas sociais sem considerar a complexidade das relações humanas e ambientais (REIGOTA, 2004, p. 28).

Fazer essa crítica ao texto oficial não significa exigir que ele apresente uma análise contundente contra o capitalismo aos moldes da esquerda que sonhou com a revolução socialista. Até porque o próprio surgimento da questão ambiental tem como um dos seus fatores a crítica ao cerne do marxismo e, obviamente, tem relação com sua crise na década de 1970:

a teoria do valor-trabalho supõe a infinitude dos recursos naturais e a natureza como um objeto passivo desprovido de valor. O Marx da maturidade associava a sociedade ideal a um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas materiais, o socialismo continua e aprofunda o capitalismo nesse sentido (VIOLA, 1987, p. 69).

Assim, a questão ambiental não cabe na oposição capitalismo-socialismo, pois ultrapassa as suas implicações para um patamar de totalidade mais abrangente que considera mulheres e homens como parte do meio ambiente. A designação “modelo de desenvolvimento” se justifica, possivelmente, como artifício para não se constituir uma argumentação nos moldes marxistas.

Por último, o fato dos objetivos relacionados com a questão de cidadania não assumirem o papel de uma educação política capaz de criticar os sistemas autoritários e tecnocráticos que reproduzem o capital privilegia uma concepção de neutralidade, que beneficia as classes dominantes. Infelizmente nesse sentido, os PCNs Meio Ambiente se mostram limitados, apesar de oferecerem uma visão sistêmica para conceber a realidade. De qualquer forma, ainda se mostra significativo para a introdução da questão ambiental no âmbito educacional brasileiro.

Prosseguindo com a análise da legislação, quinze anos após o lançamento dos PCNs Meio Ambiente, o governo federal publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012). Considerou na sua formulação a legislação precedente, com o acréscimo da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa lei serve como base fundamental na determinação de que a

educação ambiental deve se constituir em “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 1999, online). Assim, as Diretrizes foram criadas para regulamentar a educação ambiental em caráter formal, ou seja, nas instituições educativas.

Diferente dos PCNs Meio Ambiente, as Diretrizes concebem a proposta de educação ambiental como um campo político de valores e práticas, que devem mobilizar sujeitos sociais para uma prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental (BRASIL, 2013, p. 557). E que, por isso, não se trata de uma atividade neutra, pelo contrário, apresenta uma dimensão política articulada e interdependente com a dimensão pedagógica, e que ambas devem ser capazes de superar a visão despolitizada, acrítica e ingênua ainda presentes nas instituições de ensino (BRASIL, 2013, p. 558).

A partir de uma dimensão política engajada, a educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, baseadas nos princípios da totalidade como categoria de análise, interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais, articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais e respeito à pluralidade e à diversidade (BRASIL, 2013, p. 559).

O tratamento pedagógico deve ser diversificado, e a inserção do tema ambiental no currículo pode ocorrer pela transversalidade, ou como conteúdo dos componentes já constantes do currículo, ou ainda pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2013, p. 560).

É importante salientar que a educação ambiental proposta pelas Diretrizes não está limitada à educação básica, mas inclui “os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior” (BRASIL, 2013, p. 562).

Assim como os PCNs Meio Ambiente, as Diretrizes consideram os saberes e valores da sustentabilidade e da diversidade de manifestações de vida numa visão integrada, multidimensional da área ambiental, e a partir dela devem se estabelecer os princípios, os objetivos e o planejamento curricular.

A explanação dos PCNs Meio Ambiente e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental procurou expor o engajamento da legislação brasileira em promover o debate da questão ambiental nos espaços de ensino formal e suas bases fundamentais para o

tratamento pedagógico. O intuito do tópico foi tornar conhecida a promoção da educação ambiental pela legislação como tema imprescindível da atualidade a que a educação brasileira já está subsidiada.

Dando continuidade à proposta de inserção da educação ambiental no currículo escolar, apresentarei no próximo tópico as possibilidades e desafios dessa temática no ensino de história.

1.4 Meio Ambiente no Ensino de História

Para este tópico iniciarei com a discussão sobre o ensino de história no Brasil relacionando-o com as tendências historiográficas, seguido pela apresentação das transformações ocorridas nesse componente curricular, para enfim contemplar o debate da questão ecológica no ensino de história a partir da formulação da história ambiental.

O campo de estudo da história se constituiu no século XIX quando a disciplina foi reconhecida acadêmica e cientificamente. Tomando como base a disjunção natureza-cultura, o meio natural foi concebido como atribuição exclusiva do recém-criado campo das ciências naturais e, conseqüentemente, não figurava entre as questões das ciências humanas e sociais.

Isso se refletiu na formulação do ensino de história que seguiu as tendências da historiografia e excluiu a natureza dos conteúdos e objetos propostos. Não se pressupõe que o ensino seja um reflexo fiel da historiografia, mas a sua constituição está atrelada à visão de mundo e de ciência nas quais são elaboradas as teorias da história. Apesar disso, ensino e historiografia por muito tempo estiveram em defasagem, visto que algumas renovações da perspectiva histórica foram chegar às salas de aula brasileiras décadas depois dos debates acadêmicos.

O ensino de história no Brasil iniciou no século XIX, tendo como marco a criação do Colégio Pedro II, em 1837, momento em que a disciplina se tornou obrigatória como área escolar (BRASIL, 1998, p. 19; SCHMIDT & CAINELI, 2009, p. 12). Reconhecido como marco inicial, o ensino de história nesse momento tinha como função o estudo das origens, numa espécie de genealogia da nação. Essa fase perdurou até meados do século XX, com a publicação da Lei nº 5.692 de 1971, que oficializou o ensino de Estudos Sociais nas escolas brasileiras.

Por mais de um século o ensino de história no Brasil foi concebido como a história do Estado Nacional, com o objetivo de construir a identidade nacional e com uma visão de ciência preocupada com o estudo dos fatos e com a neutralidade do historiador. Além de uma história que enfatizava os fatos políticos e a história de indivíduos e de heróis, promovia o

estudo exclusivo do passado. Essa forma de ensinar história passou incólume pelas renovações da historiografia que ocorreram, principalmente a partir da década de 1920, e até mesmo pela crise paradigmática que questionou o paradigma iluminista, iniciada na segunda metade do século XX.

Apesar do profundo debate historiográfico, e mesmo com as Lei de Educação de 1931¹⁶ e 1961¹⁷, as salas de aula continuaram restritas a uma concepção de história bem próxima da que foi formulada por Leopold Von Ranke no século XIX, que resumidamente colocava o Estado no centro de interesses da história, com uma perspectiva muito forte da objetividade do historiador que deveria mostrar o passado como efetivamente ocorreu. Sem elaborar problematizações e enfatizando uma história narrativa.

Nas palavras de Maria Auxiliadora Schmidt (2009), eram programas que mesmo passando por reformas ainda tinham “como objetivo a constituição e a formação da nacionalidade, com seus heróis e marcos históricos, sendo a pátria o principal personagem desse tipo de ensino” (SCHMIDT & CAINELI, 2009, p. 13).

É interessante pontuar que no quadro das reformulações da historiografia que ocorreram no início do século XX não houve o rompimento com a visão de ciência racionalista. O marxismo (não incluída a Escola de Frankfurt) e a Escola dos *Annales*, consideradas as escolas históricas de maior influência entre 1929 e 1969, ainda tinham como objetivo escrever uma história racional e científica porque se baseavam nas tendências filosóficas do século XVIII e XIX. Como renovação propunham, no caso dos *Annales*, entre outras coisas, uma história para além de uma mera narrativa dos acontecimentos do Estado Nacional e dos seus heróis, que abrangesse todas as atividades humanas, e que se constituísse em uma história-problema para iluminação do presente. O marxismo propôs uma vinculação epistemológica dialética entre presente e passado, e uma visão da história humana evolucionista, mas a partir de um evolucionismo complexo, em que retrocessos e estagnações são possíveis. Porém, contrapondo a perspectiva do conhecimento fragmentado comum à lógica mecanicista, essas duas escolas reconheciam a necessidade de uma síntese global, com

¹⁶ A Reforma Educacional de 1931 foi implementada por Francisco Campos, titular do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). “Criou o Conselho Nacional de Educação, traçou diretrizes para o ensino superior secundário, (...). Todavia, (...), tal reforma não atacou os problemas do ensino popular nem se preocupou com a expansão ou melhoria da escola primária” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 42).

¹⁷ A reforma de 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “garantiu igualdade de tratamento por parte do poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que representou o asseguramento de que verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carreadas para a rede particular de ensino em todos os graus” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 117). Significou a derrota da Campanha em Defesa da Escola Pública.

a ambição de obterem uma visão holística das sociedades humanas, mas que não chegava a incluir a natureza nas suas análises (CARDOSO, 1997, p. 4-11).

Entretanto essas renovações no campo da história não chegaram às salas de aula. Apesar da Lei nº 5.692 de 1971¹⁸ se constituir em uma reforma curricular, não houve brecha para a inserção das novas contribuições da historiografia. A modificação no ensino de história se constituiu em uma fragilização da disciplina ao se criar os Estudos Sociais. Apesar de ser uma proposta baseada na interdisciplinaridade pois unia temas da história, geografia, antropologia e sociologia em um mesmo componente curricular, Schmidt e Caineli ressaltam que essa modificação significou a simplificação do conhecimento histórico, que partia de uma aprendizagem baseada no desenvolvimento de atividades, e que nos livros didáticos predominavam as imagens em detrimento dos textos, além de se constituir em uma história do presente (SCHMIDT & CAINELI, 2009, p. 17-19).

(...) os Estudos Sociais esvaziaram, diluíram e despolitizaram os conteúdos de História e de Geografia e, novamente, foram valorizados conteúdos e abordagens de um nacionalismo de caráter ufanista, agora destinados a justificar o projeto nacional do governo militar após 1964 (BRASIL, 1998, p. 25-26).

Apesar do corte que as autoras fazem na trajetória do ensino de história no Brasil a partir de 1971, a concepção do conhecimento histórico da nova fase não apresentou mudanças significativas quanto ao teor nacionalista. Somente a partir da década de 1980, com a mobilização das universidades, associações e entidades profissionais de historiadores e geógrafos, iniciou-se o processo de combate a essa proposta de ensino dos Estudos Sociais que culminou com a volta da disciplina história e geografia aos currículos do atual ensino fundamental a partir da publicação da Lei nº 9.394 em 1996. A partir dela foram incluídas no ensino de história as novas contribuições historiográficas.

Também nos anos 1980 o ensino de história passou a ser um campo de estudo, com a criação de linhas e grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, apresentando uma conjuntura favorável, apesar de incipiente, para a aplicação dos debates históricos em sala de aula (SCHIAVON & SANTOS, 2012, p. 91-92).

¹⁸ A Lei nº 5.692 de 1971 visava a profissionalização do ensino secundário, buscando unificar os antigos ensino primário e médio, eliminando as diferenças entre os ramos secundário – agrícola, industrial, comercial e normal. Entre outras, incluía a educação moral e cívica, educação física, educação artística, e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo, dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas. A limitação da renovação proposta por essa lei é justificada por ter sido formulada em pleno período ditatorial, e “refletiu os princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações no sentido da racionalização do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no 2º grau” (GHIRALDELLI JR., 2001, p. 182).

Schmidt e Caineli elencam como principais contribuições: a introdução dos novos campos da história (econômica, cultural e social), a visão da ciência histórica como

de todos os homens, e não somente de heróis. (...) Análise do fato histórico substituída por outras possibilidades, como análise do processo histórico e da experiência dos sujeitos da história. Incorporação de novos temas e objetos da História, como história das mulheres, a das crianças e a dos movimentos sociais (SCHMIDT & CAINELI, 2009, p. 17).

É a partir dessa legislação que se inicia a renovação no ensino de história com a introdução das discussões historiográficas na prática pedagógica dessa disciplina e, conseqüentemente, a oportunidade de inserir novas questões e novos temas, como a questão ambiental. Mas como os temas que chegam ao ensino de história geralmente perpassam primeiramente o caminho da historiografia, é interessante pontuar como a questão ambiental adentrou no campo de estudo da história para então partir para suas possibilidades no campo do ensino.

A crise paradigmática de meados do século XX também atingiu o campo da história e foi responsável pelas problematizações das bases da disciplina. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1997), as principais críticas sofridas pelo paradigma iluminista eram relacionadas à noção de progresso, que não gerou libertação; ao conhecimento a serviço do poder; e à “ausência ou insuficiência das preocupações com o indivíduo, o subjetivo, devido a uma obsessão pelo que é estrutural” e pelo poder (CARDOSO, 1997, p. 10), tal como explicitado no primeiro tópico sobre os questionamentos dos parâmetros modernos e suas conseqüências.

Carlos Renato Carola (2013) quando observa o modelo explicativo da história elenca três principais ideologias – civilização, progresso e evolução – que basearam a escrita da história dos povos a partir de uma escala civilizatória e da competência de dominar tecnologicamente a natureza e outros povos. Por conseguinte, a história também foi responsável pelos resultados nefastos para a humanidade produzidos por esse paradigma de pensamento (CAROLA, 2013, p. 173-175).

Segundo Circe Bittencourt (2003), a crise paradigmática levou a uma importante reflexão entre os historiadores

sobre as exclusões sociais da história, sobre uma história centrada em um etnocentrismo moldado pelos países centrais do sistema econômico mundial que havia criado conceitos como os de “civilização” e “progresso” por intermédio dos quais eliminavam-se povos e culturas da história da humanidade (BITTENCOURT, 2003, p. 39).

Essas críticas recaíram sobre os estudos históricos a partir da ampliação das temáticas e da inclusão de novos sujeitos, tentando abarcar a pluralidade de ações. Conjuntamente a essas reformulações, a emergência de diversos movimentos sociais a partir da década de 1960, que reivindicavam direitos trabalhistas, das mulheres, dos negros, ou a organização de grupos ecológicos, interferiram nas produções historiográficas. Foi um momento onde claramente os historiadores passaram a estudar certas temáticas devido a profusão de mobilizações da sociedade civil.

Assim, a partir das lutas ecológicas iniciadas na década de 1960, a historiografia passou a se preocupar com a questão ecológica, emergente naquele momento, para “rever e reconsiderar o lugar da natureza no viver social” (BITTENCOURT, 2003, p. 40). Provavelmente esse é um momento marcante para a legitimação da história ambiental, conceito criado nos Estados Unidos nos anos 1970. Porém, trabalhos de aproximação entre história e geografia já ocorriam no início do século XX, com estudos realizados por Marc Bloch e Lucien Febvre, por exemplo (CARVALHO, 2012, p. 111).

Carola (2013) e Ely Carvalho (2012), ao se referirem à história ambiental, a concebem não como novidade, já que para eles o tema da natureza sempre esteve presente nas análises históricas. Para esses autores, o diferencial da década de 1970 é a explicitação da vontade dos historiadores em contribuir para a resolução da crise ambiental na formulação de novas perguntas sobre a interação sociedade-natureza (CAROLA, 2013, p. 177; CARVALHO, 2012, p. 112).

Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997) também considera o campo de pesquisa, por ele denominado história das paisagens, antigo, e destaca as produções dos anos 1930 em que Marc Bloch estudou a história rural francesa. Esses estudos corresponderiam ao que hoje se chama de história ambiental.

Apesar da denominação diversa, Carlos Teixeira reforça a crítica sobre a separação entre a paisagem física e a paisagem cultural presente na formulação do termo meio ambiente. Conforme o autor, a distinção entre essas paisagens

deve ceder espaço para uma nova visão, cuja ênfase recaia nos resultados da ação do homem (sic) sobre o meio ambiente. Devemos entender a natureza, nesta visão, não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana. (...) Pretende-se, assim, superar a visão tradicional das ciências humanas de considerar as “forças naturais” como um fator externo ao processo histórico (SILVA, 1997, p. 204).

Esse autor oferece uma abordagem e uma metodologia que exclui qualquer possibilidade de compreender o meio ambiente físico como mero fator externo das atividades

humanas. Mesmo as florestas e as savanas, geralmente encaradas como intocadas pela mão humana, mostraram, a partir de um olhar mais apurado, que foram alteradas pela interferência humana a partir das queimadas ou da disseminada atividade horticultural indígena. Porém, a duração dessas interferências foi capaz de imprimir um caráter “natural” a esses biomas que escapa à vista dos desavisados (SILVA, 1997, p. 209-210).

Para Carlos Teixeira, a paisagem é resultante de diversos fatores. Nega, assim, os dados da geografia como definições prévias de um recorte espacial, e por isso propõe uma análise holística da questão. Ele elenca cinco fatores fundamentais na organização do espaço:

1) *os dados da geografia*: Os dados geográficos são somente a condição inicial para análise, sem ser capaz de determinar uma evolução. Disso é perfeitamente compreensível que em um mesmo ambiente possa se desenvolver duas comunidades bastante diferentes quanto à adaptação.

2) *os dados do direito*: Há um conjunto de regras, normas e tradições que regulamenta o uso dos recursos naturais, e que refuta o idealismo de que os grupos humanos evitariam os desperdícios. Carlos Teixeira expõe como as transformações da paisagem, tanto rural como urbana, são influenciadas pelas normas.

3) *a tecnologia disponível*: As alterações na natureza são resultado, em grande parte, da aplicação de técnicas, que não necessariamente induz a uma evolução homogênea, mas está imersa em contradições relacionadas aos grupos sociais.

4) *os dados da demografia*: Refutando as ideias de Malthus, a análise histórica deve associar a pressão demográfica às inovações tecnológicas.

5) *os dados da sociologia*: Por último, a paisagem sofre a influência de um centro de poder com capacidade de coerção e que também podem ditar o ritmo e a direção das alterações (SILVA, 1997, p. 211-216).

Se esse autor toma como ponto de partida a paisagem para perceber como esta foi afetada pelos grupos humanos, a proposta da história ambiental amplia a investigação para como os grupos humanos foram afetados pelo meio ambiente, em meio a uma relação de interação. Dessa forma, a história ambiental estuda essa interação no tempo (CARVALHO, 2012, p. 111).

A metodologia de análise proposta por Carlos Teixeira permite perceber de forma mais concreta os elementos que influenciam a constituição e/ou transformação de um espaço. Para o trabalho pedagógico com o tema, essa abordagem também precisa estar presente, como é possível averiguar nos PCNs Meio Ambiente que oferecem algumas indagações sobre as relações complexas entre meio ambiente e sociedade.

Cultura, trabalho e arte são expressões e consequências dessa relação [sociedade-natureza]. Como o meio ambiente influi nessa produção? E vice-versa, como essa produção influi no ambiente? E na própria humanidade? Como as comunidades interagem com os recursos disponíveis para estabelecer seu próprio modo de viver, sua qualidade de vida? Como fazer para que essa interação não venha a prejudicar a própria comunidade? Como e por que impor limites? Que normas e regras mais importantes regulam as atividades humanas na região, impondo deveres e garantindo direitos? Há problemas que os alunos ou a escola poderiam ajudar a resolver? (BRASIL, 2001, p. 60).

A partir dessas indagações é possível vislumbrar a abordagem específica do ensino de história para o tema ambiental:

Compreender as relações entre cultura e natureza que se desenvolveram em distintas épocas e lugares;

Perceber que tanto as representações de natureza quanto as relações estabelecidas com o ambiente natural por parte de diversos povos e culturas são muito mais diversas e distintas do que geralmente se supõe;

Observar a espécie humana como *uma* das espécies constitutivas da natureza, cuja possibilidade de existência só é possível numa “relação de interação”, e não de destruição ou exploração do meio natural (grifos do autor) (CAROLA, 2013, p. 178).

Essa abordagem sugere que mais do que questionar ética e politicamente a racionalidade moderna, a educação ambiental no ensino de história deve também permitir conhecer outras possibilidades de relacionamento sociedade-natureza e incentivar uma relação mais sustentável. A história ambiental não pode se constituir em um conhecimento de “penitência”, como critica Ely Carvalho sobre alguns trabalhos nesse campo, que dá ênfase à degradação ambiental, centrando a análise na racionalidade mecanicista, mas que, implicitamente, mantém a dicotomia cultura *versus* natureza (CARVALHO, 2012, p. 111 e 113).

É necessário romper com a visão de que a natureza é um “vestígio do Éden original” e de que o ser humano é um *Homo devastans*, naturalmente destruidor da natureza, pois esse pensamento também não foge à lógica da racionalidade moderna, porque ainda separa a humanidade da natureza (CARVALHO, 2011).

A possibilidade de realizar um ensino, ou mesmo uma história ambiental, condizente com a questão ecológica, não pode deixar de “conceber a complexidade ambiental, como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios

de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza” (LEFF, 2005, p. 13 apud CARVALHO, 2012, p. 114).

Provavelmente, a abordagem dessa complexidade ambiental se constitui no maior desafio para os professores tanto de história como das demais disciplinas, pois é decorrente da estrutura fragmentada do conhecimento, em que é baseada a divisão dos componentes curriculares. A visão holística, tão propagada pela educação ambiental, é dificultada nesse contexto. Para transpor esse obstáculo, a interdisciplinaridade e a transversalidade, já discutidas anteriormente, se constituem em saída para se conseguir oferecer aos estudantes a compreensão da totalidade.

No ensino de história há outros obstáculos da ordem de produção de conhecimento. Como a história ambiental é um campo que há pouco tempo ganhou visibilidade na historiografia, apresenta uma escassez de material. Longe de frear a discussão sobre o tema, Ely Carvalho relembra que “os professores de história do ensino básico, antes de serem transmissores do conhecimento acadêmico, são produtores de um saber escolar, a partir da apropriação do saber acadêmico” (CARVALHO, 2011, p. 113).

Esta também é a ressalva que faz Bittencourt (2011) sobre a falta de métodos para introduzir a educação ambiental no ensino de história. A autora sugere como procedimento metodológico o projeto interdisciplinar, que articule os conteúdos das disciplinas com os problemas vividos pela comunidade local. Os próprios alunos, a partir de uma pesquisa bem orientada, forneceram dados para a produção de material didático, como dossiês temáticos, produção de vídeos (BITTENCOURT, 2011, p. 270).

A realização de estudos de meio já é uma tradição escolar, como relembra a autora, que aliás é vista de maneira positiva. Mas para prevenir tornar esse momento em passeio, o projeto deve estar devidamente planejado com os outros professores, com a definição clara dos objetivos e dos resultados a serem alcançados (BITTENCOURT, 2011, p. 275).

Dessa forma, essa metodologia parece se constituir em uma ferramenta produtiva para o trabalho do professor de história diante da escassez de material. Disso, é conclusivo que a inserção da temática ambiental no ensino de história apresenta a necessidade de tarefas pouco praticadas pelos professores da área, mas que não se configura, de forma alguma, em um panorama difícil de modificar.

Outras sugestões para o trabalho com educação ambiental incorporam ações já do cotidiano das salas de aula: debate com a classe, discussão em pequenos grupos, tempestade cerebral, trabalho em grupo para transformar soluções em ações, questionário reflexivo e interdisciplinar, criação de jornais escritos, falados, músicas, e outras formas de comunicação

(SELBACH, 2010, p. 56-58). O que vai promover a qualidade da estratégia escolhida será a problematização realizada pelo professor ao formular o objetivo para a atividade. Assim, é essencial o estudo do docente para articular a questão ambiental com o conhecimento histórico.

Neste capítulo foi abordado a discussão sobre a temática ambiental na educação no geral, e no ensino de história, em particular, com o objetivo de expor as problematizações inerentes ao tema para que o trabalho pedagógico se realize de forma adequada à proposta da educação ambiental.

A seguir será apresentado a conjuntura de surgimento dos chamados novos movimentos sociais, que deram visibilidade a novas temáticas, como a questão ambiental, e que será exposta para o entendimento do movimento ecológico no Brasil.

CAPÍTULO 2 – A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO ECOLÓGICO NO BRASIL

Neste capítulo será abordado o contexto de emergência do movimento ecológico no Brasil partindo da discussão dos movimentos sociais que trouxeram elementos novos à configuração da sociedade civil brasileira. A conjuntura de Transição Democrática é reconhecida pela presença das multidões nas ruas e praças do país inaugurando uma nova fase de comportamento social. Tanto sujeitos históricos, até então invisibilizados, como demandas que não eram percebidas enquanto direitos, entraram em cena. O primeiro tópico trata dos movimentos sociais de maneira geral, buscando expor as principais questões que envolveram tais sujeitos e seus anseios de “ter direitos”. Em seguida, no segundo tópico, o foco recai sobre o movimento ecológico brasileiro, apontando as suas manifestações até a primeira metade da década de 1980. O ponto chave é entender o debate da questão ambiental, que na época ainda era uma temática inédita, e como ganhou reverberação na sociedade brasileira.

2.1 Os movimentos sociais na Transição Democrática

A Transição Democrática, entre os últimos anos da década de 1970 e os anos 1980, foi um período que ficou caracterizado pela formação de muitos movimentos sociais empenhados na reconstrução da democracia brasileira, além do engajamento social em questões até então inéditas no país. Já despontava no horizonte desde o ano de 1974, com a política de distensão do presidente Geisel, a partir da formulação do chamado Projeto Geisel-Golbery¹⁹ e do pronunciamento do seu discurso²⁰ na reunião da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no qual afirmava suas intenções de realizar uma mudança política.

Também em seu governo ocorreu a vitória inesperada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições para o Congresso Nacional²¹, realizadas em novembro de 1974, constituindo-se em marco expressivo da reorganização da oposição. O resultado das eleições soou como uma mensagem altissonante da insatisfação social e que a sociedade civil, mesmo que os militares e os políticos de direita negassem, não estava apartada da política.

A vitória da oposição nas eleições representou um protesto maciço pelo voto, que

¹⁹ O Projeto Geisel-Golbery é interpretado como um projeto de poder dos herdeiros da linha política denominada *castelista*, interessados na reconstitucionalização do regime militar. “Tais homens acreditavam numa intervenção breve dos militares na política, agindo de forma cirúrgica contra a subversão e o comunismo e em seguida retornando, cobertos de glórias, aos quartéis” (SILVA, 2003, p. 257).

²⁰ O presidente Geisel proferiu discurso dia 29 de agosto de 1974, em reunião com dirigentes da ARENA, base parlamentar do governo, anunciando o projeto de lenta, gradativa e segura distensão.

²¹ Em 1974, o país possuía 21 estados. O Distrito Federal e os territórios de Roraima, Rondônia e Amapá não elegiam senadores. O MDB elegeu 16 cadeiras das 22 em disputa para o Senado. Na Câmara, o partido da oposição obteve 161 das 364 cadeiras, ou seja, 44% (JORNAL DO SENADO, 2014, p. 2-3).

trincou a fachada do regime, acabando com suas tentativas de legitimação política. O sistema eleitoral, pelo qual o partido do governo deveria vencer sempre, acabara voltando-se contra seus próprios criadores, transformando-se em plebiscito contra o regime (KUCINSKI, 2001, p.15).

É importante considerar que o MDB ganhou nos grandes centros e nos estados mais industrializados. A ARENA foi vitoriosa em sua maioria nas cidades do Nordeste que, de acordo com Boris Fausto (2012), transparece uma conjuntura de negação das liberdades nessa região (FAUSTO, 2012, p. 412). Mas, ao contrário desse entendimento, as eleições de 1974 apresentaram outro significado no Maranhão.

Suely Soares Carvalhêdo (1997), em análise dos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, diz que o MDB ganhou na capital São Luís nas eleições de 1974, apontando uma relação com o fato de ser a cidade mais urbanizada e politizada do estado, de possuir um percentual de alfabetização maior se comparado com o interior do Maranhão, e ainda, por apresentar atividades econômicas mais ligadas à industrialização e à urbanização. Complementa com a observação de que o MDB era um partido debilitado economicamente ao contrário da ARENA, que possuía aparato econômico e de clientela para chegar aos locais mais isolados do interior (CARVALHÊDO, 1997, p. 70-79).

Porém, a autora faz uma ressalva a partir das observações do jornalista Benedito Buzar sobre a divisão dos votos de acordo com as zonas eleitorais do município de São Luís, capital do estado. Conclui que na zona onde havia o maior eleitorado do “centro-urbano da elite”, o candidato ao Senado, Henrique de La Roque, da ARENA foi bem votado, assim como os arenistas candidatos a deputado estadual e federal ultrapassaram os emedebistas. Em contraste, as zonas dos bairros do subúrbio, na área rural, os votos em branco suplantaram os de La Roque e o MDB recebeu maior votação. Buzar sugere que dentro da cidade de São Luís a relação urbanização e alfabetização como pressuposto para se votar no MDB não se confirmou. O que leva a uma interpretação de que apesar de se relacionar as localidades menos urbanizadas com uma população presa a uma cultura política de mandonismo, o resultado das eleições de 1974 infere que as populações do subúrbio da capital São Luís possuíam maior liberdade de expressão nas urnas (CARVALHÊDO, 1997, p. 81-82).

De acordo com Bernardo Kucinski, “o MDB não se constituiu em uma força social organizada, com estrutura permanente, militantes e dirigentes intermediários. Não tinha sede na maioria das cidades. Vivia de momentos especiais e campanhas eleitorais” (KUCINSKI, 2001, p. 43). Possivelmente a localização dessa população marginalizada na principal cidade

do Maranhão permitia uma ação mais organizada do MDB, ao contrário das cidades do interior.

Da política de distensão, o país passou para a política de abertura com o presidente Figueiredo, a partir de 1979. Segundo Michaela Hellmann (1995), foi o ano em que houve um

revigoramento da força política dos (das) adversários (as) do regime. Em virtude da atuação de diversas forças oposicionistas e em parte também em consequência da política dos próprios militares, não foi apenas o MDB que se transformou agora num verdadeiro partido de oposição (HELLMANN, 1995, p. 15).

Em 1979 também foi reimplementado o pluripartidarismo, revogadas as leis de exceção²² – os Atos Institucionais –, e foi instituída a lei de Anistia²³. Três fatos que movimentaram a vida política nacional, visto que a revogação do AI-5 e a volta dos exilados deram novo ânimo aos grupos já em atividade na oposição, como também incentivaram a incorporação de mais pessoas nas suas fileiras, formando novos grupos em clara expressão de descontentamento com o regime ditatorial. Quanto à volta do pluripartidarismo, significou a fragmentação da oposição, que a partir daquele momento não se aglutinava mais em um único partido (MDB), mas por outro lado, permitiu que as diversas concepções políticas fossem defendidas por projetos mais puros ideologicamente²⁴.

A sociedade civil atuou de maneira a tornar a animação social das décadas de 1970 e 1980 significado relevante e de conteúdo novo para a história brasileira. Maria da Glória Gohn (2013) considera os anos de 1975 a 1982 como os mais ricos da história do país em relação aos movimentos sociais, que naquele momento, articulavam-se como forma de enfrentamento ao regime empresarial militar, elaborando propostas para a mudança social (GOHN, 2013, p. 113-114 e 125).

²² Como evidência do clima de liberdade, a Emenda Constitucional nº 11 foi aprovada pelo Congresso em outubro de 1978, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979. Foi responsável pela revogação do AI-5, que estava incorporado à Constituição. Isso significava que o Executivo não poderia mais declarar o recesso do Congresso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários, privar cidadãos de seus direitos políticos, além do direito de requerer *habeas corpus* ter sido restabelecido (FAUSTO, 2012, p. 421).

²³ A Lei de Anistia foi sancionada em 28 de agosto de 1979, beneficiando presos políticos e permitindo o retorno de pessoas banidas e exiladas. Ao mesmo tempo, a lei também conferiu anistia aos militares acusados de crimes de violação dos direitos humanos.

²⁴ O Ato Institucional nº 2, que estabeleceu o sistema bipartidário, foi revogado. Da ARENA se originou o PDS (Partido Democrático Social) e o MDB se transformou em PMDB (Partido Democrático Brasileiro). Surgiram também novos partidos: PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PP (Partido Popular).

Os setores dominantes também se colocaram na oposição, como a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados do MDB. Eles ampliaram o espaço político se utilizando da posição de autoridade na sociedade civil brasileira, passando a questionar a legitimidade do regime. Porém, Maria Helena Moreira Alves (2005) faz uma ressalva de que os setores liberais da burguesia nacional aderiram à oposição, trazendo como bandeira, a reivindicação de maior participação na formulação da política econômica (ALVES, 2005, p. 273-274). Essa mudança da postura política das classes dominantes em relação ao regime ditatorial, visto que elas estavam a favor do golpe de 1964²⁵, foi causada pela crise econômica. Como o governo tomou como resolução da crise a expansão das estatais, que afetava diretamente as empresas multinacionais e os bancos internacionais. Sentindo-se prejudicada, a burguesia iniciou uma campanha contra a estatização da economia, chegando a tomar

a iniciativa do debate em relação a outros setores da sociedade, restringindo a discussão da crise aos aspectos de maior interesse do grande capital. Tentava, ainda, abafar os temas de interesse popular, como o achatamento de salários e a alta do custo de vida, ofuscar o protesto popular contra a outra face do milagre [...]. Para a burguesia, a outra face do milagre era a estatização “indesejada” da economia, e não a degradação nas condições de vida dos migrantes, a deterioração no meio ambiente e o colapso dos serviços públicos (KUCINSKI, 2001, p. 19-20).

Entretanto, a tentativa da burguesia de desviar a atenção dos efeitos sociais gerados pela recessão econômica encontrou pelo caminho os movimentos sociais populares, formados pelos setores sociais que mais sofreram com a política econômica e os projetos de desenvolvimento elaborados e empreendidos no período pós-1964. Significa dizer que houve a formação de novos sujeitos coletivos, antes marginalizados da vida política e social.

Há algumas explicações que elegem a crise econômica como principal causa para a configuração dessa conjuntura social. De acordo com Pedro Jacobi (1987), por exemplo, que tem como enfoque os movimentos sociais urbanos,

no início da década de 1980, [...] a incapacidade do Estado de dar respostas rápidas às demandas dos setores mais deserdados e afetados pela recessão, tornam manifesta a insignificância das medidas adotadas. [...] manifestações ocorreram principalmente pela incapacidade dos governos de oposição de posicionarem-se contra a política do governo Figueiredo e em dar respostas efetivas ao problema do desemprego, ou de substituir a ausência de canais institucionais, criando condições para a construção e mecanismos efetivos de participação dos setores afetados (JACOBI, 1987, p. 12-13)

²⁵ Para aprofundar nesse tema ver DREIFUSS, 1981.

O autor relaciona o surgimento das manifestações sociais com a crise, em que a oposição consentida não era capaz de atuar no sentido de atenuar problemas como a crescente deterioração das condições de vida urbana, restando a mobilização dos segmentos sociais mais prejudicados pelo mal momento econômico.

Iniciada em 1973, a crise conseguiu abalar a base de legitimação do regime: o crescimento econômico. Francisco Weffort (1989), a partir das elaborações de Luciano Martins, assinala que o Brasil durante a ditadura foi tomado pela generalização do *ethos* capitalista.

Em que pese restrições da população ao regime militar, o sistema econômico capitalista alcançou, neste período, uma grande aceitação popular e, deste modo, uma legitimidade muito mais notável do que em qualquer época na história do país (WEFFORT, 1989, p. 24).

De acordo com Prado & Earp (2003), os bons resultados da economia brasileira a partir de 1968, apresentando altíssimas taxas de crescimento, direcionaram a busca de legitimidade para o plano econômico, visto que havia, no plano político, um recrudescimento. No governo Médici, a ideia da construção de um “Brasil Potência” se tornou a base da propaganda e fundamento de sua legitimidade (PRADO & EARP, 2003, p. 228). Entretanto, ao chegar a década de 1980, os números econômicos eram desanimadores.

Marly Rodrigues (2001) apresenta alguns dados dos resultados do projeto econômico do regime ditatorial a partir de uma pesquisa realizada, em 1980, nas áreas urbanas, que apontou que 8% da população consumiam 62% dos bens disponíveis no mercado. Compartilhando ainda dos dados oferecidos pela autora:

Segundo a PNAD²⁶, realizada em 1981, um terço de toda a renda nacional concentrava-se em apenas 5% da população.

Passados sete anos, 25% da PEA²⁷ recebia um salário mínimo. Dos 144 milhões de brasileiros, 40 milhões vivem no campo e, entre eles, 8,7 milhões recebem menos de um salário mínimo; quase 30 milhões não têm terra.

Do total da PEA – 50,9 milhões de pessoas, em 1983 – 62% era de empregados. Entre eles apenas 33% tinham garantidos seus direitos trabalhistas, isto é, estavam legalmente empregados. Ao longo dos anos 80, o desemprego tem crescido a níveis alarmantes. Até 1984, atingira uma média de 74% sobre a PEA (RODRIGUES, 2001, p. 51-52).

²⁶ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

²⁷ PEA – População Economicamente Ativa

Desses dados se conclui que a maior característica da condução política e, conseqüentemente, econômica dos governos autoritários foi a concentração de renda. De acordo com Silva (2003), “a crise do milagre econômico, largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política, arrastava consigo a credibilidade dos militares e as bases sociais da aceitação da ditadura” (SILVA, 2003, p.254).

A crise econômica é colocada como fator potencializador para a emergência dos movimentos sociais, “na medida que o avanço capitalista gera uma série de necessidades não atendidas plenamente pelo Estado, leva as organizações a uma luta para alterar essa situação, que, na verdade, é parte da luta de classes” (ROCHA, 1998, p. 11). Isso se configurou no Maranhão e, especificamente em São Luís, com as demandas dos movimentos sociais relacionadas com a falta de infraestrutura dos bairros (urbanização e saneamento), a não legalização de posse de lotes urbanos, a busca de local para morar, à execução de programas governamentais, a organização de atividades recreativas e artísticas (ROCHA, 1998, p. 10).

Para entender melhor é necessário ressaltar que os projetos de integração e desenvolvimento da Amazônia, do qual fez parte o Maranhão, inseriu o estado na lógica capitalista. É importante saber que desses projetos de desenvolvimento, realizados de maneira autoritária, resultou um processo de privatização das terras que favorecia as grandes empresas, e expulsava os camponeses para as cidades, em especial para São Luís.

Para se ter ideia do fenômeno do êxodo rural no Maranhão,

entre 1960 e 1991, a população urbana saltou de 18% para 40% da população do estado [...]. Por conta dessas mudanças, houve uma concentração de população na periferia das grandes e médias cidades, evidenciando uma importante alteração no perfil demográfico do estado (COSTA, 2015, p. 223).

São Luís, por exemplo, teve um aumento populacional entre 1980 e 1985 de 81,5%. Esse inchaço não foi acompanhado de uma infraestrutura nos bairros para receber esse contingente. Pelo contrário, havia uma precariedade estrutural e uma dificuldade no processo de legalização dos lotes urbanos (ARAÚJO, 2007, p. 46).

Essa linha de análise segue a perspectiva estruturalista, em que os novos movimentos sociais são compreendidos a partir das transformações sociais e econômicas. Mas além desses imperativos estruturais, a conjuntura de oposição organizada ao regime ditatorial e as relações autoritárias do Estado face a sociedade civil também se constituíam em motivações que a literatura costuma acentuar como potencialidade dos movimentos sociais. Diz respeito a serem eles promotores de uma nova cultura política, baseada na democracia direta ou na

autogestão. Seria uma visão de que eles são portadores de uma ideia de sociedade nova, principalmente quando comparada ao regime autoritário que comandava o país.

Porém, Tullo Vigevani (1989) apresenta ressalvas a esse entendimento. Segundo ele,

o horizonte da grande maioria dos movimentos sociais está restrito ao atendimento de reivindicações localizadas, de direito do cidadão. Em geral, tais necessidades são limitadas no tempo e no espaço, sendo de relevância apenas para a questão de fundo, a da relação do movimento social com a sociedade civil em geral e com a sociedade política e o projeto político é, no melhor dos casos, apenas potencial, como perspectiva (VIGEVANI, 1989, p. 98).

A aposta nos novos movimentos sociais como transformadores da sociedade não levou em consideração que a organização deles era pontual, e não como condução da vida cotidiana de uma forma democrática, que se configurasse numa mudança de cultura política. Nesse momento, o peso histórico da cultura autoritária e messiânica brasileira é demasiado influente.

Contraopondo-se a esse autor, Lourdes Rocha (1998) entende que os novos movimentos sociais estão inseridos na luta de classes, e que mesmo não lutando imediatamente por uma outra sociedade e

pela transformação do modo de produção, eles contribuem para o avanço da consciência e da organização da classe trabalhadora. Ao colocarem a espoliação urbana e o esforço à discriminação como reflexos do sistema capitalista, cuja exploração ultrapassa a exploração do mundo, as organizações populares estariam constituindo uma nova concepção de mundo, a partir da ótica dos dominados (ROCHA, 1998, p. 11).

Entretanto esse avanço da consciência, em se tratando da sociedade brasileira, é extremamente problemático, e torna necessário trazer à tona a análise da constituição histórica do Brasil como um país autoritário, que nas elaborações da filósofa Marilena Chauí (2012) significa romper com o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno que, periodicamente, afeta o Estado, mas que, deve ser entendido como formação histórica, e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político (CHAUÍ, 2012, p. 90).

De acordo com Maria Célia Paoli (1995),

É uma sociedade que recusou os princípios do republicanismo e do liberalismo como constitutivos de sua cultura política. É uma sociedade permeada por uma violência espantosa no controle de seus conflitos e de uma hierarquia valorativa que transforma a todos em mandantes e obedientes, superiores e inferiores. Possui um sistema legal que, de fato, não reconhece direitos de equivalência para todos os cidadãos, pois suas leis são aplicadas pelo critério do privilégio e costumam ser usadas para reproduzir a desigualdade. [...] Em lugar dos direitos clássicos, a violência aberta, a tutela e o favor formam a troca simbólica possível para a sobrevivência (PAOLI, 1995, p. 29).

Diante de uma formação histórica que impõe dificuldades aos princípios democráticos, que resiste em reconhecer direito de equivalência para todos os cidadãos, a emergência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980 se constituiu em algo inédito, que implicitamente propunha uma concepção radical de democracia formulada por sujeitos oriundos das camadas pauperizadas.

Abordando, primeiramente, a excepcionalidade das exigências dos novos movimentos sociais, é indispensável retomar o caráter conservador da democracia em seu sentido liberal, que

se esgota na “normalização” das instituições políticas. Para os que são tributários desta perspectiva, a gigantesca empresa de instaurar a democracia se reduz à criação e institucionalização de uma simples ordem política – isto é, um sistema de regras do jogo que faz abstração de seus conteúdos éticos e da natureza profunda dos antagonismos sociais – e que só coloca problemas de *governabilidade* e *eficácia administrativa* (grifos meus) (BORON, 1994, p. 7).

Em comparação com a concepção radical de democracia, esta seria, além de uma questão de método para a formulação e tomada de decisões no âmbito estatal, “uma forma de vida, como um modo cotidiano de relação entre homens e mulheres que orienta e que regula o conjunto das atividades de uma comunidade” (NUN, 1989, p. 61 apud BORON, 1994, p. 9). Os preceitos democráticos seriam as bases da convivência em sociedade, abrangendo a totalidade da vida humana.

Dessa forma, os novos movimentos sociais exigiam o que Atílio Boron (1994) sintetizou como sendo

uma vasta e complexa série de demandas sociais, às vezes vagamente formuladas, outras vezes apenas pressentidas mas racionalmente elaboradas, pareciam sintetizar-se na aspiração democrática, transformada agora em uma eficaz “ideia força” capaz de mobilizar vastos setores da sociedade civil em sua luta contra o despotismo político e a criação – ou a recuperação, ali onde tivesse sentido falar – da democracia (BORON, 1994, p. 13).

A análise de Boron parte de uma perspectiva mais ampla do continente latino-americano, que em sua maioria os países passavam por processos semelhantes ao brasileiro²⁸. Assim, como Boron relaciona o surgimento dos novos movimentos sociais ao processo de transição para a democracia, Michaela Hellmann também assim os compreende. Para ela, os movimentos sociais organizados,

²⁸Transições na América Latina: Bolívia (1982), Argentina (1983), Peru (1980), Uruguai (1985) e Chile (1990).

desenvolveram novas formas e áreas de luta que, até o início dos anos 80 alimentavam a esperança e a perspectiva de ampliar o debate sobre o conteúdo da democracia. O fim da ditadura militar e a democracia não significavam para esses movimentos apenas o fim do arbítrio do Estado e da violação dos direitos humanos, nem apenas a esperança da criação de um sistema parlamentar com eleições livres; na medida em que evoluíram, exigiam também amplos direitos de cidadania que lhes tinham sido negados durante a ditadura militar que começara em 1964 (HELLMANN, 1995, p. 12-13).

Essa mesma autora considera que

a própria política do governo militar levou ao rompimento das relações entre o Estado e a sociedade e ao surgimento ou ressurgimento (“novos”) dos movimentos sociais. Reprimindo de modo sistemático e brutal as formas tradicionais de participação, obteve-se provisoriamente um silêncio político forçado, mas a repressão e a política econômica não tardaram a levar ao surgimento de uma ampla resistência contra o governo (HELLMANN, 1995, p. 14).

Compartilhando do entendimento de Maria Gohn, Tullo Vigevani e Hellmann também partilham a ideia que a novidade está na introdução da ideia de cidadania, e a sua propagação pelos escalões mais baixos da sociedade. As agitações sociais sempre existiram na história brasileira, mas tinham a qualidade de expressar descontentamentos pontuais. Mesmo entre os anos de 1946 e 1964, com as mobilizações de estudantes, trabalhadores e militares subalternos que concebiam projetos políticos pelas perspectivas reformistas ou revolucionárias, não havia a vinculação à ideia de cidadania (VIGEVANI, 1989, p. 94-95).

Hellmann aponta uma relação de continuidade quando se amplia o foco na observação da história dos movimentos sociais no Brasil, entre as décadas da Transição Democrática e os anos 1930 e 1940. Os movimentos dos anos 1970 e 1980 significariam uma “segunda onda” ou um “ciclo” novo das ações coletivas das décadas da primeira metade do século XX (HELLMANN, 1995, p. 22).

Para traçar essa linha de continuidade entre esses períodos históricos, é interessante expor as elaborações de Francisco Weffort que reconhece três momentos caracterizados pela efervescência social nos países do Cone Sul. Entre as décadas de 1920 e 1930, depois 1960 e 1970 e por último a década de 1980, como evidentemente engajada no fim do autoritarismo, e que “retomou” as mobilizações dos movimentos nacionalistas-populares, além dos revolucionários dos partidos socialistas, em ações no sentido de promover mudanças sociais. Mas nesses movimentos, a questão da democracia vinha ao final de uma lista de temas mais relevantes – a estrutura agrária, o crescimento (ou desenvolvimento) econômico nacional, os

desequilíbrios regionais, a formação do mercado interno, as desigualdades sociais, a distribuição de renda e a marginalidade social (WEFFORT, 1989, p. 18-19).

Disso pode-se extrair um dos motivos da qualificação de “novos” para os movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, no caso do Brasil:

Esses movimentos e suas reivindicações traziam conflitos e atores que não só reinventavam formas e espaços de luta que abriam os horizontes de um regime democrático formal para além dele próprio como, além disso, eram feitos por atores historicamente depreciados, os situados lá no fim das hierarquias sociais. Onde ficavam visíveis [...] os movimentos sociais trouxeram, entre tantas coisas, uma mudança nas atribuições dos estigmas sociais e políticos sobre as classes populares brasileiras, que assinalou sua capacidade para gerar critérios de legitimidade política democrática. Neste país, eles eram “novos” em vários sentidos, sobretudo em sua demanda de *direitos, dignidade e cidadania* (grifos meus) (PAOLI, 1995, p. 29).

Eder Sader (1988) considera que a novidade dos movimentos sociais

expressa-se nas novas configurações sociais dos trabalhadores que elaboram as experiências vividas no cotidiano e criam espaços políticos. São novos pelos lugares onde se constituíram como sujeitos coletivos, pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam (SADER, 1988, p. 36).

Sader é adepto da compreensão dos movimentos sociais pela junção da estrutura com os sujeitos. Significa ir além dos condicionantes sociais impostos pela realidade social. Por isso argumenta que

embora as pessoas se encontrem, de saída, numa sociedade estruturada já de determinada maneira, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais (SADER, 1988, p. 45).

Outro ponto que ganhou destaque nas análises sobre essas organizações diz respeito ao grau de espontaneidade e autonomia. O que se percebe é que os movimentos sociais receberam a influência de agentes, dos chamados “de fora”:

- profissionais vinculados às instituições estatais, fundacionais e privadas na execução de programas e projetos; - políticos com interesses eleitoreiros; - organizações da sociedade civil; - pessoas ligadas às pastorais da Igreja Católica e outras; - militantes de movimentos sociais, na tentativa de ampliar a ação do movimento; - políticos e pessoas com posicionamento de esquerda (ROCHA, 1998, p. 13)

O papel desses apoios externos não chega a desmerecer a mobilização social, mas sugere mais argumentos para as análises sobre a ideia da criação de uma nova cultura política no país baseada na democracia direta, no envolvimento genuíno na política. Ao contrário dessa perspectiva empolgada, Tullo Vigevani notou que

enraizou-se neles [nos movimentos sociais] um discurso de rejeição da política que acaba por reproduzir e por dar caráter permanente à setorialização e localização de sua ação, o que implica, como corolário, até certo ponto a rejeição de qualquer forma de institucionalização (VIGEVANI, 1989, p. 99).

O resultado disso é uma mobilização voltada para questões imediatas, sem a proposição de projetos políticos mais amplos, tanto em relação a outras dimensões da vida como uma articulação mais geral, pensando em nível nacional. Somada a essa limitação está o afastamento de tudo que se aproxime a “política oficial” – partidos políticos e estrutura do Estado Restrito – e, conseqüentemente, a não renovação dos quadros políticos e da própria forma de condução da política.

Sérgio Tavolaro compreende que as razões estariam ligadas a três ordens: a possibilidade quebra de consenso na identidade do grupo, a descrença na resolução dos problemas pelos meios administrativos oficiais, e por último, o temor de perder a autonomia (TAVOLARO, 1998, 63-64).

O significado político dos novos movimentos sociais para o Brasil está relacionado com os seus efeitos na experiência democrática. Principalmente os movimentos de mulheres, os movimentos ecológicos, o movimento negro, os movimentos sociais do campo e os movimentos indígenas introduziram

um sentido inovador que se dirigia a construir referências novas, para a sociedade, em relação à singularidade de diferentes condições sociais antes *anônimas* como dimensão política. Coexistindo no espaço das ações coletivas, todos esses movimentos sociais desvendaram um processo que se refere, intimamente, à experiência democrática: a existência de conflitos múltiplos cuja legitimidade forma a própria possibilidade de uma democracia real (grifo meu) (PAOLI, 1995, p. 31).

Nas palavras de Maria da Glória Gohn,

o surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc., todos, em seu conjunto, revelaram a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas (GOHN, 2013, p. 126).

A heterogeneidade de setores sociais demonstrava uma natureza diversa da luta de classes. Nos novos movimentos sociais não havia uma unidade como, por exemplo, a categoria do operariado, apesar de ainda existirem movimentos que correspondiam aos interesses classistas. Alguns autores compreendem que a base social é proveniente dos baixos escalões, os movimentos classificados como populares (PAOLI, 1995; JACOBI, 1987; ROCHA, 1998). Já Tavolaro, oferece uma perspectiva, a partir das elaborações de Offe e Eder, ao constituírem a nova classe média como base social dos novos movimentos sociais, caracterizada pelo “alto nível de informação, uma segurança econômica relativa e a ocupação de serviços sociais” (TAVOLARO, 1998, p. 61), promovendo e zelando pelos reparos sociais. De forma conclusiva, Tavolaro defende que de modo geral há uma indefinição de classe, o que coloca no centro de análise as necessidades compartilhadas pelos participantes.

Em se tratando do movimento ecológico, e que também é o caso do movimento feminista, negro, essas necessidades perpassam uma transformação cultural em que faz emergir uma nova cultura no sentido antropológico, de mudanças no modo de vida. Mas elas se juntam às questões relativas à distribuição de riquezas que outros movimentos sociais reivindicam. Os movimentos sociais lutam sim, pelos benefícios do desenvolvimento econômico, mas também pela ampliação do acesso ao espaço público (DURHAM, 1984, p. 26).

O resultado dos novos movimentos sociais foi principalmente a sua visibilidade, tanto em relação ao Estado Restrito como para a sociedade civil no geral, em que ambos passam a ter que reconhecê-los, mesmo que somente pela via compulsória da lei. A Constituição de 1988 confere a esses setores um patamar inédito, ao inserir na legislação algumas demandas suscitadas pelos novos movimentos sociais.

2.2 Os movimentos ecológicos no Brasil

A emergência do movimento ecológico no Brasil ocorreu no contexto da Transição Democrática. A preocupação com o meio ambiente não era inédita no Brasil, já que em 1958 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza no Rio de Janeiro. Mas somente nos anos 1970 a temática ambiental ganhou espaço significativo na esfera pública chegando ao ponto da Constituição de 1988 possuir um artigo específico sobre o meio ambiente (artigo 225).

Eduardo Viola e Héctor Leis (1995) compreendem que na década de 1970 a profundidade das mudanças modernizadoras ocorridas no país deu maior espaço para as

questões ambientais. Em 1973 teve início a crise econômica, depois dos anos do Milagre brasileiro (1968-1973), e por isso o surgimento dos movimentos ecológicos está diretamente relacionado ao esgotamento do modelo de desenvolvimento que o país vinha realizando.

Viola (1987) se reporta ao período do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) como momento crucial em que o crescimento econômico acelerado se tornou ideologia dominante entre as elites brasileiras (VIOLA, 1987, p. 83), e que perdurou durante todo o regime Empresarial Militar. Porém, essa ideologia do crescimento econômico acelerado, também conhecida como desenvolvimentista²⁹ iniciou, na verdade, com a chegada de Getúlio Vargas ao Executivo federal, momento em que as classes industriais ascenderam ao poder, mas ainda eram dependentes das estruturas estatais. Essa ideologia também provinha das diretrizes da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) que afirmavam que o desenvolvimento econômico, o progresso técnico e a acumulação estavam estritamente relacionados (SANTOS, 2010, p. 36). Para romper com a dependência os países periféricos teriam que necessariamente aumentar seu crescimento econômico.

A ideologia desenvolvimentista se tornou predominante a partir dos anos 1930. Até mesmo os opositoristas concebiam a industrialização como única possibilidade de rompimento com a dependência econômica dos países periféricos/subdesenvolvidos/em desenvolvimento. As críticas a esse modelo se resumiam aos custos sociais, como a concentração de renda, sem fazer referências aos custos ecológicos para o país (VIOLA, 1987, p. 84).

É perceptível que o Brasil, como país em desenvolvimento, seguia o modelo dos países de capitalismo avançado a partir da ideia de que a modernização seria alcançada por meio do progresso técnico-científico, considerado o responsável pelas benesses da liberdade individual, da autonomia, das possibilidades de emancipação e dos princípios universalizantes (TAVOLARO, 1998, p. 60).

Porém, o resultado dessa ideologia no início dos anos 1980 foi a classificação do Brasil em oitava economia do planeta, mas ao mesmo tempo, um dos países de “mais injusta distribuição de renda do mundo”, além de um dos países, entre os de renda média e alta, onde a degradação ambiental chegava a níveis alarmantes (VIOLA, 1987, p. 82). Angariando títulos no quesito injustiça social, o Brasil, apesar de criar a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973, não promovia uma gestão compromissada com a questão

²⁹ Para aprofundar na ideologia desenvolvimentista ver a obra *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, de Octavio Ianni.

ambiental. Isso ficou mais evidente no início da década de 1980, quando Cubatão (SP) foi eleita uma das cidades mais poluídas do mundo.

A despreocupação com o meio ambiente era flagrante.

A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do primeiro mundo convidando as indústrias poluidoras a transferir-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente, e a delegação brasileira na Conferência Internacional de Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) argumentava que as preocupações com a defesa ambiental mascaravam interesses imperialistas que queriam bloquear o ascendo dos países em desenvolvimento (VIOLA, 1987, p. 84).

A criação da SEMA um ano após a Conferência de Estocolmo foi uma medida para melhorar a imagem internacional do país. De acordo com Viola, ela efetivamente não significou uma ação empenhada no que deveria ser sua missão.

Durante todo o regime militar, a Sema foi uma agência marginal do Ministério do Interior, chefiada patrimonialisticamente por Paulo Noqueira Neto. (...) as agências estaduais de meio ambiente, criadas nos estados do Sul-Sudeste na segunda metade da década de 70 com o objetivo de controlar os excessos maiores em termos de poluição ambiental, somente começaram a agir efetivamente em termos de licenciamento ambiental no começo da década de 80, mesmo assim agindo com mão branda sempre que a resistência das indústrias em realizar “investimentos improdutivos” os colocava diante da necessidade de punir as empresas (VIOLA, 1987, p. 84-85).

De maneira diversa, a conjuntura de limitação da produção e a necessidade de um ajuste ecológico nos países de capitalismo avançado (Europa e Estados Unidos) era decorrente da organização pioneira do movimento ecológico nesses lugares. Surgiu a partir da perspectiva de que as relações sociais deveriam ser normativamente reguladas, “ainda que sobre bases não mais tradicionais, e através da redefinição das relações da sociedade civil com o mercado e com o Estado, numa perspectiva *autolimitada*” (TAVOLARO, 1998, p. 60).

Nesses países, as questões ambientais partiram da sociedade civil para o Estado. Algumas críticas foram provenientes do meio científico, como o lançamento do livro da bióloga norte-americana Rachel Carson, em 1962, *Primavera Silenciosa*, considerado “o primeiro alerta mundial contra os efeitos nocivos do uso de pesticidas na agricultura. O livro influenciou a criação da agência de proteção ambiental (Epa) nos Estados Unidos e inspirou movimentos ambientalistas em diversos países” (PEREIRA, 2012, online).

Além desse fato,

em 1968, se funda o Clube de Roma, cujos informes *Os Limites do Crescimento* (1972) e *A Humanidade numa Encruzilhada* (1974) determinaram os debates subsequentes. Em 1972, se celebra em Estocolmo a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, patrocinado pela ONU, que resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (TOZZI, 2005, p. 36)

Além da evidência da destruição ambiental, havia outros motivos para o desenvolvimento dos movimentos ecológicos, como a crise do marxismo gerada sobretudo pelo caráter totalitário da União Soviética³⁰, que causou a desilusão com o socialismo real nos quesitos que tratam da liberdade e do enfraquecimento do movimento operário e sindical no mundo, com exceção de alguns países, como o Brasil. O autor também aponta o questionamento da teoria do valor-trabalho proposta por Marx, salientando que em relação à natureza, o socialismo não se diferencia do capitalismo por também supor que os recursos naturais são infinitos. Porém, há uma perspectiva válida na crítica marxista: o utilitarismo (VIOLA, 1987, p. 69).

Dentro das formulações do marxismo é possível ainda destacar as elaborações teóricas sobre o fetiche da mercadoria, que no plano da sociedade aparece como a reificação das relações entre as pessoas e relações sociais entre as coisas, camuflando o aspecto social do trabalho (MARX, 1985, p. 71).

Diante de quadro de exacerbada degradação social e ambiental em escala planetária o movimento ecológico propõe um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico: a justiça social, a não violência ativa e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras (VIOLA, 1987, p. 71)

A crítica marxista à injustiça social permanece nos movimentos ecológicos, que acompanhada pelas críticas aos princípios da ciência ocidental e pela participação da sociedade civil, inicialmente nos países desenvolvidos, inauguraram o ambientalismo.

Héctor Leis (2002) propõe uma análise interessante sobre os movimentos ecológicos e também sobre a sua relação com os “socialismos”. Primeiramente o autor parte da análise de que os movimentos de expansão do mercado se constituem no “motor” da história. E que os “socialismos” do passado e os “ambientalismos” do presente se constituem em

³⁰ Uma série de acontecimentos evidenciaram o caráter autoritário do bloco socialista: a invasão soviética à Tchecoslováquia em 1968, as revoltas operárias na Polónia em 1970 e 1976, a formação das organizações de defesa dos direitos humanos na URSS, a dinâmica genocida do Khmer Vermelho no Camboja logo após a tomada de Pnom Phen em 1975, a forte repercussão dos livros de A. Soljenitsin *O Arquipélago Gulag* e R. Barho *A Alternativa* (VIOLA, 1987, p. 69).

contramovimentos que tentam frear as tendências do mercado (LEIS, 2002, p. 29). Por isso o autor os considera complementares.

As diferenças entre os “socialismos” do passado (...) e os “ambientalismos” do presente, apesar de serem significativas, constituem, na realidade, aspectos complementares de um mesmo processo. Ambos os momentos são de caráter defensivo frente aos aspectos deletérios da expansão do mercado e se inspiram na necessidade de preservar relações de solidariedade e cooperação entre os homens e entre eles e a natureza, enfatizando apenas mais um aspecto do que outro em cada etapa (LEIS, 2002, p. 29)

Pela perspectiva de Leis (2002) a diferença seria apenas em relação ao foco. Um para o plano social, enquanto o outro dá atenção à relação sociedade-natureza. Os dois, de acordo com o autor, fazem parte do mesmo processo multidimensional de compreensão da ciência a partir de uma visão holística e com capacidade de transformar a realidade. Aborda o ambientalismo como projeto utópico-realista para uma política mundial, mas que esbarra nos ditames econômicos desfavoráveis para a resolução da crise ecológica.

Porém a sua discussão demonstra uma compreensão do movimento ecológico de maneira homogênea. Tanto no que diz respeito às posições diferentes em relação à dimensão política como em relação à atuação do ambientalismo nos países e suas realidades diversas. Assim, é necessário analisar o movimento ecológico em seus diferentes espaços de origem e atuação. Como exemplo, na década de 1970, período da Guerra Fria, a geopolítica dividia os países em três categorias: Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, e as diferenças entre eles também se refletia no ecologismo, já que as discussões dos movimentos ecológicos dos países desenvolvidos quando transplantadas para os países subdesenvolvidos se mostravam incongruentes devido às diferenças estruturais. Nos países desenvolvidos a questão ambiental emerge em meio a satisfação das necessidades básicas (alimentação, moradia, saneamento básico, vestimenta, transporte). Enquanto nos países pobres, juntava-se à degradação ambiental, as condições miseráveis de vida da maioria da população (VIOLA, 1987, p. 71).

É mister fazer a observação que Leis (2002) escreve no período após a Conferência Rio 92 em que juntou pessoas de diferentes partes do mundo e atividades em prol da defesa do meio ambiente. Ainda sim, as regiões do globo terrestre oferecem condições discrepantes para a atuação dos movimentos ecológicos, das agências estatais e mesmo das entidades internacionais. Essas diferenças devem ser levadas em consideração na observação da eficácia do projeto ambiental.

Segundo Peñafiel (2005), algumas interpretações a respeito da relevância da historicidade dos espaços onde surgem os movimentos ecológicos concebem o ambientalismo

do Norte como movimento de consciência surgido com ênfase no meio ambiente natural para salvá-lo da degradação, ao mesmo tempo que retoma o contato inicial com a natureza, sem qualquer pretensão de questionar a realidade. Já os movimentos ambientalistas nos países pobres do Sul são resultado de conflitos, como por exemplo:

1) sobre o acesso e o controle dos recursos; 2) reapropriação social da natureza, vinculada a processos de democratização, 3) defesa de seus territórios, 4) defesa de suas identidades étnicas, 5) defesa de sua autonomia política; 6) necessidade de autogerir suas formas de vida e seus estilos de desenvolvimento, 7) de definição às condições materiais de produção, 8) defesa dos valores culturais das comunidades locais (PEÑAFIEL, 2005, p. 20).

Por essa abordagem a constituição de movimentos ecológicos nos países pobres permitiu vislumbrar, na concretude, o significado do caráter holístico da questão ambiental e da interdependência dos fatores e elementos que compõem a realidade, já que cuidar do meio ambiente perpassa, nesses lugares, repensar toda a constituição da sociedade que resultou em situações de vida degradantes integradas a meios ambientes também em degradação. Em outras palavras, em meio a reaproximação entre a humanidade e a natureza, a primeira precisa ser repensada no que diz respeito aos processos de reprodução material e cultural, ou seja, a partir da formulação de uma racionalidade que corrobore com a construção de uma relação harmônica sociedade-natureza. E esse parece ser o maior desafio.

Mesmo surgindo em um período de reconfiguração das propostas entre Estado e sociedade civil nos anos 1970 e 1980, quando comparado com outros movimentos sociais no Brasil, e mesmo na América Latina, o movimento ecológico é reconhecido por ter tido pouca expressividade. Teve um número limitado de pessoas, bem como um impacto pouco significativo na opinião pública quando expressava a sua maior preocupação: a devastação do meio ambiente consequência do processo de industrialização (VIOLA & MAINWARING, 1984, p. 22).

Maria da Glória Gohn (2010, p. 214) explica que em se tratando de América Latina houve uma hegemonia dos movimentos sociais populares. Os movimentos ecológicos, considerados eco dos movimentos ocorridos nos anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos, tinham a base social na classe média, e não apresentaram grande expressividade quando comparados aos movimentos sociais provenientes das classes populares.

No caso do Brasil, a pouca receptividade dos protestos ecológicos se deve, conforme Viola aborda, ao fato da ideologia desenvolvimentista ser fortemente difundida na sociedade brasileira, e até mesmo entre os intelectuais, que não ultrapassavam um questionamento do

desenvolvimentismo pelo viés social (VIOLA, 1987, p. 85). A intelectualidade filiada à esquerda marxista, característica por tecer juízos rigorosos sobre a sociedade capitalista, ao realizar a crítica ao utilitarismo e à desigualdade social, fundamentava-se em valores similares ao do capitalismo no que concernia aos recursos naturais, ou seja, nas mesmas bases da visão mecanicista da ciência moderna.

Apesar da pouca receptividade social aos valores ambientais, o Brasil ainda sim foi um dos países da América Latina em que a temática ecológica ganhou expressão já nos anos 1970. Viola (1987) classificou três períodos na história do movimento ecológico brasileiro: 1974-1981, fase ambientalista, com a presença de dois tipos de movimentos, os de denúncia da degradação ambiental nas cidades e as comunidades alternativas em zonas rurais; 1982-1985, a politização desses grupos, que também se expandiram qualitativa e quantitativamente; e por último, a partir de 1986, chamada de fase Ecopolítica, em que os movimentos passaram a participar da arena política. É interessante lembrar que nesse período, havia um enorme debate em torno da Constituinte, que ampliou as chances para uma inserção da questão ambiental na legislação brasileira de maneira inovadora. E assim se sucedeu, resultando na Constituição de 1988, considerada de vanguarda na temática ecológica.

De acordo com o recorte desta pesquisa, interessa a primeira e a segunda fase, que em trabalho posterior, Viola e Leis (1995) revisaram e conceberam como única, entre os anos 1971-1985, considerada, a partir de então, a fase do Ambientalismo bissetorial, já que era promovido tanto por “cima” quanto por “baixo”, ou seja, constituído pelas agências estatais de meio ambiente e pelas associações ambientalistas (movimentos ecológicos) (VIOLA & LEIS, 1995, p. 82).

Aqui importa as associações ambientalistas porque são provenientes da sociedade civil. Viola e Leis destacam a atuação pioneira da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), fundada em 1971, em Porto Alegre, diretamente influenciada pelo movimento ambientalista norte-americano e europeu na formulação do seu programa:

questionamento da civilização urbano-industrial pelos seus impactos devastadores sobre a natureza, promoção da ecologia como ciência da sobrevivência e de uma nova ética ecológica, combate à poluição causada pelas indústrias e veículos e à destruição das belezas paisagísticas causadas por empreendimentos humanos, luta contra o uso exagerado da mecanização agrária e contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, preservação da flora e fauna nativas (VIOLA & LEIS, 1995, p. 82).

Os autores apontam que no Brasil a recepção da problemática ambiental não ultrapassou as questões provenientes dos movimentos ecológicos europeus e norte-americanos

porque os movimentos brasileiros não perceberam que o déficit do saneamento básico era a problemática ambiental causadora de inúmeras outras degradações ambientais, além de se constituir em um problema de infraestrutura da maioria das cidades brasileiras, ao contrário da realidade dos países desenvolvidos. Viola e Leis resumem a atuação dessas associações a denúncias e também sob a forma de conscientização pública sobre a degradação ambiental, limitadas às suas áreas de influência local. Na década de 1980 se repete esse padrão de atuação, com uma ressalva para o aumento do número de movimentos ecológicos pelo país, e de uma receptividade pública maior para a problemática ambiental (VIOLA & LEIS, 1995, p. 83).

Essas conclusões dos autores, sobre o que para eles seria uma limitação dos movimentos ecológicos brasileiros, parece não considerar a conjuntura política de regime autoritário no país, tanto no que diz respeito a uma perspectiva de desencorajamento de uma atuação da sociedade civil, como também sobre o papel do Estado na difusão da ideologia desenvolvimentista, promovendo a ideia de um “Brasil Potência”, diretamente relacionada aos grandes empreendimentos com grande capacidade de degradação ambiental. Em meio ao contexto de censura, questionar a eficácia desses empreendimentos em relação à justiça social não era tarefa fácil e inofensiva.

Mas apesar da crítica sobre a “importação” da temática, algumas campanhas ecológicas, importantes e inéditas, foram levantadas pelo movimento ecológico brasileiro ainda no período de Transição Democrática:

A luta contra a construção do aeroporto em Caucaia do Alto em São Paulo (1977-78), a luta contra a inundação das Sete Quedas no rio Paraná (1979-83), a campanha nacional de denúncia do desmatamento na Amazônia (1978-79), a luta contra a construção das usinas nucleares (1977-85), a campanha pela aprovação das leis de controle e desestímulo ao uso intensivo de agrotóxicos nos estados do Sul-Sudeste e no âmbito do governo federal (1982-85), a campanha para obrigar as autoridades federais e estaduais de SP a tomarem medidas urgentes para enfrentar a catástrofe ambiental em Cubatão (1982-84), a campanha para apoiar candidatos ambientalistas nas eleições de 1986 para Congresso Constituinte e Assembleias Estaduais (VIOLA & LEIS, 1995, p. 83).

Outro ponto a se discutir, diz respeito à complexidade do ponto de vista sociológico, que não é exclusiva dos movimentos ecológicos do Brasil, mas do ambientalismo de maneira geral:

Sua base social atravessa definitivamente as fronteiras de classe (participam profissionais de alta qualificação, estudantes, camponeses, colarinhos brancos, funcionários públicos, operários, pequenos empresários, executivos); sexo (participam homens e mulheres); raça (geralmente há

participação de minorias étnicas); idade (desde jovens estudantes e crianças do primário até aposentados). O movimento ecopacifista tem o potencial de incorporação da grande maioria da humanidade (a paz e o equilíbrio ecológico estão diretamente associados a própria sobrevivência da espécie) (VIOLA, 1987, p. 70).

Essa perspectiva sociológica universalizante do movimento ecológico não deve induzir à conclusão de que todas as associações ambientalistas apresentaram uma participação tão apartada de uma determinação ligada às classes sociais. Tavolaro (1998) cita as elaborações de Claus Offe sobre o contexto europeu que avalia que os novos movimentos sociais, incluído aí o movimento ecológico, tem uma base social fundamentalmente na classe média, classificada por ele de nova, e caracterizada pelo alto nível de informação, uma segurança econômica relativa e a ocupação de serviços sociais. Tavolaro cita ainda Klaus Eder, que corrobora com a perspectiva do surgimento de uma nova classe média em que se destacam os “administradores dos clientes do Estado de bem-estar social, os assistentes sociais, psicólogos, professores, enfim, aqueles que promovem os reparos sociais zelando pelas compensações sociais de terceiros” (TAVOLARO, 1998, p. 61).

Em se tratando de Brasil, as análises de Viola sobre os anos de 1971 a 1985 corroboram com a percepção dos teóricos citados por Tavolaro. Os movimentos ecológicos não entram na classificação de popular. “As associações são constituídas quase exclusivamente por pessoas de formação universitária, com uma renda acima da média brasileira, a maioria deles profissionais e uma minoria estudantes” (VIOLA, 1987, p. 89). Ainda destaca que o debate brasileiro em torno das questões do meio ambiente foi favorecido pela anistia em 1979, com a volta de exilados trazendo as discussões oriundas da Europa, como Fernando Gabeira, figura emblemática na construção do ecologismo brasileiro, mas elas se mantiveram limitadas a um setor social de nível cultural médio e alto não chegando às classes mais baixas (VIOLA, 1987, p. 92). De qualquer forma, isso não é suficiente para determinar a classe da qual são provenientes os movimentos ecológicos. O que se percebe é uma indefinição nesse sentido, já que a referência aos atores sociais não perpassa o nível econômico, mas a formação de carências comuns que precisam ser supridas.

Dentro da perspectiva de abordar os movimentos ecológicos brasileiros, também é imprescindível expor as correntes do pensamento ecológico. Segundo Maurício Waldman (2002), o senso comum associa o movimento ecológico a uma ideia romântica de defesa da natureza apartado das questões políticas. Porém as pesquisas sobre essas associações ambientalistas demonstram que estas estão imersas nas tensões provenientes dos dilemas que dominaram o século XX, democracia-autoritarismo e capitalismo-socialismo, apesar de

apresentarem um novo problema: sociedade predatória-sociedade ecológica. Assim, as correntes que surgiram se diferenciaram a partir de nuances em relação ao problema da democracia e a respeito do capitalismo e do socialismo (VIOLA, 1987, p. 78; WALDMAN, 2002, p. 32).

Viola (1987) apresentou as posições ecológicas baseadas no dilema capitalismo-socialismo, incorporando a diversidade das correntes políticas. Atualmente essa abordagem perdeu terreno diante da desagregação dos países socialistas no final do século XX. Porém para esta pesquisa ela faz sentido por abordar uma classificação contemporânea ao surgimento do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís.

É possível distinguir quatro posições: ecologistas fundamentalistas, ecologistas realistas, eco-socialistas e ecocapitalistas.

A posição *ecologista fundamentalista*, de herança anarquista-niilista, é de horizonte bastante pessimista, acredita na construção de uma sociedade ecologista alternativa na periferia da sociedade materialista, desconsiderando as possibilidades de transformação global da sociedade. (...) Os *ecologistas realistas* apostam na possibilidade de transformação da sociedade (...). O referencial normativo é um sistema socioeconômico radicalmente diferente do capitalismo e do socialismo baseado na pequena propriedade privada e na propriedade cooperativa (...) com autogestão do sistema produtivo e ênfase no Estado de nível local (município, região) como alocador de recursos. Mas o caminho para chegar até aquele passa por uma longa transição (...) A posição *eco-socialista* é favorável a uma ruptura com a sociedade capitalista (...) segundo o referencial normativo da estatização ampla do sistema produtivo gerido através do planejamento participativo centralizado. (...) A posição *ecocapitalista* argumenta a favor do mercado como alocador de recursos, sendo este disciplinado por um Estado que opera como guardião ecológico da sociedade, sendo compatível com o predomínio da grande propriedade oligopólia (VIOLA, 1987, p. 78-79).

Essas posições também são apresentadas por Waldman (2002), que foca na posição dos ecocapitalistas, fazendo críticas à aliança entre ecologistas e empresariado que impõe limites ao teor revolucionário da questão ambiental. Para o autor a ideia de um “capitalismo verde” não questiona o caráter predatório desse modo de produção, e por isso seria um erro dos movimentos ecológicos considerarem a burguesia um aliado na luta contra a degradação ambiental.

Como debatido no capítulo anterior, a proposta da questão ambiental se baseia no rompimento com o paradigma atual baseado na ciência moderna, na industrialização da sociedade e na instrumentalização da natureza. Elaborar um projeto ecológico que não questione o *status quo* incentiva a exclusão da dimensão política e torna o movimento

ecológico inofensivo justamente para os opositores mais poderosos, grandes grupos econômicos, capazes de suplantar qualquer medida de proteção ambiental.

Este capítulo abordou o contexto da sociedade civil brasileira na perspectiva de compreender as mobilizações dos movimentos sociais que levantaram diversas bandeiras, em especial a bandeira ecológica, que ainda se configura em tema pouco abordado pela bibliografia que se detém a esse tema. Seguiu-se uma apresentação da emergência dos movimentos ecológicos brasileiros, imbricados na influência dos exemplos dos países de capitalismo avançado, mas que ainda sim permitiu debates e direcionamentos condizentes com a proposta ecológica.

No próximo capítulo será abordado o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís que oferece uma perspectiva inédita sobre um dos estados mais pobres do país, distante dos grandes centros urbanos nacionais, inserido na Amazônia, e que foi cenário de um movimento em prol de uma temática que era, erroneamente, classificada como problema de país desenvolvido.

CAPÍTULO 3 – A CAMPANHA ECOLÓGICA DO COMITÊ DE DEFESA DA ILHA DE SÃO LUÍS

Este capítulo analisará a campanha ecológica que o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís realizou entre 1980, quando foi articulado esse movimento, até 1984, na inauguração do Consórcio Alumar. No primeiro momento o foco será sobre os riscos à Ilha de São Luís, incluindo a ameaça à sua população, que foram utilizados como justificativa para a constituição desse grupo. Em seguida serão expostos os traços gerais desse movimento ecológico na sua constituição enquanto movimento social, e a campanha em si, procurando delinear os principais pontos do que se pode chamar de uma campanha de esclarecimento público que acabou por se constituir em uma educação ambiental informal.

3.1 A Ilha de São Luís sob ameaça: devastação ambiental, espoliação econômica e injustiça social

O surgimento do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís ocorreu por uma razão contingencial: a anúncio da instalação de uma fábrica de alumina e alumínio primário em na ilha de São Luís. O Comitê se instituiu enquanto resistência a esse empreendimento por duas razões principais: primeira, esse tipo de indústria é considerada uma das mais poluidoras do mundo, tornando o fato mais grave a escolha de uma ilha para a sua instalação e, segunda, o processo de negociação entre a ALCOA Mineração S.A. e o Estado excluiu a participação da população, em especial a maranhense, constituindo-se em um projeto que veio “de cima”, com total aprovação da Presidência da República, João Figueiredo, do Governador do Estado do Maranhão, João Castelo, e do Ministro do Planejamento, Delfim Netto.

Diante desse quadro o Comitê realizou diversos questionamentos ao governo, a começar pela cobrança da publicização do relatório produzido pelo Grupo Especial de Trabalho³¹ organizado pelo próprio governador João Castelo para emitir um parecer sobre o impacto dessa indústria na economia, na vida social e na ecologia da ilha. De acordo com esse relatório, o empreendimento causaria os maiores efeitos sobre os mananciais, comprometendo as águas do subsolo. Afirmaram que após 50 anos as águas subterrâneas da ilha de São Luís

³¹ O Grupo de Trabalho era formado pelo engenheiro civil e sanitário Rogério Antônio Nogueira Santos; engenheiro civil Carlos Augusto Dias Vieira; engenheiro civil Mário Perfette; economista Fernando Barreto; biólogo Mário do Nascimento Moraes e o químico e economista Raul Ximenes Galvão (SANTOS, 2010, p. 123).

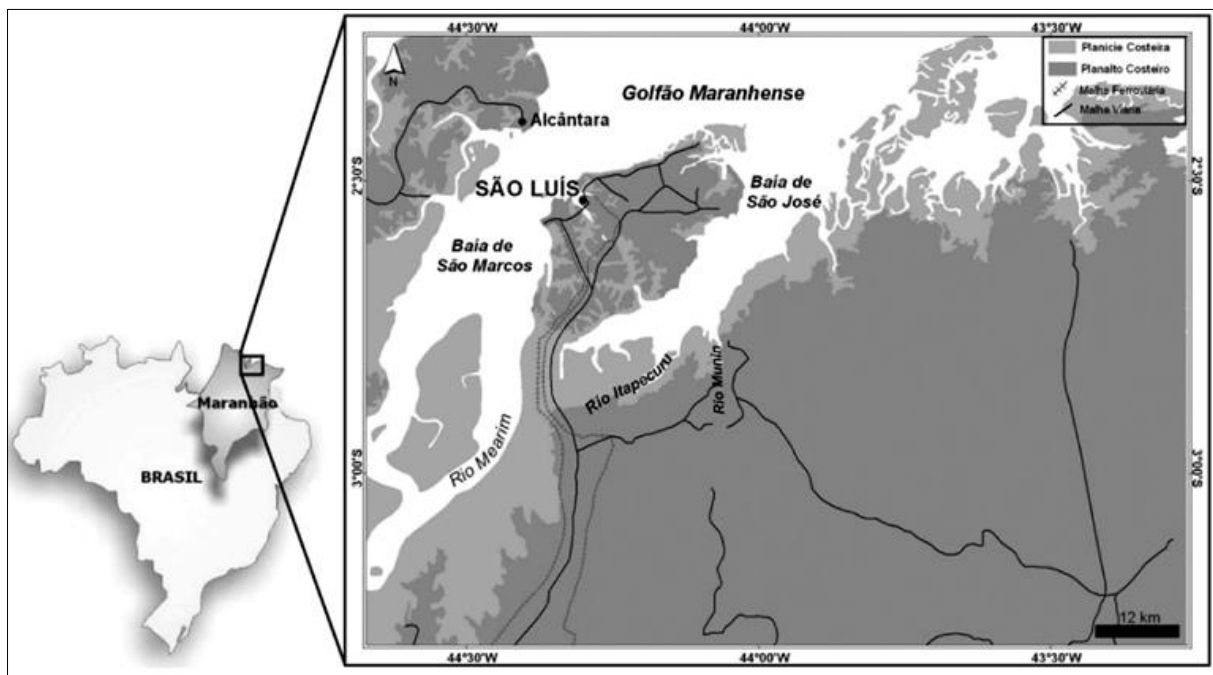
não poderiam “ser utilizadas, principalmente para a alocação de poços artesianos nos locais de despejo de resíduos sólidos e dos lagos de lama”³². O Relatório apontava que poderia

ocasionar efeitos degradantes e irreversíveis sobre os ecossistemas dos mangues e estuários existentes no entorno, ecossistemas esses extremamente frágeis e vulneráveis e responsáveis pela alta produtividade biológica, principalmente das ocorrências pesqueiras, que hoje se constituem item importante da economia maranhense³³.

O referido relatório não foi apreciado pelo governo estadual, além de não ter sido disponibilizado para debate na sociedade maranhense. O que chegou a público foi via participantes do referido grupo, publicando partes do relatório no “Jornal Pequeno, periódico maranhense que aderiu à campanha de conscientização da opinião pública sobre as consequências de uma fábrica de alumina e de alumínio primário na ilha de São Luís.

Para entender o impacto ambiental desse tipo de indústria na ilha de São Luís, é necessário expor a sua localização próxima ao estuário do Golfão Maranhense, que abrange uma área superior a 4.000 km² (ver mapa 1).

Mapa 1: Localização do Golfão Maranhense



Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/rbg/v27s1/a06v27s1.pdf>

³² GOVERNADOR escondeu trabalho que ele mesmo encomendou: Projeto Alcoa traz mais desvantagens que vantagens: Perigos ao meio ambiente de São Luís. *Jornal Pequeno*, 10 de fevereiro de 1981, p. 3.

³³ Idem.

Pelo Mapa 1 é possível observar a dimensão do ecossistema no qual a ilha está inserida, onde se descarregam os rios Itapecuru, Pindaré, Mearim e Munim, formando as baías de São José e São Marcos, de encontro com as águas do Atlântico Sul.

Dado o padrão de mistura destas águas, que lhe conferem um caráter próprio de estuários, resulta o exuberante cinturão de vegetação arbórescente, representado basicamente pela formação de mangues, que ocupa praticamente todo o perímetro da região. Daí decorre a alta produtividade e fertilidade do Golfão, uma vez que esses ambientes são dotados de uma alta capacidade de conversão e assimilação de energia solar que se traduz pela riqueza planctológica³⁴ que é o primeiro estágio de uma vasta e complexa cadeia biológica. Essas regiões são, em decorrência, verdadeiros criadouros naturais, onde uma grande variedade de espécimes marinhas passam as primeiras fases de suas vidas, bem como outras que aí permanecem a vida toda (MACEDO, 1989, p. 91).

A abundância hidrográfica também é perceptível na ilha de São Luís em que apresenta diversos cursos d'água, ainda que pequenos. Os principais são: Anil, Bacanga, Tibiri, Paciência, Antônio Esteves, Cururuca, Batatã, Maracanã, Jaguarema, Coqueiro, Pedrinhas e Cachorros. No mapa 2, a seguir, é possível perceber, pelas reentrâncias, a quantidade de cursos d'água presentes na ilha.

Esses aspectos oceanográficos e hidrológicos tornam essa localidade uma área de grande vulnerabilidade para qualquer atuação antrópica, já que uma contaminação pode facilmente se alastrar por todo o Golfão maranhense devido à projeção das águas salinas do “Atlântico Sul sobre o continente, avançando sobre as águas fluviais convergentes, devido principalmente à ação das marés de grande amplitude, que na região atingem níveis em torno de 7 m” (MACEDO, 1989, p. 91). Em se tratando de uma indústria como a de alumina e de alumínio primário os riscos aumentam exponencialmente, além de outros impactos ambientais.

Ainda dentro da perspectiva ambiental, o perigo que se constituía esse empreendimento era reforçado pelas observações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO, que servia como referência para contestar o projeto industrial. Tratava-se de uma recomendação para que não se instalasse esse tipo de indústria em ilhas e à beira de rios e mares³⁵. São Luís entra nas três situações: é uma ilha, localizada em uma região de encontro

³⁴ Planctológica se refere ao que é relativo a planctologia, ou seja, a parte da Biologia que estuda o plâncton. Formado por organismos em sua grande maioria microscópicos, que flutuam com pouca capacidade de locomoção nos oceanos, na superfície de águas salobras, doces ou lagos, são muito importantes por estarem na base da cadeia alimentar do ecossistema aquático.

³⁵ NEGÓCIOS: Brasil importa nova poluição. *Jornal Pequeno*, 13 de setembro de 1981, p. 5; LIBELO contra Castelo e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 1º de maio de 1982, p. 3.

de um vasto estuário com o mar. Qualquer contaminação das águas iria se espalhar facilmente pelo golfo maranhense.

Mapa 2: Ilha de São Luís



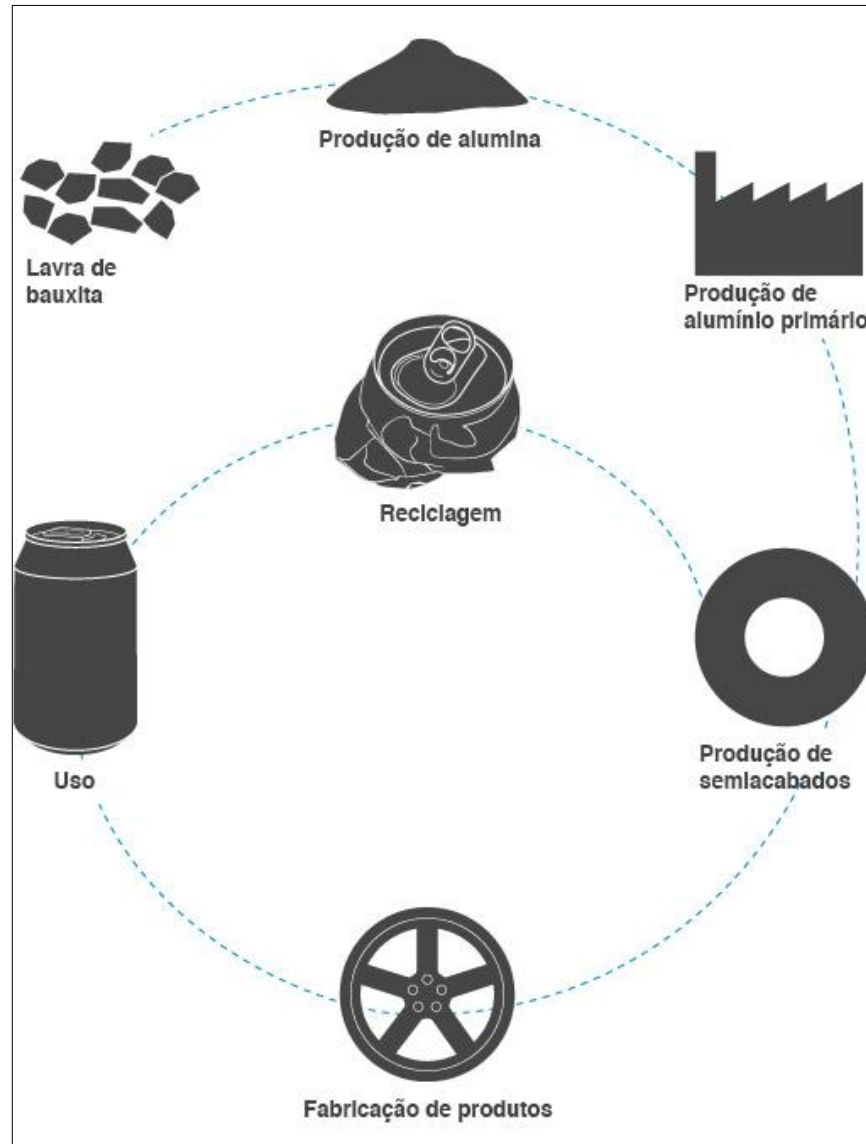
Fonte: http://www.maramazon.com/pontos_turisticos.php?ptu_id=43

Para se compreender a fragilidade desse ecossistema diante de tipo de produção industrial é imprescindível entender o processo de produção da alumina e do alumínio primário (Ver Imagem 1).

O ponto inicial a ser considerado nesse processo produtivo é a matéria prima. A bauxita utilizada para a cadeia produtiva da ALCOA Mineração S.A. é extraída das jazidas do Rio Trombetas, no noroeste do estado do Pará, explorada pela Mineração Rio do Norte S.A. – consórcio formado pela Alcan (*Alcan Aluminium Limited*, canadense), Billiton, Companhia

Brasileira de Alumínio, Companhia Vale do Rio Doce, Norsk Hycho (norueguesa) e Reynolds Metals (americana) (ARNT & SCHWARTZMAN, 1989, p. 37).

Imagem 1: Processo de produção do Alumínio



Fonte: <http://www.hydro.com/pt-BR/a-hydro-no-brasil/Sobre-o-aluminio/Ciclo-de-vida-do-aluminio/Passos-de-producao/>

A extração da bauxita é feita a partir da retirada da vegetação superficial do solo com o uso de tratores. Para cada uma tonelada de bauxita beneficiada gera em média 1,5 toneladas de escória “na forma de uma lama vermelha formada principalmente por óxidos de alumínio, ferro, silício e titânio. Todo esse material é depositado em imensas barragens que funcionam como reservatórios” (HENRIQUES, 2013, p. 3227). A extração desse minério significa a interferência negativa na vida da população local que é dependente desse meio ambiente

preservado para sobreviver. Esse tipo de mineração gera impactos ambientais que resultam no aumento da situação de pobreza dos habitantes envolvidos.

O processo seguinte é a redução da bauxita em alumina. Este é especialmente o que interessa a este trabalho, bem como a transformação da alumina em alumínio primário, dado que essas fases da cadeia produtiva ocorrem na Alumar, no solo da ilha de São Luís.

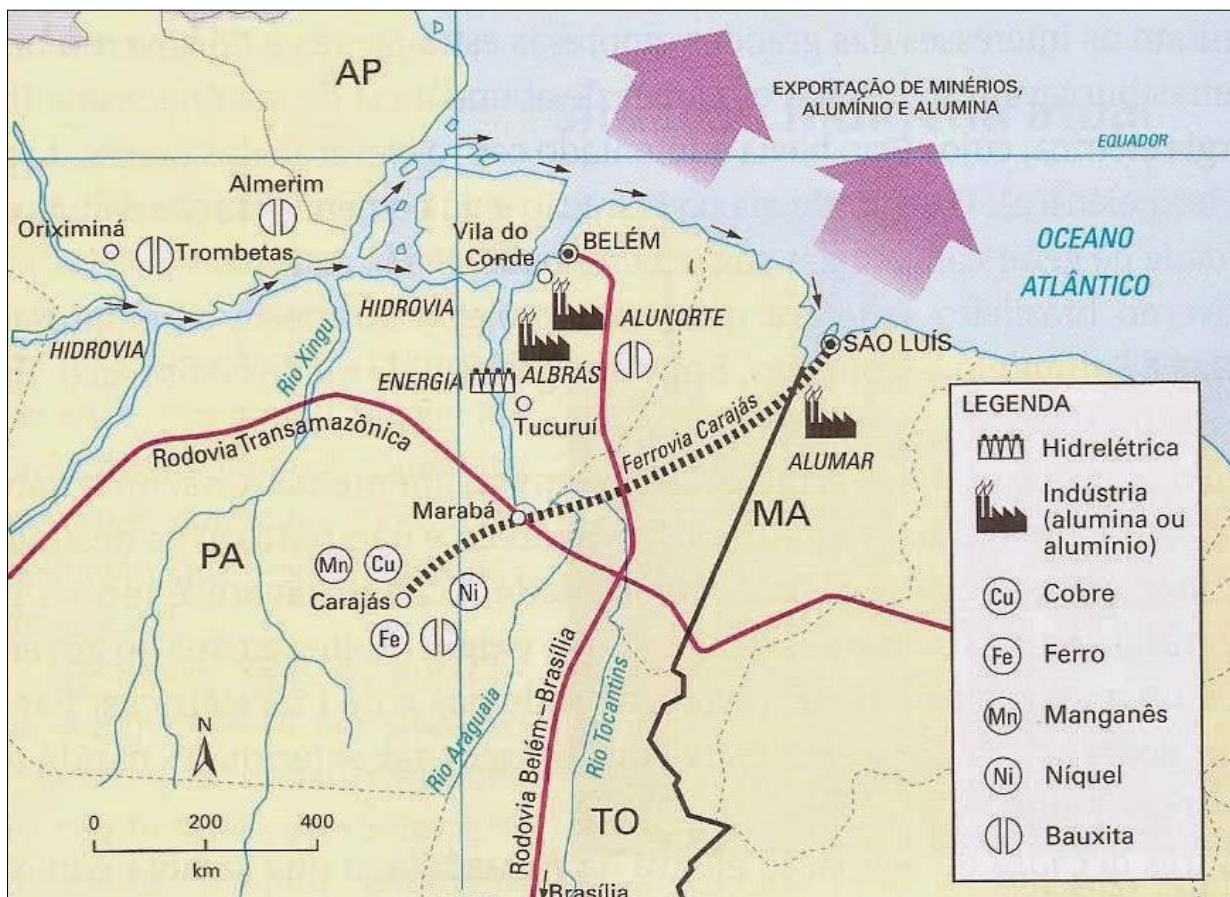
O primeiro ponto a se considerar para essa produção é a necessidade de energia elétrica em grande quantidade. A indústria de alumínio é considerada eletro-intensiva devido ao alto consumo energético. “Cada tonelada de alumínio produzida no país equivale ao consumo de energia de cem famílias brasileiras em um mês” (BERMANN apud MELO, 2009, online). Conseqüentemente, se aborda a existência de uma relação entre parques hidrelétricos e fábricas de alumínio primário. No caso do Maranhão, essa fonte de energia foi suprida pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, no Pará, que também foi pensada para abastecer outros empreendimentos de produção de alumínio, como a Alunorte e a Albrás localizadas no mesmo estado (ver mapa 3).

A transmissão de energia elétrica da UHE de Tucuruí para a fábrica da Alumar não representava um risco em si para a ilha de São Luís, mas a construção de uma hidrelétrica é responsável por diversos impactos socioambientais, mesmo que a sua justificativa seja de que se trata de uma energia limpa comparada a uma termoelétrica. É interessante apontar os principais problemas ambientais gerados por esse tipo de geração de eletricidade:

- a alteração do regime hidrológico dos rios;
- o comprometimento da qualidade das águas devido ao caráter lântico das represas que prejudicam a decomposição de rejeitos e efluentes;
- o assoreamento dos reservatórios consequentes das ocupações que retiram a vegetação e a mata ciliar;
- a emissão de gases do efeito estufa (metano) decorrentes da decomposição da cobertura vegetal submersa;
- a proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas;
- a monopolização do uso da água, cuja prioridade é a geração de energia em detrimento de outros usos como irrigação, pesca, lazer etc., além de poder deixar submersa cidades e patrimônios culturais (HENRIQUES, 2013, p. 3227).

Além desses, há ainda o processo de exclusão social das populações que habitam o local de abrangência da hidrelétrica, que recebem indenizações incompatíveis com seu modo de vida anterior, ou são transferidas para áreas que não possuem o mesmo potencial produtivo, ou são localidades afastadas dos recursos hídricos, ou seja, situações que podem gerar ou intensificar as condições de miséria.

Mapa 3: Grandes Projetos na Amazônia Oriental.



Fonte: <http://geoconceicao.blogspot.com.br/2010/05/recursos-minerais.html>

Na redução da bauxita em alumina e depois em alumínio, há também o consumo de insumos em grande quantidade, e que gera emissão de gases do efeito estufa. A seguir é apresentado as quantidades necessárias de insumos para a produção de alumina e alumínio primário em 2009 para vislumbrar o alto consumo desses insumos. É importante salientar que os dados da atualidade servem de base para o entendimento do teor poluidor desse tipo de indústria levando-se em conta que hoje há uma preocupação maior com o meio ambiente do que no início dos anos 1980, quando a Alumar foi instalada, bem como a disponibilidade de tecnologias mais ecológicas que em anos atrás.

Tabela 1: Quantidade de insumos para a produção de Alumina – ano 2009.

Óleo combustível	950,7 mil toneladas
Soda cáustica	816,8 mil toneladas
Cal	128,1 mil toneladas

Fonte: HENRIQUES, 2013, p. 3228.

Tabela 2: Quantidade de Insumos para a produção de Alumínio – ano 2009.

Energia Elétrica	23.713,8 GWh
Alumina	2.880,6 mil toneladas
Coque	532,5 mil toneladas
Piche	166,2 mil toneladas
Fluoreto	32,8 mil toneladas
Criolita	2,4 mil toneladas

Fonte: HENRIQUES, 2013, p. 3228.

Esses produtos possuem inúmeras substâncias tóxicas, e que emitem durante a queima gases como o CO₂ (gás carbônico), e também geram como resíduo a chamada lama vermelha, que é depositada em tanques a céu aberto (ver imagem 2).

Imagem 2: Foto aérea de “lagoas de lama vermelha” na Alumar.



Fonte: <https://oimparcial.com.br/noticias/cidades/2015/11/sao-luis-possui-deposito-de-residuos-quase-do-tamanho-da-lagoa-da-jansen/>

De acordo com Santos, na produção de cada tonelada de alumínio são geradas, aproximadamente, 1,4 toneladas de lodo vermelho tóxico (*red mud*). No caso da Alumar, localizada em uma área de diversos cursos d’água bem como próxima a um estuário de grandes dimensões (ver mapa 1 e 2), pode-se concluir o risco de contaminação que o ecossistema sofre.

Essa lama também pode provocar danos irreversíveis aos ecossistemas dos mangues e estuários existentes no entorno. Sabe-se que esse ecossistema é frágil e vulnerável e propicia uma grande produtividade biológica. As modificações advindas da contaminação do ecossistema acarretam modificação no Ph, trazendo como consequência uma sensível diminuição da salinidade, gerando menor produção ou mesmo desaparecimento de camarões, sururus e de outras espécies (SANTOS, 2010, p. 141)

Essas modificações no ecossistema da ilha são razões suficientes para questionar o empreendimento do Consórcio Alumar, visto que várias comunidades dependentes da atividade pesqueira tiveram suas fontes de sustento comprometidas pelo risco de contaminação. Por outro lado, essas mesmas comunidades sofreram com as indenizações miseráveis ou mesmo com a expulsão das terras em que habitavam porque estas foram destinadas à indústria de alumínio.

A formulação desse empreendimento está baseada no modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia pelo Estado brasileiro. Desde os anos 1940, essa região passou a ser objeto de planejamento do Executivo federal sob a perspectiva desenvolvimentista. Considerada uma “imensa área vazia”, a região era reconhecida como área fronteira que precisava ser protegida dos “inimigos internos” e da “cobiça internacional” (SANTOS, 2010, p. 72 e 84).

Dentre todos os planos, programas e projetos de desenvolvimento voltados para a Amazônia desde esse período³⁶, a Ditadura Empresarial Militar significou a institucionalização do projeto do grande capital. Criada em 1966, a “Operação Amazônia” “não apenas cria os mecanismos institucionais de amparo ao grande capital, mas se faz acompanhar de medidas restritivas ao capital mercantil extrativista” (RÊGO, 2002, p. 308 apud SANTOS, 2010, p. 84). Assim, o Maranhão, por ter parte do seu território na Amazônia Legal³⁷ (ver mapa 4), estava imerso na dinâmica de expansão do capitalismo monopolista³⁸ do centro-sul do país para o meio-norte e para a Amazônia, bem como do capital estrangeiro para os países periféricos, acelerado pelo governo instaurado em 1964 que modificava as condições objetivas em favor das classes dominantes.

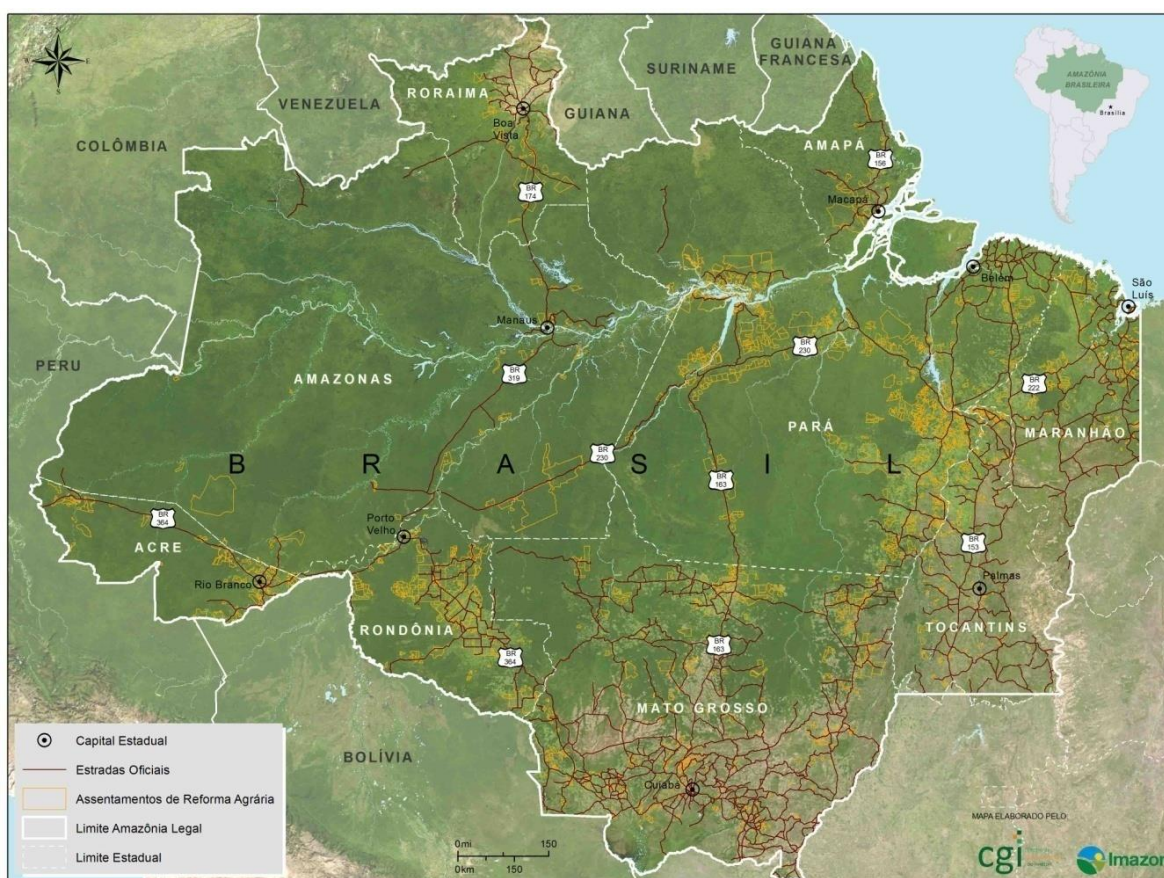
³⁶ Projetos para a Amazônia desde os anos 1940: Batalha da Borracha (1942-1947), Plano de Metas (1956-1961), Operação Amazônia (1966-1970), I PND/PIN/PDA (1969-1971) e II PND POLAMAZÔNIA (1974-1979) (SANTOS, 2010, p. 87).

³⁷ A Amazônia Legal Brasileira foi criada em 1956 e ampliada em 1967. Corresponde às áreas ao norte do paralelo 16° S do estado do Mato Grosso e do paralelo 13° S do estado de Goiás, além da porção meridional 44°W do estado do Maranhão (SANTOS, 2010, p. 81).

³⁸ Capitalismo monopolista “é a fase mais recente do capitalismo, caracterizada pela ascensão do Estado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital. A maior parte das análises dessa fase relaciona o Estado, de alguma forma, com uma fração do capital: o capital monopolista, representado pelas empresas gigantes e pelos grandes grupos financeiros” (BOTTOMORE, 1988, p.97).

As políticas do governo federal voltadas para a Amazônia Legal com o intuito de integrá-la à economia nacional se constituíram em projetos econômicos com a intenção de acentuar a multiplicação das atividades econômicas que gerassem a “modernização” da Amazônia. Uma dessas políticas instituiu o Programa Grande Carajás (PGC), voltado para a Amazônia Oriental, correspondendo ao território maranhense, baseado na mineração, no processamento de minerais ferrosos e não ferrosos, na agropecuária e na exploração madeireira, com a produção voltada fundamentalmente para a exportação (SANTOS, 2010, p. 93).

Mapa 4: Amazônia Legal Brasileira.



Fonte: <http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php>

O Programa Grande Carajás estava vinculado a grandes projetos de infraestrutura, com a construção de rodovias e a construção de uma ferrovia de Carajás a São Luís para o transporte de minério de ferro até o porto de embarque. Foi construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA), para cobrir a grande demanda de energia, sobretudo da indústria de alumínio (SANTOS, 2010, p. 106).

O Consórcio ALCOA Alumínio S.A./ Billiton Metais S.A passou a integrar o PGC em 1982. A sua instalação dependia da execução do restante do programa, como é o caso da UHE

de Tucuruí, responsável pelo fornecimento de energia ao empreendimento de fabricação de alumina e alumínio. Esses empreendimentos que constituíam os chamados “Grandes Projetos” ocorreram de maneira encoberta pelo Palácio do Planalto, visto que nem mesmo o Congresso Nacional era informado a respeito desses negócios. Mesmo no período de Redemocratização, de abertura do regime, tais projetos foram planejados e implantados de uma maneira extremamente autoritária. No “Jornal Pequeno” estão presentes diversas matérias denunciando a falta de debate na decisão e implantação desses negócios.

Mas há ainda duas questões implicadas nos Grandes Projetos: o capital imperialista e o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico a qualquer custo. O interesse das grandes corporações da área da mineração pela região era evidente, e as multinacionais tinham alto poder de barganha com o governo brasileiro, exigindo benefícios que não eram oferecidos nem mesmo para as indústrias nacionais. No caso da Alumar, o mote de exigências para a sua instalação demonstra claramente o seu poder.

Entre as vantagens para a instalação dessa indústria estava a isenção do Imposto de Renda (IR) por 15 anos, o abatimento de 90% no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), a isenção completa do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ICM na compra de equipamentos nacionais. Inicialmente pediu uma área de 3.500 hectares, aumentando-a para 10 mil³⁹.

Essas exigências eram denunciadas a partir da perspectiva de análise que as viam como “caminhos entreguistas” por parte do governo brasileiro. Havia uma crítica contundente ao posicionamento tomado pelo governo brasileiro frente às multinacionais, em especial as do ramo da mineração, que chegavam a ameaçar não prosseguir os projetos no país caso seus pedidos não se concretizassem⁴⁰.

A denúncia dos benefícios dados a ALCOA Alumínio S.A. era um dos principais argumentos para a resistência ao empreendimento. Quando se analisava as vantagens para o estado do Maranhão, e para o próprio país, toda a negociata se mostrava sem sentido. Porém, o principal argumento utilizado pelos que apoiavam a instalação da fábrica de alumínio era a geração de empregos. A multinacional alegava a oferta de 3.494 empregos para os maranhenses, que segundo as reportagens do “Jornal Pequeno” se tratava de um engodo, já que a mão-de-obra qualificada e técnica viria de fora do Maranhão diante da falta de

³⁹ EDSON Vidigal denuncia a Alcoa na Câmara Federal. *Jornal Pequeno*, 11 de maio de 1981, p. 1.

⁴⁰ ENTREGUISMO: trustes negociam o Brasil: Como a Jarí vendeu um pedaço do Brasil para outra multinacional, a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 28 de março de 1981, p. 4.

especialização dos trabalhadores locais⁴¹ e ao mesmo tempo, o empreendimento se tratava de um despautério entre investimentos e oferta de empregos:

que, não obstante a promessa de investimentos total de oitocentos e vinte e dois milhões de dólares, a geração de empregos, na esfera de produção, será apenas de 2.015 e no plano administrativo, a oferta entre técnicos de nível médio e superior, ficará em torno de 355 empregos⁴².

Em outra matéria é transcrito o discurso de Edson Vidigal na Câmara dos Deputados. O deputado aponta que os empregos gerados serão na ocasião da construção da indústria: mais ou menos 4.000 empregos. Mas que são temporários. Segundo ele, após a construção, os 2.700 empregos disponíveis são para uma mão de obra qualificada, vinda de fora do Maranhão⁴³.

Outras questões relacionadas com a geração de empregos era a quantidade comparada ao investimento aplicado no complexo industrial e o descompasso da interferência na economia da ilha com a destruição de mais ou menos 65 mil empregos ligados às atividades pesqueiras e de hortifrutigranjeira. De acordo com a publicação do jornal “cada emprego a ser gerado exigirá um investimento aproximado de 150 mil dólares”⁴⁴.

Socialmente essa conta não fechava. Constituíam-se em um alto investimento para um número de empregos pouco significativo para a economia do país, principalmente quando se observava o contexto de inflação e de alto desemprego. Apesar disso, empreendimento como esse era visto com bons olhos pela grande maioria da população. Costa (2015) justifica que

numa região onde a validade dos direitos trabalhistas, especialmente no campo e nas pequenas cidades, nunca foi uma realidade tão extensa, esse modelo “moderno” foi saudado pela própria população como algo positivo, diante da completa falta de perspectivas de emprego e renda (COSTA, 2015, p. 228).

Havia ainda um problema social diretamente relacionado com a implantação dos Grandes Projetos. Para a instalação dos empreendimentos várias comunidades do campo foram repelidas. A expulsão de milhares de famílias resultou na explosão demográfica dos centros urbanos, no caso da Alcoa, gerou um “inchaço populacional” na ilha de São Luís. A ocupação do espaço urbano sofreu a interferência da chegada dessas pessoas provenientes de

⁴¹ A AÇÃO popular expulsará Alcoa da ilha. *Jornal Pequeno*, 17 jan. 1981, p. 2.

⁴² AÇÃO popular contra o governador e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 9 ago. 1981, p. 2.

⁴³ EDSON Vidigal denuncia a Alcoa na Câmara Federal. *Jornal Pequeno*, 11 mai. 1981, p. 1.

⁴⁴ 33 projetos para hipotecar o país. *Jornal Pequeno*, 30 mai. 1982, p. 1.

zonas rurais, sem qualificação para o trabalho urbano, e que se estabeleceram em novas áreas sem a devida estrutura urbanística (FEITOSA, 1994; COSTA, 2015).

Essa era uma conjuntura não só de São Luís, mas do Maranhão em geral. Para se ter ideia do fenômeno do êxodo rural no Maranhão,

entre 1960 e 1991, a população urbana saltou de 18% para 40% da população do estado [...]. Por conta dessas mudanças, houve uma concentração de população na periferia das grandes e médias cidades, evidenciando uma importante alteração no perfil demográfico do estado (COSTA, 2015, p. 223).

Esse inchaço populacional não foi acompanhado de uma infraestrutura nos bairros. Pelo contrário, havia uma precariedade estrutural (urbanização e saneamento), a ausência de programas governamentais e de atividades recreativas e artísticas, sem contar a dificuldade no processo de legalização dos lotes urbanos. Soma-se a isso a disputa pelo espaço urbano, já que empresas imobiliárias pretendiam obter lucros com a expansão de novas áreas urbanas influenciadas pela implementação de novas indústrias na capital, contando ainda com o aparato policial e o auxílio da justiça nos processos de desapropriação dos terrenos (ROCHA, 1998, p. 10; PEREIRA, 2015, p. 359).

Na ilha de São Luís, isso se refletiu com a ocorrência das chamadas “invasões”. As famílias expulsas de suas terras, provenientes tanto da área rural da própria ilha como do interior do Estado, dirigiram-se para a capital e se estabeleceram de maneira irregular. Sem um programa de habitação, e desamparadas pelo Estado, esse contingente populacional formou bairros inteiros caracterizados pela falta de estrutura urbanística (ROCHA, 1998).

As reportagens do “Jornal Pequeno” fazem uma relação imediata entre instalação da Alcoa Mineração S.A. com as ocupações do espaço urbano da capital. Esse é um problema tratado de maneira direta pelo Comitê de Defesa da Ilha de São Luís que realiza visitas e oferece assessoramento jurídico às famílias atingidas pelo complexo industrial⁴⁵.

⁴⁵ ASSIM vai ficar São Luis. *Jornal Pequeno*, 27 dez. 1980, p. 3; GUERRA contra a Alcoa: Entrevista exclusiva com os advogados da ação popular. *Jornal Pequeno*, 29 nov. 1981, p. 1; ALCOA prejudica saúde de moradores de Jacamim. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1981, p. 4; ALCOA e o curtume. *Jornal Pequeno*, 4 abr. 1982, p. 4; MARANHENSES prometem "Balaiada" ecológica. *Jornal Pequeno*, 19 out. 1982, p. 2; GOVERNADOR Castelo/Sarney corretor da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 nov. 1982, p. 2; CDI-MA está grilando terras para a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1982, p. 4; COMITÊ defende os moradores de Igarau. *Jornal Pequeno*, 24 mar. 1983, p. 4; COORDENADOR do Comitê denuncia pressão contra moradores de Igarau. *Jornal Pequeno*, 24 jul. 1983, p. 4; COMITÊ impede violência em Igarau. *Jornal Pequeno*, 22 ago. 1983, p. 5; COORDENADOR do Comitê defende os moradores de Igarau. *Jornal Pequeno*, 23 ago. 1983, p. 3; A REAÇÃO do povo do Igarau. *Jornal Pequeno*, 20 set. 1983, p. 2; COORDENADOR do Comitê faz denúncia contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 fev. 1984, p. 1.

Há outro problema decorrente do processo de expulsão de famílias do campo: o aumento do custo de alimentação. Como os hortifrutigranjeiros, os lavradores e os pescadores foram despejados de suas terras, a cidade de São Luís deixou de receber os alimentos desses produtores, logicamente diminuindo a oferta de produtos e/ou recebendo produtos vindos de fora da ilha que têm agregado ao seu preço o custo do transporte, resultando em um preço final mais elevado.

Segundo análise de Nascimento Moraes Filho apresentada em reportagem, as primeiras vítimas era os pescadores e os lavradores sem ter como produzir, e as segundas vítimas eram os consumidores da ilha:

Qual o preço do nosso peixe e dos outros produtos do mar, que eles nos traziam? O preço da farinha (dessa de terceira que até porco “grita pra comer”)? Qual o preço de nossas verduras tradicionais ou nativas? Dos frutos da terra com que ainda se ajudavam e ajudaram ao abastecimento de São Luís⁴⁶.

Essas consequências eram tomadas como bons argumentos para avaliar negativamente a implantação da fábrica da Alcoa Mineração S.A. na ilha de São Luís. A conclusão que é perceptível nas matérias é que esse projeto não representava benefícios para o Maranhão, a não ser nos números econômicos, que eram exatamente a justificativa do governo brasileiro. A ação estatal era baseada no padrão do crescimento econômico, e este balizava a escolha dos projetos.

Como discutido no primeiro capítulo, a perspectiva de abordar somente uma faceta da realidade, no caso a econômica, ao se considerar somente os números do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, baseia-se na visão mecanicista, que não compreende a totalidade e toma os elementos do mundo concreto como independentes. O contrário da proposta da questão ambiental.

3.2 O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís e a Campanha Ecológica

Dentro do quadro de classificação do ambientalismo no Brasil proposto por Eduardo Viola (1987; 1995), o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís se enquadra na fase que o autor chama de bissetorial, formada pela atuação das associações ambientalistas, proveniente da sociedade civil, e pelas agências estatais. Essa fase se caracterizou pelos movimentos de denúncia da degradação ambiental, e dentre os alvos mais comuns elencados por Viola, estava a oposição a algum projeto de instalação industrial que se suspeitava ter um alto impacto

⁴⁶ GOVERNADOR Castelo/Sarney corretor da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 nov. 1982, p. 2.

ambiental (VIOLA, 1987, p. 90). O Comitê se enquadra nessa motivação, surgindo a partir de uma contingência, no caso, a instalação de uma indústria de alumínio na ilha de São Luís.

Entretanto, nas elaborações teóricas sobre o ambientalismo brasileiro, Viola (1987) considerou que os movimentos ecológicos dessa fase agiam de maneira a rejeitar a política, como uma espécie de oposição ao Estado, à política oficial. A partir de

uma visão dos desequilíbrios ecológicos que tende a ser dissociada dos problemas de organização do poder e da propriedade no interior da sociedade, um modo de proteção das associações contra os efeitos divisionistas que uma eventual introdução do debate político partidário teria no interior delas, uma visão da atividade política e do campo político partidário como marcados pela impureza, desonestidade e corrupção o que contrasta com o caráter de pureza autoatribuído à visão ecológica do mundo e à militância ecologista (VIOLA, 1987, p. 89).

Essa perspectiva do autor difere claramente de como se constituiu o Comitê no Maranhão. A classificação de Viola de que o ambientalismo dessa fase seria caracterizado por uma certa ingenuidade em relação aos fatores que contribuem para a crise ecológica, em que não consideram as dimensões políticas, econômicas e sociais na determinação das problemáticas ambientais não se confirmou na pesquisa sobre a atuação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís.

A pesquisa empírica por meio das reportagens do “Jornal Pequeno” infere que desde o início a campanha do Comitê esteve envolvida com os âmbitos políticos, ao questionar a gerência estatal na negociação com a multinacional ALCOA Mineração S.A., bem como ao ocupar espaços de fala da política oficial, como a Assembleia Legislativa do Maranhão, a Câmara Federal em Brasília, e até mesmo a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos⁴⁷.

A própria constituição do Comitê está imbricada por atores sociais provenientes da política, como é o caso do deputado Haroldo Sabóia (PMDB), e de outras figuras políticas que aderiram ao movimento: Edson Vidigal (PP), Reginaldo Telles (PDT), Renato Archer (PMDB), Gervásio dos Santos (PMDB), Paulo Gomes Neto (PDT), Pedro Novais (PP) e outros. O que não significa que todos os políticos tiveram uma adesão desinteressada à causa, já que houve casos de pronunciamentos de oposição ao governador João Castelo, como por exemplo a ocasião em que os deputados Sarney Filho e Alexandre Júnior, acusados de defenderem o meio ambiente na Assembleia Legislativa do Maranhão, mas que foram

⁴⁷ VIDIGAL criticou Alcoa na Câmara dos deputados nos Estados Unidos. *Jornal Pequeno*, 18 fev. 1981, p. 3.

acusados de se autopromoverem, a 18 meses das eleições, realizando somente um jogo político para as eleições do ano de 1982⁴⁸.

O envolvimento de parlamentares tornou comum discursos sobre o caso Alcoa nas casas legislativas⁴⁹ denunciando os privilégios concedidos à multinacional, a degradação ambiental a que a ilha estava suscetível e ao prejuízo aos mais pobres, despejados de suas terras para dar lugar ao projeto industrial.

Além dos atores envolvidos na política, havia estudantes, camponeses, intelectuais e outros profissionais compondo o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. A própria liderança do movimento era feita pelo escritor maranhense José Nascimento Moraes Filho⁵⁰, reconhecido poeta e intelectual. Também compunha o grupo os advogados Josemar Pinheiro e João Batista dos Santos.

O envolvimento dos advogados estava diretamente relacionado com as estratégias de ação do Comitê. A principal delas foi a promoção de uma Ação Popular contra a ALCOA e contra o governador do estado, João Castelo. Essa ação na justiça tornava imprescindível a presença desses profissionais.

A partir das reportagens é possível perceber que a composição social do movimento apresenta uma grande heterogeneidade. As matérias se referem a grupos populares, a profissionais liberais da classe média e a deputados de partidos políticos diferentes. Não é possível estabelecer um único lugar social em que os integrantes são facilmente reconhecidos. O que há é um lugar geográfico, no caso, a ilha de São Luís em que a sua defesa se constitui em identidade comum do grupo. O ponto de unidade entre os componentes é o meio ambiente representado pelo apreço ao local de moradia, de vivência, que é a realidade comum dos participantes e que aglutinou os interesses de preservação desse local.

⁴⁸ DEFESA da natureza. *Jornal Pequeno*, 6 abr. 1981, p. 2; OPINIÃO do leitor: Castelo na cova dos leões. *Jornal Pequeno*, 7 abr. 1981, p. 4.

⁴⁹ SÃO Luís seria lixeiro das multinacionais. *Jornal Pequeno*, 22 jun. 1980, p. 1; DEBATES na assembleia em torno da ALCOA. *Jornal Pequeno*, 31 ago. 1980, p. 5 e 7; VIDIGAL criticou Alcoa na Câmara dos deputados nos Estados Unidos. *Jornal Pequeno*, 18 fev. 1981, p. 3; PELA Assembleia. *Jornal Pequeno*, 22 mar. 1981, p. 4; DENÚNCIA corajosa contra as Alcoas. *Jornal Pequeno*, 8 mai. 1981, p. 3; EDSON Vidigal denuncia a Alcoa na Câmara Federal. *Jornal Pequeno*, 11 mai. 1981, p. 1; VIDIGAL fala sobre Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 set. 1981, p. 3; VIDIGAL mostra na Câmara a outra face do Projeto Alcoa. *Jornal Pequeno*, 1º fev. 1982, p. 2.

⁵⁰ José Nascimento de Moraes Filho (1922-2009) é reconhecido como poeta, folclorista, escritor e ambientalista. Foi um dos fundadores do Centro Cultural Gonçalves Dias que reuniu parte da classe intelectual de São Luís na década de 1940. Publicou *O Clamor da Hora Presente* (1955) e outras obras. Em 1976 ingressou na Academia Maranhense de Letras, onde permaneceu até 1980, ocasião que renunciou à cadeira em protesto contra o ingresso do ex-governador Pedro Neiva de Santana na Casa de Antonio Lobo (BÓIS, Henrique. Nascimento Moraes será patrono da VI Feira do Livro de São Luís. São Luís, 28 Mai. 2012. Disponível em: <<http://hbois.blogspot.com.br/2012/05/nascimento-moraissera-patrono-davi.html>> Acesso em: 27 Ago. 2016).

As reportagens dão margem para a compreensão de que a causa do Comitê possuía uma amplitude social, mas também inferem que havia um grupo de liderança, e este era composto por atores sociais mais ligados à classe média, com formação universitária, ou mesmo com uma formação reconhecidamente intelectual, como é o caso de Nascimento de Moraes Filho, coordenador do Comitê.

Conforme Viola (1987) e Ferreira (2002), a emergência do movimento ambiental nos anos 1980 ocorreu no seio das classes médias intelectualizadas dos grandes centros urbanos. O Comitê não foge à regra, mas não se manteve restrito a elas, e passaram a dialogar com outros setores sociais, principalmente as comunidades atingidas diretamente pela instalação da fábrica de alumínio. Com elas o Comitê buscava se articular com a realização de um trabalho de dimensão solidarística/cooperativa, ou seja, a partir de ações de solidariedade no que diz respeito, principalmente, ao assessoramento jurídico⁵¹.

Entretanto, foi por meio de ações coletivas de dimensão crítico/contestatória, ou seja, “ações de denúncias, protestos, explicitação de formas de dominação, de discriminação, de exclusões e dos conflitos” (SCHERER-WARREN, 2002, p. 46) que o Comitê mais se articulou com a sociedade civil envolvente e com os poderes constituídos do Estado.

De acordo com as teorizações de Ilse Scherer-Warren (2002) essa dimensão foi a mais expressiva nas ações coletivas do Comitê, e é caracterizada por ter uma dimensão reativa, ou seja, de reflexividade sobre a sociedade. Dentro do que a autora chama de *invenção democrática*, ou seja, novas formas de agir democrático diante da tradição cultural política do país, predominantemente autoritária e elitista, o Comitê se enquadra nos chamados *movimentos de vigília cidadã*,

que perpassa as ações de organizações e dos sujeitos e refere-se a todas as cobranças em termos da transparência de práticas públicas democráticas (...) Surge neste final de século uma nova demanda por direitos relacionados à vida republicana e à cidadania democrática: moralidade administrativa, impessoalidade e transparência na gestão dos negócios públicos, exigência da cobrança de impostos, direito ao meio ambiente, etc (SCHERER-WARREN, 2002, p. 49)

Essa definição da autora parece descrever uma das demandas do Comitê que aparecem na documentação como forte argumento: a transparência de práticas públicas. Além da defesa ecológica da ilha de São Luís também era expressiva a oposição ao empreendimento da Alcoa

⁵¹ ALCOA prejudica saúde de moradores de Jacamim. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1981, p. 4; CDI-MA, está grilando terras para a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1982, p. 2; ALCOA manda prender moradores de “Coqueiro”. *Jornal Pequeno*, 17 fev. 1984, p. 1.

Alumínio S.A. devido ao modo como estava sendo conduzido o projeto: primeiramente, de maneira autoritária, não permitindo nenhum debate com a sociedade civil maranhense, nem mesmo nos espaços destinados a essa prática no âmbito do Estado, como as casas legislativas, e, segundo, pela indiferença e falta de zelo aos preceitos da administração pública.

O governo estadual é acusado de agir como “um órgão burocrático da multinacional”, por conceber todos os benefícios exigidos pela ALCOA Alumínio S.A., independente das contradições com a legislação brasileira, como por exemplo a alienação de uma área superior a 3 mil hectares sem a autorização do Senado Federal, como preconizado na Constituição Federal de 1969⁵², ou quando o governador do Estado do Maranhão, João Castelo, contradisse a legislação que foi instituída por ele mesmo: Decreto nº 7.921, de 10/11/1980, regulamentando a Lei nº 4.104, de 11/01/1980, que disciplina a política estadual de controle e preservação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais do Estado do Maranhão.

Art. 4º - São considerados fontes presumíveis de poluição e/ou degradação dos recursos naturais, para efeito de obrigatoriedade de obtenção do Certificado de Registro, a que alude o presente regulamento: I – atividades de extração e beneficiamento de minerais; II – atividades industriais; (...)⁵³.

Essas atividades necessitam autorização para licenciamento, que requer uma gama de documentos para averiguação. Exigências que não foram consideradas pela ALCOA Alumínio S.A., e nem mesmo cobrada pela Secretaria Estadual de Recursos Naturais (SERNAT). O próprio secretário, Darson Dagoberto Duarte voltou atrás na opinião contra a ALCOA após a pressão, segundo “Jornal Pequeno”, do Palácio dos Leões⁵⁴. Como resultado, a instituição responsável da cobrança do cumprimento da legislação ambiental era omissa ao empreendimento.

Mas além das exigências junto ao poder público, a multinacional atuou no sentido de construir uma imagem positiva para a sociedade maranhense como resposta à campanha de conscientização empreendida pelo Comitê. Várias entidades maranhenses receberam auxílio de alguma forma, como a escola de samba Flor do Samba⁵⁵, o clube de futebol Sampaio⁵⁶, a Santa Casa, o clube Jaguarema⁵⁷, a UFMA⁵⁸, além da tentativa que o “Jornal Pequeno” divulgou de aliciar o ex-presidente da Federação das Uniões de Moradores e Entidades

⁵² CPI para apurar irregularidades da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 set. 1981, p. 3.

⁵³ AÇÃO popular contra o governador e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 09 ago. 1981, p. 2.

⁵⁴ SERNAT e a poluição. *Jornal Pequeno*, 25 ago. 1981, p. 3.

⁵⁵ FLOR do samba e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 08 mar. 1981, p. 3.

⁵⁶ SAMPAIO e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 28 jan. 1981, p. 2.

⁵⁷ ALCOA financiou a decoração do clube Jaguarema. *Jornal Pequeno*, 06 mar. 1981, p. 2.

⁵⁸ ALCOA e Ufma: um pacto secreto. *Jornal Pequeno*, 27 out. 1980, p. 3.

Similares do Maranhão, Fernando Mendes, para que apoiasse a empresa em troca de um salário mensal de 31 mil cruzeiros e a entrega de eletrodomésticos aos moradores⁵⁹.

O Projeto de implantação da indústria de alumina e alumínio na ilha de São Luís é repleto de contradições políticas, econômicas e sociais, que justificam o posicionamento de denúncia assumido pelo Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Somou-se a isso a conjuntura de Redemocratização, em que a luta pela democracia ganhou relevância em todo país com uma demanda muito mais abrangente que a simples exigência do voto nas eleições, mas com uma concepção radical de democracia que englobava todas as dimensões da vida.

Apesar de uma visão mais global que a preconizada nas elaborações de Viola (1987), de que os movimentos ecológicos até 1985 eram caracteristicamente ingênuos quanto ao envolvimento com a política, o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís demonstra o contrário e amplia a defesa do meio ambiente da ilha a questões sociais, econômicas e outras.

Em compensação, é possível inferir pelas reportagens que a defesa ecológica está intimamente ligada às características ecologicamente impróprias da ilha de São Luís para tal empreendimento. O Comitê não chega a questionar o modelo de desenvolvimento. O próprio movimento sugere a proposta de transferência da fábrica para o continente, fora da região insular, distante dos recursos hídricos⁶⁰, como também recomendava a ONU.

Mesmo apresentando como argumento os índices poluidores da cadeia produtiva do alumínio, as fontes sugerem que a oposição se fazia pela escolha do local para a instalação da fábrica e de como estava se processando, quase sem vantagens para o país. O Comitê não era portador de um projeto de mudança que pretendesse, com a mobilização social, reinventar a sociedade e a vida política.

Dentro das teorizações sobre os movimentos ecológicos, o Comitê não se constituiu em um grupo que estivesse ligado aos estudos da ecologia, a não ser nos momentos de promoção de palestras com especialistas na temática, ou seja, não havia uma preocupação teórica a respeito da resolução dos problemas ecológicos, e de como seria essa resolução com uma discussão teórica para propor novos valores para o equilíbrio ecológico.

O próprio fato da emergência do Comitê ter sido contingencial, ao contrário de grupos que surgiram a partir de inquietações pessoais e que levaram à formação de grupos de

⁵⁹ ALCOA tenta corromper líder comunitário. *Jornal Pequeno*, 07 jan. 1981, p. 8.

⁶⁰ NEGÓCIOS: Brasil importa nova poluição. *Jornal Pequeno*, 13 set. 1981, p. 1.

estudos, como ocorreu com vários grupos feministas⁶¹, pode explicar a ausência de um aprofundamento teórico nas questões ambientais apresentadas pelo Comitê.

Dessa forma, não é possível enquadrar o Comitê como um movimento ecológico ligado aos valores pós materialistas de crítica ao consumismo. As fontes analisadas indicam que a preocupação ecológica perpassava somente a questão da gerência estatal, como a falta de fiscalização das fábricas poluidoras, como a MERCK, a expulsão de famílias que ocupassem áreas de reserva ambiental, ao mesmo tempo que não se manifestava contra a instalação do complexo de alumínio.

As reportagens do jornal se constituíram em espaço de denúncia para conscientização ecológica a partir da perspectiva da ingerência do Estado, que assumia uma posição de alheamento aos casos de degradação ambiental e também em relação à possibilidade de prevenção de possíveis riscos ecológicos. Assim também eram acusados os empresários, principalmente na figura das multinacionais, beneficiados pelos governos estadual e federal.

A atuação do Comitê até agosto de 1984 não atacava o modo de vida e o consumo da população. Juntamente com a defesa do meio ambiente, era a injustiça social o tema mais discutido. E nessa temática estava inserido o custo de vida, a falta de infraestrutura dos bairros, a expulsão de moradores dos povoados atingidos pela Alcoa e o problema da água na capital, por exemplo.

É importante relacionar que a ausência de debates de valores pós-materialistas pode ser justificada com a realidade brasileira do não atendimento das necessidades básicas da maioria da população. Parece que o raciocínio se baseava no entendimento de que não havia sentido em se empenhar no debate sobre o consumismo exagerado quando a própria população não tinha meios de consumir os itens básicos para o seu bem-estar. Era uma perspectiva compreensível diante do IDH brasileiro, e em especial do Maranhão, reconhecido como estado pobre.

A imagem construída a partir da leitura das matérias do “Jornal Pequeno” é a de uma São Luís, lixeira da Alcoa Alumínio S.A. Chama a atenção a construção de imagens similares à “terra arrasada”, ou seja, com previsões do futuro que eram veiculadas pelo periódico a partir de uma perspectiva catastrófica: “Muito breve, esta Ilha de São Luís será chamada a Ilha de Cubatão e crianças sem cérebros começarão a nascer, como naquela cidade paulista”⁶².

⁶¹ Ver ARAÚJO, 2007.

⁶² COORDENADOR do Comitê faz denúncia contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 fev. 1984, p. 1.

Os rios, riachos, os lençóis de água subterrâneos morrerão com o veneno violento que a usina da ALCOA neles despejará. O peixe, o sururu, o caranguejo, o sarnambi, o siri, alimentos das sofridas camadas populares serão destruídos pela lama vermelha e outros agentes altamente tóxicos⁶³.

No primeiro trecho, de uma fala transcrita de Nascimento Moraes Filho, é possível perceber que as previsões utilizavam e se aproximavam comparativamente aos casos de desastres ambientais ao redor do mundo, como o ocorrido no canal Love⁶⁴ nos Estados Unidos, e a cidade paulista de Cubatão, a qual o intelectual faz referência, que no início dos anos 1980 era considerada uma das cidades mais poluídas do mundo. Mas outros locais são citados como exemplos de degradação ambiental, como Frei Hermenegildo (RS), Salvador (BA) e as margens do Rio São Francisco na Bahia⁶⁵.

Esses desastres eram veiculados pelo jornal como exemplos a não serem seguidos, especialmente Cubatão, que era citada com recorrência e que chegou a ser tema de uma palestra organizada pelo Comitê⁶⁶.

As palestras eram uma estratégia muito utilizada pelo Comitê. Geralmente ocorrendo no auditório do “Jornal Pequeno”, com a explanação de algum convidado especialista no tema da ecologia para debate e formação da comunidade maranhense⁶⁷.

É possível inferir que a atuação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, sempre divulgada no “Jornal Pequeno”, ou mesmo as reportagens que faziam referência ao tema do meio ambiente se constituíram em uma educação ambiental em moldes informais. No recorte temporal deste trabalho se observou que houve uma intensa exposição dos temas relacionados à questão ecológica, e que buscava apresentá-la de maneira holística e engajada politicamente.

A derrota do Comitê, com a consolidação da ALCOA Alumínio S.A., sugere que ainda era forte a tradição autoritária do Estado brasileiro nos últimos anos do regime ditatorial. Mesmo a mobilização da sociedade civil não foi suficiente para se constituir em pressão para impedir a construção de empreendimentos dessa natureza na ilha de São Luís e em muitos outros lugares do país.

Este capítulo expôs o engajamento do primeiro movimento ecológico do Maranhão para servir de subsídio para os professores que se aventurarem na tarefa de incluir a questão

⁶³ FLOR do samba e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 08 mar. 1981, p. 4.

⁶⁴ EXTRAÍDO da revista “Desperta!” - Os depósitos de Lixo Químico são como bombas-relógio (Divulgação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. *Jornal Pequeno*, 20 e 21 jan. 1982.

⁶⁵ QUESTÃO ecológica e desenvolvimento. *Jornal Pequeno*, 22 nov. 1981, p. 2

⁶⁶ PALESTRA sobre poluição de Cubatão. *Jornal Pequeno*, 06 mar. 1981, p. 4.

⁶⁷ AGRÔNOMO vem proferir palestra. *Jornal Pequeno*, 23 fev. 1981, p. 3; PALESTRA ecológica. *Jornal Pequeno*, 24 fev. 1981, p. 4; PALESTRA sobre poluição de Cubatão. *Jornal Pequeno*, 06 mar. 1981, p. 3.

ambiental no currículo da disciplina história, que poderá ser feito de diversas maneiras, tal como será apresentado no próximo capítulo, que foi construído para auxiliar o docente fornecendo sugestões didático-metodológicas para o trabalho em sala de aula.

CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: sugestões didático-metodológicas

“os professores nunca devem dizer aos alunos nada diretamente, mas sempre permitir que eles construam o conhecimento por si mesmos”

Bransford

A abordagem da campanha ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís apresentada no capítulo anterior será discutida aqui a partir da inserção de propostas metodológicas da educação ambiental no ensino de história. É importante pontuar que tais propostas não pretendem esgotar o tema, mas foram algumas possibilidades pensadas para um trabalho docente inovador, e que não pretendem esgotar as ideias de metodologia para o ensino de história. Foram pensados procedimentos envolvendo a documentação dos jornais impressos para permitir ao aluno o contato com a fonte histórica e a possibilidade da análise do documento feita pelo próprio aluno, levando em consideração o nível de ensino na elaboração dos objetivos. E por último foi pensado um projeto interdisciplinar capaz de abranger a complexidade do tema do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís.

4.1 Possibilidades do Ensino de História

Schmidt e Cainelli (2009) apontam que a perspectiva de trabalhar no ensino de história com um tema de história local é preconizada e valorizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e estão relacionadas às tendências de renovação desse componente curricular. As autoras ressaltam que apesar da valorização do trabalho com história local, esta não deve se realizar de maneira localista e reducionista, limitando-se a uma autoexplicação. Pelo contrário, o tema da realidade local deve ser utilizado para garantir melhor apropriação do conhecimento integrando-o ao conjunto dos conhecimentos, ou seja, aos problemas econômicos, políticos, culturais, sociais de outras localidades, de outros países, e até de processos históricos mais amplos. No caso do tema aqui discutido, uma abordagem reducionista entraria em contradição com a proposição da educação ambiental baseada na interdependência dos fatores da realidade, que apresenta uma concepção holística para o entendimento do mundo. Assim, o trabalho com a perspectiva da história local juntamente com a educação ambiental corrobora na análise, por parte dos alunos, dos diferentes níveis da realidade, além de oferecer um instrumento “para a construção de uma história mais plural, menos

homogênea, que não silencia a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História” (SCHMIDT & CAINELLI, 2009, p. 138-139).

As sugestões aqui apresentadas têm o intuito de incrementar a atuação em sala de aula a partir de procedimentos de ensino que explorem o lado investigativo dos estudantes, possibilitando articular conhecimento, competências e valores, com a finalidade de capacitar os alunos para atuarem na sociedade, de maneira transformadora e positiva (BEZERRA, 2003, p. 37).

Como foi possível vislumbrar no capítulo anterior, o tema sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís apresenta uma complexidade que por vezes pode direcionar a produção das propostas somente para o Ensino Médio, já que é a etapa final da educação básica, no qual o estudante finaliza sua formação básica, e tem adquirido os meios para progredir no trabalho e/ou nos estudos superiores.

Se for pensada para essa etapa, deve considerar que a preparação do Ensino Médio objetiva uma preparação para a vida.

Essa foi a tônica adquirida pelo ensino médio a partir da atual LDB. Sob um determinado ideário que predominou em nossa sociedade nos anos 1990, preparar para a vida significa desenvolver competências genéricas e flexíveis, de modo que as pessoas pudessem se adaptar facilmente às incertezas do mundo contemporâneo (RAMOS, 2004, p. 39).

Na discussão proposta pelas Orientações Curriculares Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (2006):

Mais do que reproduzir dados, denominar classificações ou identificar símbolos, estar formado para a vida, num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições, significa saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar problemas de qualquer natureza, participar socialmente, de forma prática e solidária, ser capaz de elaborar críticas ou propostas e, especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado (BRASIL, 2006, p. 9).

A perspectiva de adquirir uma atitude de permanente aprendizado leva em consideração o oferecimento de táticas de ensino que possibilitem ao aluno realizar atividades formativas que ajudem na resolução de questões e problemas da comunidade no qual estão inseridos os estudantes, ao mesmo tempo que possibilitem o gosto pelo conhecimento, pelo ato de aprender, independente dos conteúdos curriculares, mas centrado na ação da pesquisa, da curiosidade ingênua transformada em curiosidade disciplinada para a pesquisa.

Mas há ainda a possibilidade de realizar atividades com turmas do ensino fundamental mesmo o tema apresentando um nível elevado de complexidade. A saída é fazer o recorte da temática para que a sua explanação não necessite de um trabalho prolongado de explicação, ou mesmo de horas-aula, para que os alunos consigam assimilar o conteúdo.

Em relação ao aprendizado, os objetivos coincidem, mas não se centram muito na ação da pesquisa como ocorre no ensino médio, mas no contato dos estudantes com o tema, que pode ser a primeira vez. Dessa forma, o principal objetivo do tema no ensino fundamental é o conhecimento da problemática da questão ambiental inserida no ensino de história.

No que se refere ao ensino de história a aprendizagem se traduz em ensinar a pensar historicamente, ou seja, saber usar as ferramentas que os historiadores utilizam para “recriar” o passado, isto é:

Saber encontrar e selecionar os fatos que são importantes para explicar o presente; conseguir organizar os fatos numa perspectiva temporal, mostrando como eles se sucedem, como os fatos diferentes acontecem ao mesmo tempo no mesmo lugar e em lugares diferentes, como e por que ocorrem as mudanças, as permanências, as rupturas; aprender a ler, questionar e interpretar os documentos que “falam” sobre esses fatos; construir explicações próprias sobre as relações entre o passado e o presente, a história de outros povos, outras pessoas, e sua história pessoal (SCHMIDT & CAINELLI, 2009, p. 67).

Dessa forma, a aprendizagem histórica como exposta acima valoriza a prática docente voltada para o desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante, mobilizando metodologias de pesquisa e competências que ajudem na preparação para a vida.

Pensando no desenvolvimento da autonomia intelectual, as elaborações de Marta Scarpato (2004) oferecem subsídios para a escolha dos procedimentos de ensino mais adequados para o que vem sendo discutido. Segundo ela, deve-se pensar metodologias “que façam os alunos aprender sob o aspecto motor, social e afetivo” (SCARPATO, 2004, p. 21). Os procedimentos são planejados a partir das tipologias dos conteúdos: conceituais, atitudinais ou procedimentais.

Tipologia conceitual – o aluno deve realmente compreender e não apenas memorizar os fatos, gerando uma aprendizagem significativa para a vida, ou seja, fará com que ele aprenda a compreender.

Tipologia procedimental – os alunos aprendem pela ação, refletem sobre a própria atividade e percebem que essa mesma aprendizagem pode ser aplicada em outros contextos.

Tipologia atitudinal – significa que ajudará o aluno a construir o conhecimento com base em atitudes, normas e valores vivenciados naquele aprendizado (SCARPATO, 2004, p. 21-22).

Um mesmo tema pode ser pensado para ser trabalhado com até três procedimentos de ensino que englobem as tipologias descritas acima. A seguir são expostas sugestões didático-metodológicas para trabalhar a temática ambiental no ensino de história a partir dessa perspectiva da aprendizagem histórica considerando essas tipologias.

4.2 O uso didático de jornal no Ensino Médio: Estudo Dirigido e Diálogo entre textos jornalísticos

O fato das fontes históricas utilizadas neste trabalho serem reportagens jornalísticas induziu a pensar metodologias com esse tipo de documentação. Mas diferente do historiador, o uso didático da fonte histórica é realizado de maneira diversa.

Baseado na proposta de autonomia intelectual pensada para o ensino médio, a utilização de documentos históricos em sala de aula pressupõe a associação com métodos ativos de construção do conhecimento histórico. Não se trata de querer tornar os alunos mini historiadores, mas permitir que eles utilizem algumas ferramentas da pesquisa histórica, mas sem tornar esse o ponto principal no seu uso didático.

Pensando as fontes elencadas nesta pesquisa, o primeiro ato do professor será realizar a seleção. Segundo Circe Bittencourt (2011), entre inúmeros documentos, o professor deve escolher os que sejam mais atrativos, levando em consideração alguns pontos, como o vocabulário complexo, grande extensão e inadequação à idade dos alunos. “O objetivo é favorecer sua exploração pelos alunos de maneira prazerosa e inteligível, sem causar obstáculos iniciais” (BITTENCOURT, 2011, p. 330).

Dentre a gama de reportagens coletadas nas páginas do “Jornal Pequeno”, a seleção também precisa considerar o público destinado. Somente o professor, que convive cotidianamente com seus alunos, conhece as características das turmas, bem como suas capacidades e limites para o uso dessa metodologia. E também o objetivo do trabalho com documentos.

Ainda é Bittencourt que orienta:

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração, para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de *situação-problema*, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado (grifos meus) (BITTENCOURT, 2011, p. 330).

Como sugestão do uso da fonte como fonte de informação o professor pode realizar um estudo dirigido a partir de duas matérias: uma que aborde a atuação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, como por exemplo **O Comitê é uma ideia** (14 mai. 1981) ou **O trabalho do Comitê** (03 jan. 1982), combinada com uma das reportagens que apresentam um teor mais detalhado e explicativo para a luta do movimento, como: **Instalação da usina poluirá São Luís** (27 jul. 1980)⁶⁸.

A escolha dessas matérias se baseia na exposição de uma situação histórica da ilha de São Luís, bem como do Maranhão e até mesmo do Brasil, que não completou nem meio século, e que as consequências são perceptíveis e influem na vida dos habitantes da cidade e do Estado.

A opção pelo estudo dirigido segue as elaborações de Alda Luiza Carlini (2004). Segundo ela, “é um procedimento de ensino por meio do qual o aluno executa um trabalho proposto e orientado pelo professor, de preferência, em sala de aula” (CARLINI, 2004, p. 59).

Pode proporcionar aos alunos a oportunidade de atingir objetivos conceituais (aquisição, aprofundamento e atualização de informações), procedimentais (habilidade de leitura, de interpretação de textos, de busca de sinônimos e significados, de elaboração de sínteses, de questões, entre outras) e atitudinais (respeito ao trabalho, dedicação, interesse) (CARLINI, 2004, p. 61).

Como essas sugestões são direcionadas para alunos do ensino médio, as reportagens podem ser mais extensas e complexas pensando na adequação da idade, já que são para alunos mais maduros intelectualmente. Da mesma forma que possibilitam a orientação para um estudo dirigido a partir do texto jornalístico para a produção de relatório.

Schmidt e Cainelli (2009, p. 118-127) oferecem uma proposta de como utilizar o documento histórico em sala de aula dividindo-o em etapas:

⁶⁸ Ver o conteúdo dessas reportagens nos anexos.

- 1) Identificação do documento: identificar o tipo de fonte, informar o que diz o documento, a sua natureza, datação, autoria;
- 2) Explicação do documento: contexto e crítica;
- 3) Comentário do documento: Introdução, desenvolvimento e conclusão.

A terceira etapa é resumida pelas autoras da seguinte forma (SCHMIDT & CAINELLI, 2009, p. 125):

Quadro-síntese do Comentário do documento
<p>Introdução</p> <p>Reter os elementos-chave da apresentação. Tentar colocar uma ou mais questões gerais. Apresentar a maneira como o documento vai ser estudado.</p>
<p>Desenvolvimento</p> <p>Construir explicações sobre diferentes questões, como datas e ideias, responder às questões propostas.</p>
<p>Conclusão</p> <p>Estabelecer o grau de interesse pelo documento, discutir as ideias nele contidas e abrir questões ou temas com elas relacionados.</p>

Como este trabalho utiliza reportagens de periódicos, há ainda especificidades em relação ao tratamento a ser dado em sala de aula que merece alguns cuidados. O jornal é um objeto cultural e, por outro lado, uma mercadoria produzida por uma empresa capitalista. Mas principalmente,

o importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial. A veiculação das notícias e informações, com ou sem análise por parte dos jornalistas, precisa ser apreendida em sua ausência de imparcialidade, para que se possa realizar uma crítica referente aos limites do texto e aos interesses de poder implícito nele (BITTENCOURT, 2011, p. 337).

Este trabalho utiliza as matérias jornalísticas do “Jornal Pequeno”, e como o exposto na Introdução, este apresenta um alinhamento explícito ao Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, tomando para si a luta do movimento. Assim, a ideia é utilizar as reportagens enquanto documento histórico e produto da imprensa escrita.

Estudo Dirigido

Objetivos:

- Identificar as ameaças e os riscos ecológicos que a Ilha de São Luís estava submetida;
- Compreender o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como movimento de resistência e de conscientização da sociedade maranhense;

- Reconhecer o contexto de Transição democrática na atuação do Comitê e na postura autoritária do Estado.

Procedimentos sugeridos:

1. Separar os alunos em grupos;
2. Distribuir o material;
3. Apresentar o tema;
4. Direcionar a análise das reportagens enquanto fontes históricas;
5. Orientar na construção de um texto-síntese sobre o tema.

Avaliação:

O professor deve observar o diálogo entre os alunos nas atividades em sala de aula e a produção textual, tanto a respeito da argumentação construída como no domínio da escrita.

Cronograma:

Determinar o prazo para a produção e para a entrega do texto-síntese.

4.3 O uso didático de jornal no Ensino Fundamental: Diálogos entre textos jornalísticos e Debate

Dentro das possibilidades de trabalhar a campanha ecológica do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís no ensino fundamental estão o debate e o uso de comparativo entre textos jornalísticos de épocas diferentes.

Falando primeiramente da atividade comparação entre matérias jornalísticas, esta será feita entre matérias de períodos e de localidades diferentes, no caso uma reportagem sobre os riscos ecológicos da Alcoa na ilha de São Luís do “Jornal Pequeno” e a outra sobre o desastre ambiental em Mariana-MG⁶⁹.

Reportagens:

- 1) **Instalação da usina poluirá São Luís** (*Jornal Pequeno*, 27 jul. 1980)
- 2) **Mariana: As consequências do maior desastre ambiental do Brasil** (*Pragmatismo Político*, 18 nov. 2015).

Diálogo entre textos jornalísticos sobre temas análogos

Objetivos:

⁶⁹ Ver reportagens na íntegra nos anexos.

- Aprendizado do currículo proposto;
- Compreender a noção de rupturas e continuidades no processo histórico;
- Localizar acontecimentos no tempo;
- Dominar procedimentos de produção de texto (hermenêutica, capacidade argumentativa, domínio da escrita)

Procedimentos sugeridos:

1. Entregar as duas reportagens selecionadas para duplas;
2. Apresentar os materiais didáticos;
3. Leitura silenciosa das reportagens pelos alunos;
4. Discussão dos pontos similares nas reportagens;
5. Construção de um texto dissertativo com as análises.

Avaliação:

A avaliação será feita mediante observação da discussão em sala entre os componentes da dupla e análise dos textos produzidos.

Cronograma:

Essa atividade pode ser organizada em uma hora-aula para a leitura e discussão das questões importantes sobre o tema, e com o prazo para a entrega do texto dissertativo de uma semana, por exemplo, para ser feito em dupla como atividade extraclasse.

Sobre o debate em sala de aula, este

é um procedimento de ensino que se apoia em leitura e estudo prévio sobre o assunto em foco e desenvolve-se no processo de exposição oral das ideias, pelos participantes do grupo, mediado pela atuação do professor (CARLINI, 2004, p. 42).

Mas a primeira atribuição do professor é orientar a preparação prévia dos alunos a partir de leituras. No caso deste trabalho, as leituras serão feitas nas matérias selecionadas pelo professor, que melhor apresentem o tema. A partir delas os alunos se prepararão, realizando a leitura e organizando seus argumentos e ideias entre os componentes do grupo para o debate.

Para essa atividade foram selecionadas as seguintes reportagens:

- 1) **Novos povoados ameaçados de invasão pela Alcoa** (*Jornal Pequeno*, 21 mai. 1980)
- 2) **Construção de terminal portuário privado ameaça moradores da comunidade Cajueiro** (*Jornal Pequeno*, 10 mai. 2016)

Debate

Objetivos:

- Compreender a noção de permanência e ruptura no processo histórico;
- Fundamentar-se com os principais conceitos do tema;
- Construir uma argumentação a partir do material disponibilizado pelo professor e por seus conhecimentos prévios;
- Expor ideias e reflexões por meio da oralidade;
- Argumentar e defender posições;
- Respeitar e fazer respeitar regras e limites.

Procedimentos sugeridos:

1. Entregar as reportagens selecionadas para cada grupo;
2. Apresentar o material didático na sua constituição enquanto fonte histórica e impresso escrito;
3. Direcionar a leitura para alguns pontos centrais;
4. Incentivar a anotação de tópicos sobre as ideias principais, resumindo os textos a afirmações e negações;
5. Estimular a participação dos alunos;
6. Promover uma mediação atenta;
7. Organizar as contribuições para construir conclusões ao final.

Avaliação:

A observação dos alunos na construção e exposição de suas ideias a partir da oralidade, bem como o engajamento dos alunos na defesa e respeito aos seus argumentos e aos dos colegas.

Cronograma:

O debate pode se realizar no tempo de uma hora-aula.

4.4 Projeto interdisciplinar

A estratégia do Projeto Interdisciplinar foi pensada para o tema do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís tomando como base as questões elencadas pelo próprio movimento: a escolha de uma ilha para a instalação de uma indústria reconhecidamente poluidora; o problema da água na ilha e o Projeto Italuís; a questão da expulsão das famílias das áreas destinadas para o complexo industrial e sua relação com as “invasões” e falta de estrutura urbanística de diversos bairros da capital, além do

aumento do custo da alimentação; a cadeia produtiva do alumínio, o descarte do lixo químico e a contaminação dos estuários e mananciais; a própria emergência de um movimento ecológico no Maranhão no contexto de engajamento da sociedade civil brasileira; as irregularidades na implantação da indústria de alumínio ainda no período de transição do regime ditatorial para o democrático; e, por último, a ação imperialista das empresas multinacionais.

Todas essas questões possibilitam uma investigação interdisciplinar, já que as próprias características do tema tornam imprescindível a integração de outras disciplinas. Devido à vastidão do tema o trabalho com todas as questões não é aconselhável, devendo os professores selecionarem as que mais se aproximam da sua área.

Por exemplo, as características da região, inserida no Golfão Maranhense, com um vasto estuário, que alimentam os mangues, bem como a ilha entrecortada por cursos d'água, sugere um trabalho na área de Geografia. Nessa disciplina os alunos se aprofundarão nas questões da especificidade espacial da Ilha de São Luís. Conjuntamente a disciplina de Biologia oferecerá os elementos para a compreensão da vulnerabilidade do ecossistema da região, em que estão se imiscuindo animais e plantas de água doce e água salgada, dependentes da manutenção da vida nos manguezais.

Para o componente curricular de Química, o foco pode ser a cadeia produtiva do alumínio e os resíduos gerados por ela, e o quanto estes são prejudiciais para o meio ambiente bem como para a saúde dos seres humanos que entrarem em contato com tais produtos químicos.

Para o componente curricular de história pode ser organizado, por exemplo, o estudo sobre o favorecimento desse modelo de desenvolvimento para o país, e o surgimento do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como resistência a ele. Podem ser abordadas questões relacionadas ao autoritarismo, visto que ainda era um momento de transição no país, e que coloca em discussão a forma de condução da política e economia, bem como o papel da sociedade civil, debatendo o elitismo e o conservadorismo da política brasileira e o significado do momento da Redemocratização com a emergência do movimento ecológico brasileiro.

Como exposto no tópico sobre educação ambiental, o entendimento do meio ambiente é imprescindível para a inserção da educação ambiental nas disciplinas. O trabalho conjunto e que todos os professores deverão realizar inicia com a percepção do meio ambiente circundante para o tema: a ilha de São Luís. Tanto no que se refere ao

meio natural como ao meio social, e qual o significado da proposta da defesa da Ilha de São Luís, problematizando e inserindo os riscos à natureza e também à toda população.

Todas as disciplinas envolvidas podem iniciar o projeto por meio do estudo dirigido a partir dos mesmos textos jornalísticos, como exposto no segundo tópico para primeiro contato dos alunos com o tema. Porém, cada disciplina aprofundará na sua área utilizando outros procedimentos de ensino de escolha de cada professor.

No caso do ensino de História, o estudo dirigido pode ser utilizado com uma função a mais: identificar os atores sociais envolvidos no tema da emergência do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. Tais como os militantes do movimento, as autoridades públicas favoráveis ao empreendimento da Alcoa, os representantes da multinacional, as populações atingidas pelas desapropriações das terras destinadas ao complexo industrial e os migrantes recém-chegados à capital em busca de trabalho. O reconhecimento desses sujeitos permitem a construção de uma dramatização realizada pelos alunos. Para a sua produção os estudantes terão que identificar os papéis dos atores presentes na situação histórica.

O objetivo dessa atividade é analisar a situação de conflito e disputa na interação entre os atores sociais no contexto da época, para que os alunos se envolvam de modo integral, estimulando a análise e a compreensão mais ampla sobre o tema de estudo. Para isso eles precisam reconhecer as demandas, as motivações, a procedência, e as limitações de atuação dos sujeitos dessa história para se expressarem “com clareza, expondo ideias, sentimentos e percepções, em linguagem verbal e não-verbal” (CARLINI, 2004, p. 46).

Outro objetivo a ser atingido com esse procedimento é desenvolver a empatia e a solidariedade sobre o tema a partir da distinção das forças políticas e econômicas entre os atores sociais, para o entendimento por parte dos alunos do poder desigual entre os grupos sociais.

Como finalização de um projeto interdisciplinar é interessante a escolha de um dia para o ápice envolvendo toda a escola para expor o tema nas suas diversas dimensões, com a apresentação dos resultados dos trabalhos e das atividades realizadas nas disciplinas.

Assim o projeto interdisciplinar estaria dividido:

Primeira etapa: apresentação do tema a partir do(s) mesmo(s) texto(s) jornalístico(s) em cada disciplina envolvida, mas que terão focos diferentes sobre os documentos. Cada professor realizará o estudo dirigido de acordo com seu componente

curricular. Nessa etapa a atuação do docente é essencial para direcionar a compreensão do material disponibilizado.

Segunda etapa: execução de outro procedimento de ensino da escolha do professor, envolvendo a realização da pesquisa propriamente dita, e a produção do seu resultado. Pressupõe uma maior autonomia dos alunos, mas com a coordenação do professor para averiguar a condução do trabalho e a preparação para a exposição dos resultados.

Terceira etapa: apresentação dos resultados da pesquisa em que os alunos são os protagonistas. É aconselhável a escolha de um dia em que a escola se envolva e prestigie o trabalho realizado pelos alunos.

Dramatização

Objetivos:

- Identificar os atores sociais envolvidos no tema;
- Analisar a situação de conflito e disputa na interação entre os atores sociais;
- Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;
- Desenvolver a empatia e a solidariedade;
- Utilizar as diferentes linguagens como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias.

Procedimentos sugeridos:

1. Selecionar a situação a ser dramatizada a partir do material de apoio;
2. Orientar a construção dos papéis;
3. Definir a duração e os objetivos do que será encenado.

Avaliação:

A participação dos alunos na construção dos papéis e cenas em grupo e na atividade particular de cada aluno.

Cronograma:

Para a construção de uma dramatização, os alunos precisarão de um prazo maior para pensarem e refletirem, e até mesmo pesquisarem sobre os atores sociais envolvidos, caso julguem que o material de apoio não seja suficiente.

Este capítulo propôs o engajamento do professor de história no tema do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís como possibilidade de inserir a educação ambiental no

currículo da disciplina ao mesmo tempo que utiliza diversas metodologias e procedimentos envolvendo o uso de fontes históricas, a comparação entre documentos do passado e do presente e a aproximação com a história local, permitindo que os alunos vislumbrem o processo histórico no seu cotidiano.

Todas essas propostas foram elaboradas tendo em mente a concepção que a escola deve ser um local de vivências e experiências que darão aos alunos subsídios para encarar a realidade fora da escola, no caso, a crise ecológica. Trabalhar esse tema na disciplina história representa uma inovação na prática docente e nas metodologias em sala de aula. Esse tipo de atividade significa um desafio ao professor de história para pensar a prática tradicional do ensino de história. Este trabalho se constitui assim, em um incentivo para uma renovação nessa prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já é senso comum reconhecer que a sociedade atual se depara com um estado de crise há pelo menos 60 anos. Desde meados do século passado a humanidade tem se visto em desarranjos nas diversas dimensões da vida e mesmo diante de tantos debates não encontra a solução. A crise ambiental é considerada uma das mais urgentes e o seu aprofundamento obriga os seres humanos a repensarem o padrão civilizatório construído até aqui.

Dentre as possibilidades para a resolução dos dilemas civilizatórios, a educação assume uma posição de destaque na tentativa de modificar o paradigma e contribuir para a construção de uma sociedade sob outro modelo. A escola passou a ser pensada como espaço para oferecer os subsídios que os alunos utilizarão para enfrentar a realidade. A formulação da educação ambiental tem a função de cumprir esse papel na resolução da crise. Diante da fragmentação do conhecimento no qual é baseada a organização curricular das instituições de ensino, cada disciplina deve buscar, individualmente ou de forma conjunta, uma forma de implementá-la dentro dos seus objetivos. No caso do ensino de história, o trabalho com questões ambientais geralmente soa deslocado da atuação que o professor desse componente curricular está acostumado, ou para o qual foi preparado.

Dessa forma, este trabalho permitiu adentrar nas fundamentações sobre a questão ambiental, sobre o movimento ecológico brasileiro como parte dos novos movimentos sociais, e também conhecer a história do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, que teve intensa atuação no início dos anos 1980, e que assumiu uma postura muito próxima ao que propaga a questão ambiental na sua perspectiva de totalidade. Possibilitou ainda uma discussão sobre a inserção da educação ambiental no ensino de história a partir da pesquisa de um tema da história local e do uso de fontes históricas na sala de aula.

Abordar essa história para os alunos, fazendo-os conhecer os meandros do modelo de desenvolvimento a que o estado do Maranhão vem sofrendo desde a década de 1970 permite realizar um dos objetivos principais da educação ambiental: a realização de uma educação política. A pesquisa empírica, nas páginas do “Jornal Pequeno” sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís não poderia ser mais esclarecedora no sentido de politizar o debate sobre o desenvolvimento no estado, sobre as consequências da conjugação entre capital internacional, Estado autoritário e classes

dominantes, ou seja, as consequências da implantação de projetos que reconfiguraram a construção socioeconômica maranhense a partir de elementos conservadores, que mesmo provocando o aumento do PIB do estado, foi responsável também pela elevação da desigualdade social.

É imprescindível expor nas salas de aula maranhenses a configuração do Maranhão enquanto cenário de atuação de empresas transnacionais, de interesses financeiros e geopolíticos dos governos ditatoriais militares, que permitiu uma expansão econômica que se realizou de forma conservadora e excludente, pautada na coerção, realizada pela burocracia estatal e pelo aparato policial militar, beneficiando as classes dominantes, que participaram de maneira orgânica da implantação de empresas estrangeiras.

A pesquisa sobre o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís demonstrou que este é tema polêmico e que exige um posicionamento. Implicitamente causa um incômodo de ter que pensar a respeito do modelo de desenvolvimento no qual o Brasil baseia seu futuro, pois apresenta questões complexas para além dos cálculos econômicos. As demandas ecológicas e a situação dos segmentos sociais marginalizados sugerem que o desenvolvimentismo é inadequado para mudar os quadros sociais do país.

Essa é uma discussão complexa e exige dos alunos uma compreensão holística da realidade em que o ensino de história pode oferecer uma perspectiva da historicidade, ou seja, da interdependência dos fatores ao longo do tempo, como por exemplo, reconhecer na atualidade consequências de atos do passado.

Se inicialmente esse componente curricular não figurava entre as principais disciplinas de promoção da educação ambiental, esta pesquisa serviu para mostrar que o ensino de história é ocasião mais que conveniente para discutir a questão ecológica. Pois permite a comparação dos períodos históricos, a análise da trajetória das sociedades durante o tempo e, principalmente, permite compreender como a humanidade escolheu suas formas de relacionamento com o meio ambiente e as implicações disso ao longo do tempo.

Se a educação ambiental pressupõe um olhar para o futuro a partir da mudança de postura e mentalidade, a história e o seu ensino oferecem, com seu olhar para o passado, elementos para avaliar a trajetória humana no presente.

Diante das questões de ensino, este trabalho propõe uma inovação, no que diz respeito à abordagem da temática ambiental no componente curricular de história, ao utilizar um tema até então ausente do currículo escolar para discutir as diversas questões

que permeiam a atualidade brasileira, bem como do estado do Maranhão, bem como a compreensão da formação de sujeitos históricos e engajados em lutas sociais, e que podem ser trabalhados de maneira interdisciplinar.

Dessa forma, esta proposta pedagógica pretende corroborar com a ideia de que a prática docente deve sempre primar pela inovação e o empenho do docente em atividades que desafiem positivamente os alunos, que os conduzam a autonomia intelectual e ao desnudamento da realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. O período da Abertura e o movimento popular: um desafio para o Estado de Segurança nacional (1978-1984). In: **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 273-374.

ARAÚJO, Ana Lígia Alves de. **Mulheres em luta**: memória e história na São Luís dos anos 80. 2007. 103 f. Monografia (História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

ARNT, Ricardo & SCHWARTZMAN, Steve. Carajás: dez anos de impacto. **São Paulo em Perspectiva**, 3 (4), p. 34-37, out/dez., 1989.

BARQUET, Marcela. **Movimentos Ambientistas no Brasil**. Disponível em: <<http://reciclandoasideias.blogspot.com.br/2010/05/movimentos-ambientalistas-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio Ambiente e ensino de história. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

_____. Procedimentos metodológicos em práticas interdisciplinares. In: **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Usos didáticos de Documentos. In: **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 325-350.

BÓIS, Henrique. **Nascimento Morais será patrono da VI Feira do Livro de São Luís**. São Luís, 28 Mai. 2012. Disponível em: <<http://hbois.blogspot.com.br/2012/05/nascimentomoraisserapatronodavi.html>> Acesso em: 27 Ago. 2016.

BORGES, Arleth Santos. **PT Maranhão (1980-1992)**: origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008.

BORON, Atilio A. A transição para a democracia na América Latina: problemas e perspectivas. In: _____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Trad. Emir Sader. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 7-48.

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 6 out 2016.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. In: _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 534-562.

_____. **Orientações Curriculares Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília: MEC, 2006a.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília, DF, 2006b.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: história.** Brasília: MEC / SEF, 1998.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente: saúde.** 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

BURKE, Peter. Conceitos Centrais. In: _____. **História e teoria social.** Trad. Klauss B. Gerhardt, Roneide V. Majer, Roberto F. Leal. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 75-174.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO; Ciro Flamarion. Introdução: História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO; Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-26.

CARLINI, Alda Luiza. Procedimentos de ensino: escolher e decidir. In: SCARPATO, Marta. **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer.** São Paulo: Avercamp, 2004, p. 25-84.

CAROLA, Carlos Renato. Meio ambiente. In: PINSKY, Carla (org.). **Novos temas nas aulas de História.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 173-200.

CARVALHÊDO, Suely Soares. **As eleições de 1974 no Maranhão.** São Luís, 1997. 89f. Monografia (História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

CARVALHO, Alessandra. Características da transição no Brasil. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 376-379.

CARVALHO, Ely Bergo de. “A natureza não aparecia nas aulas de História”: lições de educação ambiental aprendidas a partir das memórias de professores de História. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 107-129, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=244&path%5B%5D=279>>. Acesso em: 12 Dez. 2016.

_____. Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 14, p. 1-10, 2011. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=14&impressao>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Passo atrás, passo adiante (1964-1985). In: _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.155-195.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2012.

COSTA, Wagner Cabral da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. In: BARROS, Antonio E. A. et al. **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 189-236.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAVID, Célia Maria; LEMOS, Enilda Maria. Reflexões sobre o tema transversal Meio Ambiente no Ensino Fundamental. **Camine**, Franca, SP, 2011, vol 3, nº 1. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/viewFile/312/386>> Acesso em: 18 jan 2016.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 10, p. 24-30, 1984.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2012, p. 417-448.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. 1994. 411f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – UFPA, Belém.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. A vingança do Leste: a elasticidade e a resistência oriental e a cultura ocidental. **Milênio: uma história de nossos últimos mil anos**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 799-836.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990. In: SORRENTINO, Marcos (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002, p. 57-84.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FREITAS NETO, José Alves. Transversalidade: a transversalidade e a renovação no ensino de história. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 57-74.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Maquiavel notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999, p. 13-109.

HELLMANN, Michaella. Democratização e Movimentos Sociais no Brasil. In: _____ (org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: “Sem a gente não tem jeito”**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1995, p. 9-23.

HENRIQUES, Alen Batista. A insustentável leveza do alumínio: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(11), p. 3223-3234, 2013.

HOBSBAWM, Eric. As Décadas de Crise. Feiticeiros e Aprendizizes: as ciências naturais. In: _____. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 393-420, 504-536.

JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades. In: SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 11-23.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. **Coelho Neto e a ecologia no Brasil (1898-1928): Coelho Neto, pioneiro nas lutas ecológicas no Brasil**. Imperatriz-MA: Ética, 2002.

LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: _____. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, p. 15-43.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MACEDO, Lúcio Antônio Alves de. Controle Ambiental do Golfão Maranhense. **DAE**. Vol. 49, nº 155, p. 91-97, abr/jun., 1989.

MARX, Karl. A Mercadoria. In: **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 45-78.

_____. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-50.

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 25-98.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53

MELO, Liana. **Alumínio**, um sorvedouro de energia elétrica. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/09/21/aluminio-um-sorvedouro-de-energia-eletrica/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Paradidáticos**. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/paradidaticos/>> Acesso em: 29 ago. 2016.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. A história ensinada: Algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v. 9, p. 37-62, out. 2003.

O início do declínio do regime militar. **Jornal do Senado**, Brasília, ano 20, n. 4.207, p. 2-3, 19 nov. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/especiais/2014/11/19/jornal.pdf>>. Acesso em: 1º dez. 2016.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. O Projeto de Distensão. In: _____. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 1994, p. 41-66.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____ (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, p. 11-62.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**: “Sem a gente não tem jeito”. São Paulo: Editora Marco Zero, 1995, p. 24-55.

PELEGRINI; Djalma Ferreira & VLACH, Vânia Rúbia Farias. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23 n. 2, 187-196, maio/ago. 2011.

PEÑAFIEL, Fany M. Montenegro. **Ideologia do movimento ambientalista**: Um Estudo de Casos Múltiplos em quatro Organizações Não Governamentais de Florianópolis. 2005. 190f. Dissertação (mestrado) Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Luta por moradia e condicionantes necessários: história, agentes e organização popular ludovicense entre as décadas de 1970 e 1980. In: BARROS, Antonio E. A. et al. **Histórias do Maranhão em Tempos de República**. São Luís: Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2015, p. 353-380.

PEREIRA, Elenita Malta. 50 anos de Primavera Silenciosa. **A voz da Primavera**. Porto Alegre, 18 nov. 2012. Disponível em: <<http://avozdaprimavera.blogspot.com.br/2012/11/50-anos-de-primavera-silenciosa.html>>. Acesso em: 30 Nov. 2016.

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**, vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 207-241.

PRADO, Maria Ligia. Ditaduras Militares e Sociedade Civil. In: **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 167-183.

RAMOS, Elisabeth Christmann. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário e diverso: os desafios do ensino médio como etapa da educação básica. In: FRIGOTTO, Galdêncio & CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004, p. 37-52.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A transição democrática (1979-1988). In: _____. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROCHA, Lourdes de M. L. Nunes. Movimentos Sociais em São Luís: revisitando a década de 80. In: LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Caderno de Exercícios 2**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1998, p. 9-24.

_____. Abrindo os olhos e botando a boca no mundo: a emergência do movimento feminista em São Luís-MA, na década de 80. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. **Políticas Públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003, p. 81-107.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80**: Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Editora Ática, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Protásio César dos. **Discursos da mídia impressa sobre a implantação da ALCOA MINERAÇÃO S. A. em São Luís, Maranhão**. 2010. 301f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA, Belém.

SCARPATO, Marta. Procedimentos de ensino: um ato de escolha na busca de uma aprendizagem integral. In: **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004, p. 17-24.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002, p. 41-56.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert & SANTOS, Tiago Fonseca dos. O Ensino de História em Revista: Algumas possibilidades de atividades a partir dos PCNs. **Historiae**. Rio Grande, nº 3 (1), p. 91-104, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.

SELBACH, Simone (supervisão geral). **História e Didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 54-59.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira de. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.385-398.

_____. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**, vol. 4: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-282.

_____. História das Paisagens. In: CARDOSO; Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 203-216.

TAVOLARO, Sérgio Barreiro de Faria. **Movimento Ambientalista e Modernidade**: sociabilidade, risco e moral. 1998. 187f. Dissertação (mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas.

THOMPSON, Edward. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TOYNBEE, Arnold. **A Humanidade e a Mãe-Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TOZZI, Jocelita Giordani. **O movimento ecológico como espaço educativo**: estudo de organizações não governamentais em Alta Floresta, Mato Grosso. 2005. 149f. Dissertação (mestrado) Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos sociais na transição brasileira: a dificuldade da elaboração de um projeto. **Lua Nova**, São Paulo, junho 1989, nº 17, p. 93-109.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987, p. 63 – 110.

_____ & LEIS, Héctor R. A evolução das políticas ambientais no Brasil (1971-1991): do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAM, Daniel & VIEIRA, Paulo (org). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p. 73-102.

_____ & MAINWARING, Scott. New social movements, political culture and democracy: Brazil and Argentina. **Telos**, nº 61, Fall, 1984.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

WEFFORT, Francisco C. Incertezas da Transição na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, março 1989, nº 16, p. 5-46.

APÊNDICES

JORNAIS

1980

- SÃO Luís seria lixeiro das multinacionais. *Jornal Pequeno*, 22 jun. 1980, p. 3
- AGRAVAMENTO do problema da poluição. *Jornal Pequeno*, 23 jun. 1980, p. 2
- INSTALAÇÃO da usina poluirá São Luís. *Jornal Pequeno*, 27 jul. 1980, p. 5
- MOVIMENTO de resistência contra a poluição. *Jornal Pequeno*, 29 jul. 1980, p.3.
- ALCOA, o alumínio da morte. *Jornal Pequeno*, 29 jul. 1980, p. 3
- ALCOA balburdia Congresso. *Jornal Pequeno*, 30 jul. 1980, p. 1.
- A POLUIÇÃO da Ilha (I). *Jornal Pequeno*, 31 jul. 1980, p. 2.
- MANIFESTAÇÃO popular contra a ALCOA. *Jornal Pequeno*, 01 ago. 1980, p.1.
- POPULAÇÃO de S. Luís teme poluição e fome com o projeto ALCOA. *Jornal Pequeno*, 01 ago. 1980, p. 3.
- INICIADA a obra de construção da fábrica de alumínio de S. Luís. *Jornal Pequeno*, 01 ago. 1980, p. 5.
- A POLUIÇÃO da Ilha (II). *Jornal Pequeno*, 02 ago. 1980, p. 3.
- ALCOA, solução cáustica. *Jornal Pequeno*,
- A POLUIÇÃO da ilha (III). *Jornal Pequeno*, 06 ago. 1980, p. 4.
- A POLUIÇÃO da ilha (IV). *Jornal Pequeno*, 07 ago. 1980, p. 4.
- TUMULTO, prisões e desmoralização da Segurança, na festa dos estudantes. *Jornal Pequeno*, 12 ago. 1980, p. 5.
- DEFENSOR intransigente da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 ago. 1980, p. 8.
- ALCOA pode mudar face de S. Luis. *Jornal Pequeno*, 18 ago. 1980, p. 2.
- GOVERNO cumpre esquema da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 ago. 1980, p. 6.
- ALCOA - a nova Axuí. *Jornal Pequeno*, 20 ago. 1980, p. 3.
- OS DONOS da poluição. *Jornal Pequeno*, 23 ago. 1980, p. 6.
- ALCOA decretou a morte de São Luís. *Jornal Pequeno*, 27 ago. 1980, p. 4.
- CARTA de leitora M^a Raimunda Mota Pinheiro. *Jornal Pequeno*, 27 ago. 1980, p.
- DEBATES na assembleia em torno da ALCOA. *Jornal Pequeno*, 31 ago. 1980, p. 5/7.
- SUPERINTENDENCIA da SUDENE apoia a poluição da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 04 set. 1980, p. 3.
- GOVERNO contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 07 set. 1980, p. 7/8.
- OURO Preto e a Poluição. *Jornal Pequeno*, 11 set. 1980, p. 4.
- PANFLETO espalhado na cidade: em primeira mão toda a verdade sobre a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 set. 1980, p. 3.
- "O BOM julgador por si julga os outros". *Jornal Pequeno*, 17 set. 1980, p. 3.
- ALCOA tenta ludibriar a boa-fé dos moradores de Fátima. *Jornal Pequeno*, 24 set. 1980, p. 2.
- IMPEDIDO de usar a Praça Deodoro: Comitê de Defesa da Ilha de São Luís recorre a justiça. *Jornal Pequeno*, 24 set. 1980, p. 6.
- DIFUSORA, Alcoa, máscara e os peixinhos de alumínio. *Jornal Pequeno*, 01 out. 1980, p. 4.
- GOVERNO vende Caema à Alcoa. *Jornal Pequeno*, 04 out. 1980, p. 6.
- O QUE nos dará a Alcoa? *Jornal Pequeno*, 05 out. 1980, p. 3.
- NA TERRA do já teve. *Jornal Pequeno*, 05 out. 1980, p. 6.
- PEDRO Novais defende interesses do Maranhão. *Jornal Pequeno*, 05 out. 1980, p. 7.
- "ALCOA engana profissional". *Jornal Pequeno*, 06 out. 1980, p. 3.

- IGREJA assume posição contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 09 out. 1980, p. 2.
- ALCOA - maldição a vista. *Jornal Pequeno*, 12 out. 1980, p. 5.
- FUNCIONÁRIOS da universidade servem de cobaia para Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 out. 1980, p. 2.
- PROTESTANTES contra Alcoa são presos e espancados pela polícia. *Jornal Pequeno*, 19 out. 1980, p. 1.
- NEGOCIATA grossa de Castelo entrega Caema para Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 out. 1980, p. 5.
- O VERDADEIRO pirão da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 out. 1980, p. 3.
- A FARSA da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 out. 1980, p. 3.
- OUTRO pirão da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 out. 1980, p. 4.
- ALCOA em São Luís preocupa cientistas. *Jornal Pequeno*, 25 out. 1980, p. 5.
- ALCOA versus Siderbras. *Jornal Pequeno*, p. 4.
- ALCOA e Ufma: um pacto secreto. *Jornal Pequeno*, 27 out. 1980, p. 3.
- MOVIMENTO contra a Alcoa alastra-se pelo Brasil. *Jornal Pequeno*, 29 out. 1980, p. 4.
- "SÓSIA" da Alcoa mata milhares de peixes em Minas Gerais. *Jornal Pequeno*, 29 out. 1980, p. 6.
- MÁRIO carneiro e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 01 nov. 1980, p. 2.
- RAZÕES da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 02 nov. 1980, p. 9.
- CONTRATO secreto entre caema-Alcoa. *Jornal Pequeno*, 03 nov. 1980, p. 2.
- ALCOA destruirá as palmeiras e os sabiás do poeta. *Jornal Pequeno*, 05 nov. 1980, p. 5.
- LÍDER universitário explica o caso Alcoa - estudantes - cheque. *Jornal Pequeno*, 06 nov. 1980, p. 5.
- ALCOA é uma cascavel. *Jornal Pequeno*, 06 nov. 1980, p. 8.
- OPINA o leitor: a propósito do contrato secreto. *Jornal Pequeno*, 10 nov. 1980, p. 3.
- COMBATE às usinas poluidoras. *Jornal Pequeno*, 11 nov. 1980, p. 3.
- SOLICITADAS perguntas e respostas sobre o projeto da Alcoa em S. Luis do Maranhão. *Jornal Pequeno*, 14 nov. 1980, p. 3/4.
- FARRA à custa da Alcoa e do Estado. *Jornal Pequeno*, 15 nov. 1980, p. 2.
- ALCOA foi à Câmara. *Jornal Pequeno*, 15 nov. 1980, p. 3.
- ALCOA omite colocações mais importantes. *Jornal Pequeno*, 15 nov. 1980, p. 6.
- A MENTIRA da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 nov. 1980, p. 4.
- A CARTA do ministro e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 nov. 1980, p. 5.
- CARTA aberta ao Sr. Governador Castelo. *Jornal Pequeno*, 18 nov. 1980, p. 3.
- ADVOGADO maranhense vai mover ação contra Alcoa na justiça do Rio. *Jornal Pequeno*, 19 nov. 1980, p. 5.
- A ALCOA e o povo. *Jornal Pequeno*, 21 nov. 1980, p. 5.
- O PROJETO Itálcoa. *Jornal Pequeno*, 23 nov. 1980, p. 3.
- UMA QUESTÃO de justiça. *Jornal Pequeno*, 23 nov. 1980, p.3.
- PARA O GENERAL Figueiredo ler meditar: Alcoa, rendição nacional. *Jornal Pequeno*, 29 nov. 1980, p. 3.
- ALCOA - um voto de confiança. *Jornal Pequeno*, 30 nov. 1980, p. 5.
- PROPAGANDA da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 02 dez. 1980, p. 5.
- ECÓLOGOS combatem Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 dez. 1980, p. 3.
- O GOVERNADOR do "Maralcoa". *Jornal Pequeno*, 07 dez. 1980, p. 3.
- JOÃO Menezes: caso da Alcoa é um desrespeito ao Brasil. *Jornal Pequeno*, 07 dez. 1980, p. 4/7.

- MARANHÃO em pé de guerra para se defender da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 08 dez. 1980, p. 3.
- ALCOA usa Castelo para impedir comício - escândalo repercute em todo o país. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1980, p. 1/2.
- ALCOA pressiona o governo do estado: as duas lutas mais importantes do Maranhão. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1980, p. 3.
- ALCOA e o escotismo. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1980, p. 5.
- A ALCOA e o "governador" do Maranhão: ameaça ao Supremo. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1980, p. 6.
- AGITAÇÃO no Maranhão. *Jornal Pequeno*, 13 dez. 1980, p. 4.
- UMA VANTAGEM da Alcoa (sessão A peroba). *Jornal Pequeno*, 14 dez. 1980, p.
- CERCEAMENTO de um direito democrático. *Jornal Pequeno*, 16 dez. 1980, p. 2.
- INEDITORIAIS: Salvio Dino: meus olhos viram jardins floridos. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1980, p. 5.
- CONCENTRAÇÃO de protesto contra Alcoa será na Praça da Alegria. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1980, p. 6.
- INEDITORIAIS: Parlamentar visita a Alcoa e diz que não há poluição. *Jornal Pequeno*, 18 dez. 1980, p. 3.
- PRAÇA da Alegria em festa para o ato público contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 18 dez. 1980, p. 4.
- COROADO de êxito o comício contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 dez. 1980, p. 6.
- O LIVRE exercício da crítica. *Jornal Pequeno*, 20 dez. 1980, p. 2.
- FREITAS Diniz acusa presidente do STF de inimigo jurado da democracia. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1980, p. 6.
- DEPUTADOS e Sindicatos indecisos. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1980, p. 3.
- A MENTIRA dos defensores da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 20 dez. 1980, p. 4.
- AS ALCOA'S e os seus males. *Jornal Pequeno*, 21 dez. 1980, p. 5/6.
- GOVERNO contra o povo. *Jornal Pequeno*, 21 dez. 1980, p. 8.
- SESSÃO A peroba. *Jornal Pequeno*, 21 dez. 1980, p.
- ASSIM vai ficar São Luis. *Jornal Pequeno*, 27 dez. 1980, p.
- SESSÃO trapos e mulambos. *Jornal Pequeno*, 28 dez. 1980, p. 5.
- A LUTA da Raposa é minha luta. *Jornal Pequeno*, 30 dez. 1980, p. 3.

1981

- ALCOA, inimiga da natureza. *Jornal Pequeno*, 04 jan. 1981, p. 3.
- 81 CHATOS ecológicos do ano Alcoatra. *Jornal Pequeno*, 04 jan. 1981, p. 3.
- ALCOA tenta corromper líder comunitário. *Jornal Pequeno*, 07 jan. 1981, p. 8.
- NOSSO tempo: discurso dos formandos da ufma 1980. *Jornal Pequeno*, 08 jan. 1981, p. 5.
- A PEROBA: Correspondência. *Jornal Pequeno*, 11 jan. 1981, p. 3.
- PARLAMENTARES & eleitores. *Jornal Pequeno*, 11 jan. 1981, p. 4.
- CENTRO Cultural bandeira Tribuzi defende os interesses da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 jan. 1981, p. 3.
- COMITÊ vai iniciar ação popular contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 jan. 1981, p. 3.
- ALCOA dispensa metalúrgicos que percebem mais o mínimo regional. *Jornal Pequeno*, 13 jan. 1981, p. 5.
- O MEDO da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 14 jan. 1981, p. 2.
- OPINIÃO do leitor: "S. Luis será o monte calvário da Alcoa". *Jornal Pequeno*, 15 jan. 1981, p. 3.

- SARNEY trouxe a Merck e a Alcoa para poluir S. Luis. *Jornal Pequeno*, 16 jan. 1981, p. 5.
- A AÇÃO popular expulsará Alcoa da ilha. *Jornal Pequeno*, 17 jan. 1981, p. 5.
- EM DEFESA de S. Luis. *Jornal Pequeno*, 19 jan. 1981, p. 7.
- DESTAQUES Zelinda. *Jornal Pequeno*, 21 jan. 1981, p. 2.
- NOVAIS: Alcoa quer mais favores do governador. *Jornal Pequeno*, 21 jan. 1981, p. 8.
- CASTELO & Alcoa. *Jornal Pequeno*, 22 jan. 1981, p. 5.
- CENTRO Estudantil de Brasília apoia o movimento popular contra a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 24 jan. 1981, p. 5.
- TEXTO do ofício do centro acadêmico de física da Univ. de Brasília apoiando a defesa da ilha. *Jornal Pequeno*, 24 jan. 1981, p. 4.
- A PEROBA. *Jornal Pequeno*, 25 jan. 1981, p.
- GOVERNADOR escondeu trabalho que ele mesmo encomendou: projeto Alcoa traz mais desvantagens que vantagens. *Jornal Pequeno*, 26 jan. 1981, p. 3.
- AS GARRAS da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 27 jan. 1981, p. 4.
- ATÉ a Onu deve interferir para tirar Alcoa de São Luís. *Jornal Pequeno*, 27 jan. 1981, p. 8.
- SAMPAIO e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 28 jan. 1981, p. 2.
- Famoso ecologista prega rebelião pacífica em defesa da ilha de S. Luis. *Jornal Pequeno*, 28 jan. 1981, p. 4.
- MULTINACIONAL insiste na Bauxita do JARI. *Jornal Pequeno*, 28 jan. 1981, p. 3.
- FIGUEIREDO isenta importações da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 29 jan. 1981, p. 3.
- DECISÃO da Chesf merece repúdio. *Jornal Pequeno*, 29 jan. 1981, p. 6.
- O CAMBÃO da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 02 fev. 1981, p. 3.
- AUTORIDADE em alumínio vem a São Luís. *Jornal Pequeno*, 08 fev. 1981, p. 4.
- POLUIÇÃO. *Jornal Pequeno*, 09 fev. 1981, p. 2.
- GOVERNADOR escondeu trabalho que ele mesmo encomendou - Projeto Alcoa traz mais desvantagens que vantagens - Perigos ao meio ambiente de São Luís. *Jornal Pequeno*, 10 fev. 1981, p. 2.
- DECISÃO desagradou ao povo. *Jornal Pequeno*, 15 fev. 1981, p. 4.
- ALCOA destruiu o cemitério de Andiroba. *Jornal Pequeno*, 18 fev. 1981, p. 5.
- VIDIGAL criticou Alcoa na Câmara dos deputados nos Estados Unidos. *Jornal Pequeno*, 18 fev. 1981, p. 4.
- ALCOA - a maldição. *Jornal Pequeno*, 20 fev. 1981, p. 2.
- CORRESPONDÊNCIA de Zé pequeno. *Jornal Pequeno*, 23 fev. 1981, p. 4.
- AGRÔNOMO vai proferir palestra. *Jornal Pequeno*, 23 fev. 1981, p. 2.
- PALESTRA ecológica. *Jornal Pequeno*, 24 fev. 1981, p. 3.
- DESTAQUES Zelinda. *Jornal Pequeno*, 26 fev. 1981, p. 4.
- MARCUS Dantas vem manter contatos com o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. *Jornal Pequeno*, 26 fev. 1981, p. 4.
- CONFERENCISTA criticou as Alcoas da vida. *Jornal Pequeno*, 01 mar. 1981, p. 4.
- PALESTRA sobre poluição de Cubatão. *Jornal Pequeno*, 06 mar. 1981, p. 5.
- ALCOA financiou a decoração do clube Jaguarema. *Jornal Pequeno*, 06 mar. 1981, p. 2.
- FLOR do samba e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 08 mar. 1981, p. 3.
- POLUIÇÃO nas ruas de São Luís. *Jornal Pequeno*, 09 mar. 1981, p. 1.
- PROBLEMA concentrado nas multinacionais. *Jornal Pequeno*, 12 mar. 1981, p. 1.
- SHEEL escolhe o Maranhão para projeto de bauxita. *Jornal Pequeno*, 14 mar. 1981, p. 1.
- A ALCOA é a nossa desgraça. *Jornal Pequeno*, 16 mar. 1981, p. 2.

- SULAPAS e mentiras. *Jornal Pequeno*, 18 mar. 1981, p. 5.
- MARIO Carneiro vai comentar ofício da UFMA. *Jornal Pequeno*, 19 mar. 1981, p. 4.
- DIRETORES da Alcoa começam desempregar maranhenses - SHELL - a nova sócia da multinacional do alumínio. *Jornal Pequeno*, 21 mar. 1981, p. 4.
- PELA Assembleia. *Jornal Pequeno*, 22 mar. 1981, p. 3.
- ALCOA - as águas vão rolar. *Jornal Pequeno*, 26 mar. 1981, p. 2.
- ENTREGUISMO: trustes negociam o Brasil - Como a Jari vendeu um pedaço do Brasil para outra multinacional, a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 28 mar. 1981, p. 2.
- AS SEIS irmãs querem dominar jazidas do Brasil. *Jornal Pequeno*, 29 mar. 1981, p. 3.
- AS ETERNAS promessas da SERNAT. *Jornal Pequeno*, 30 mar. 1981, p. 5.
- ALCOA - Bossa nova promocional. *Jornal Pequeno*, 01 abr. 1981, p. 2.
- DESTAQUES Zelinda - Alcoa associa-se a ASA. *Jornal Pequeno*, 02 abr. 1981, p. 5.
- DEFESA da natureza. *Jornal Pequeno*, 06 abr. 1981, p. 4.
- OPINIÃO do leitor: Castelo na cova dos leões. *Jornal Pequeno*, 07 abr. 1981, p. 2.
- RELATÓRIO da diretoria. *Jornal Pequeno*, 07 abr. 1981, p. 4.
- OS SINDICATOS e a alcoa. *Jornal Pequeno*, 09 abr. 1981, p. 3.
- PROPAGANDA da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 09 abr. 1981, p. 2.
- DEPUTADO Mario Carneiro critica UFMA. *Jornal Pequeno*, 10 abr. 1981, p. 4.
- COISAS que acontecem. *Jornal Pequeno*, 16 abr. 1981, p. 5.
- A POLUIÇÃO da Merck. *Jornal Pequeno*, 29 abr. 1981, p. 2.
- DEPUTADO do PDS critica instalação da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 02 mai. 1981, p. 5.
- ALCOA vai ocupar Aracau e Anajatuiá. *Jornal Pequeno*, 07 mai. 1981, p. 3.
- ALCOA - mais um no papo. *Jornal Pequeno*, 08 mai. 1981, p. 2.
- DENÚNCIA corajosa contra as Alcoas. *Jornal Pequeno*, 08 mai. 1981, p. 2.
- PRONUNCIAMENTO contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 10 mai. 1981, p. 4.
- EDSON Vidigal denuncia a Alcoa na Câmara Federal - texto do Discurso. *Jornal Pequeno*, 11 mai. 1981, p. 1.
- O COMITÊ é uma ideia. *Jornal Pequeno*, 14 mai. 1981, p. 2.
- NOVOS povoados ameaçados de invasão pela Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 mai. 1981, p. 3.
- COMITÊ manda imprimir panfleto. *Jornal Pequeno*, 26 mai. 1981, p. 3.
- A VISITA do ministro. *Jornal Pequeno*, 28 mai. 1981, p. 4.
- DESTAQUES Zelinda. *Jornal Pequeno*, 30 mai. 1981, p. 5.
- AÇÃO popular contra governo Castelo. *Jornal Pequeno*, 5 jun. 1981, p. 1.
- DIA da ecologia. *Jornal Pequeno*, 6 jun. 1981, p. 2.
- DELFIM - mimoso e mimado. *Jornal Pequeno*, 12 jun. 1981, p. 2.
- AÇÃO popular contra Alcoa e o governo. *Jornal Pequeno*, 13 jun. 1981, p. 1.
- COMITÊ confia na justiça. *Jornal Pequeno*, 23 jun. 1981, p. 3.
- A BRAVURA das mulheres de Caçapava. *Jornal Pequeno*, 24 jun. 1981, p. 3.
- ALCOA - a promessa do novo Eden. *Jornal Pequeno*, 29 jun. 1981, p. 3.
- AS DENÚNCIAS de Ibrahim Sued. *Jornal Pequeno*, 02 jul. 1981, p. 2.
- ALCOA- o defeito tá na vista. *Jornal Pequeno*, 05 jul. 1981, p. 2.
- CANALIZAÇÃO quebrará com Italuís. *Jornal Pequeno*, 06 jul. 1981, p. 3.
- ALCOA - cadê o atestado de óbito? *Jornal Pequeno*, 13 jul. 1981, p. 4.
- EXEMPLO para o governador e povo maranhense contra as Alcoas - Em Caçapava, população age contra empresa poluidora. *Jornal Pequeno*, 14 jul. 1981, p. 4.
- CENAS chocantes. *Jornal Pequeno*, 14 jul. 1981, p. 2.
- VIDIGAL fala sobre Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 jul. 1981, p. 2.
- GOVERNAR é pedir? *Jornal Pequeno*, 19 jul. 1981, p. 3.

- LEITOR com a palavra: "Servir a dois senhores: uma atitude anticristã". *Jornal Pequeno*, 19 jul. 1981, p. 5.
- ALCOA- ainda a pouca vergonha. *Jornal Pequeno*, 22 jul. 1981, p. 3.
- QUILOMBO critica Alcoa e Caema. *Jornal Pequeno*, 31 jul. 1981, p. 2.
- ALCOA muda nome no Maranhão. *Jornal Pequeno*, 31 jul. 1981, p. 4.
- A ÚNICA mensagem junto ao povo. *Jornal Pequeno*, 04 ago. 1981, p. 3.
- ADONIAS Filho: Em defesa de São Luís. *Jornal Pequeno*, 09 ago. 1981, p. 1.
- AÇÃO popular contra o governador e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 09 ago. 1981, p. 2.
- COMITÊ completa um ano de fundação. *Jornal Pequeno*, 11 ago. 1981, p. 2.
- ASSIM vai ficar São Luís. *Jornal Pequeno*, 17 ago. 1981, p. 2.
- BELDA irritado. *Jornal Pequeno*, 18 ago. 1981, p. 4.
- DEVE sair a CPI para apurar as denúncias contra a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 ago. 1981, p. 3.
- ECONOMIA de cow-boy está atrasando o maranhense. *Jornal Pequeno*, 23 ago. 1981, p. 4.
- FUNDADA em S. Luis associação das vítimas da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 23 ago. 1981, p. 5.
- SERNAT e a poluição. *Jornal Pequeno*, 25 ago. 1981, p. 3.
- "ILHA do Amor" ameaçada pela Alcoa. *Jornal Pequeno*, 30 ago. 1981, p. 2.
- ALCOA e governador não contestam ação popular. *Jornal Pequeno*, 05 set. 1981, p. 3.
- CPI para apurar irregularidades da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 set. 1981, p. 3.
- PROJETO Alcoa ameaça população de S. Luis. *Jornal Pequeno*, 08 set. 1981, p. 3.
- NEGÓCIOS: Brasil importa nova poluição. *Jornal Pequeno*, 13 set. 1981, p. 2.
- ALCOA e Shell associam-se. *Jornal Pequeno*, 01 out. 1981, p. 1.
- ADVOGADOS levaram meses a elaborar consórcio ALUMAR. *Jornal Pequeno*, 05 out. 1981, p. 2.
- AS MAZELAS da multinacional. *Jornal Pequeno*, 06 out. 1981, p. 2.
- COSIPA fornece aço para fábrica de alumínio. *Jornal Pequeno*, 17 out. 1981, p. 4.
- AÇÃO Popular, ferramenta contra a corrupção e os desmandos. *Jornal Pequeno*, 18 out. 1981, p. 4.
- DESTAQUES Zelinda. *Jornal Pequeno*, 05 nov. 1981, p. 5.
- ALCOA. *Jornal Pequeno*, 07 nov. 1981, p. 6.
- DRAGA para Alcoa provoca denúncia. *Jornal Pequeno*, 09 nov. 1981, p. 4.
- A OCUPAÇÃO do espaço urbano em São Luís: um problema social. *Jornal Pequeno*, 09 nov. 1981, p. 3.
- ALCOA e as visagens. *Jornal Pequeno*, 11 nov. 1981, p. 3.
- ALCOA expulsa 8 mil famílias. *Jornal Pequeno*, 18 nov. 1981, p. 4.
- CARLOS Guterres: Castelo pode complicar-se na CPI contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 20 nov. 1981, p. 3.
- QUESTÃO ecológica e desenvolvimento. *Jornal Pequeno*, 22 nov. 1981, p. 4.
- NASCIMENTO Moraes: "Renato não é a favor da Alcoa". *Jornal Pequeno*, 23 nov. 1981, p. 3.
- GUERRA contra a Alcoa: Entrevista exclusiva com os advogados da ação popular. *Jornal Pequeno*, 29 nov. 1981, p. 2.
- PDS e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 dez. 1981, p. 4.
- ZÉ Pequeno e suas paródias. *Jornal Pequeno*, 06 dez. 1981, p. 6.
- GASTOS da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 dez. 1981, p. 3.
- O ENGODO. *Jornal Pequeno*, 14 dez. 1981, p. 3.
- ALCOA prejudica saúde de moradores de Jacamim. *Jornal Pequeno*, 17 dez. 1981, p. 2.
- ECÓLOGOS criticam paliativos. *Jornal Pequeno*, 29 jan. 1981, p. 6.

MULTINACIONAL quer implantar-se em S. Luís. *Jornal Pequeno*, 15 fev. 1981, p. 4.
 OS CORVOS e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 20 mar. 1981, p. 3.
 DESTAQUES Zelinda. *Jornal Pequeno*, 01 out. 1981, p. 5.

1982

O TRABALHO do Comitê. *Jornal Pequeno*, 03 jan. 1982, p. 2.
 ALCOA poderá produzir e exportar 10 anos sem pagar impostos. *Jornal Pequeno*, 08 jan. 1982, p. 3.
 SUSPEITA de assassinato na Alcoa ainda é mistério. *Jornal Pequeno*, 10 jan. 1982, p. 1.
 CONFIRMADO assassinato na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 jan. 1982, p. 1.
 JP entrevista operário baleado na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 jan. 1982, p. 3.
 INSTAURADO inquérito para apurar crimes na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 jan. 1982, p. 3.
 VITÓRIA do Comitê. *Jornal Pequeno*, 14 jan. 1982, p. 2.
 ALCOA - A apressadinha. *Jornal Pequeno*, 15 jan. 1982, p. 4.
 CRIMES na Alcoa: Cojak foge da polícia e operário continua desaparecido. *Jornal Pequeno*, 15 jan. 1982, p. 3.
 COMITÊ solidariza-se com Jornal Pequeno. *Jornal Pequeno*, 16 jan. 1982, p. 4.
 OAB deve intervir nos crimes na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 jan. 1982, p. 4.
 EXTRAÍDO da revista "Desperta!" - os depósitos de lixo químico são como bombas-relógio - Divulgação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís. *Jornal Pequeno*, 20 jan. 1982, p.3.
 EXTRAÍDO da revista "Desperta!" - os depósitos de lixo químico são como bombas-relógio - Divulgação do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís (conclusão). *Jornal Pequeno*, 21 jan. 1982, p. 3.
 OS BOLETINS da ALUMAR. *Jornal Pequeno*, 21 jan. 1982, p. 2.
 PROF. Denuncia tortura na Alcoa/Odebrecht. *Jornal Pequeno*, 23 jan. 1982, p. 3.
 DEPUTADO denuncia negociata Ludwig-Alcoa e vai pedir CPI. *Jornal Pequeno*, 25 jan. 1982, p. 3.
 OS MÉRITOS da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 26 jan. 1982, p. 4.
 BLOCO do Baixo Leblon recusa grana da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 29 jan. 1982, p. 2.
 VIDIGAL mostra na Câmara a outra face do Projeto Alcoa. *Jornal Pequeno*, 01 fev. 1982, p. 1.
 COMITÊ defende moradores de Igarauá. *Jornal Pequeno*, 03 fev. 1982, p. 4.
 ENGENHEIRO da Alcoa faz escândalo no aeroporto. *Jornal Pequeno*, 20 fev. 1982, p. 5.
 ALCOA no Maranhão. *Jornal Pequeno*, 23 fev. 1982, p. 5.
 POLÍTICOS discutem e lutam contra Alcoa e Carajás. *Jornal Pequeno*, 24 fev. 1982, p. 3.
 ALCOA e o curtume. *Jornal Pequeno*, 04 abr. 1982, p. 4.
 CARRO na Alcoa mata menor no Monte Castelo. *Jornal Pequeno*, 04 abr. 1982, p. 1.
 LIBELO contra Castelo e Alcoa. *Jornal Pequeno*, 01 mai. 1982, p. 2.
 ALCOA Alumínio encerra exercício com prejuízo de Cr\$ 2.581 milhões. *Jornal Pequeno*, 08 mai. 1982, p. 4.
 PUNIÇÃO para Castelo no caso Alcoa. *Jornal Pequeno*, 10 mai. 1982, p. 2.
 33 projetos para hipotecar o país. *Jornal Pequeno*, 30 mai. 1982, p. 1.
 UM DISCURSO histórico: Querem transformar S. Luis em lixeiro das multinacionais. *Jornal Pequeno*, 14 jun. 1982, p. 2.

ACORDO entre Alcoa e Senai. *Jornal Pequeno*, 27 jun. 1982, p. 3.
 NASCIMENTO Moraes Filho aniversaria hoje. *Jornal Pequeno*, 15 jul. 1982, p. 4.
 ALUMAR cumpre promessa. *Jornal Pequeno*, 01 ago. 1982, p. 5.
 OS CANDIDATOS e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 ago. 1982, p. 3.
 HAROLDO suspeita que Alcoa está financiando campanha de políticos do PDS. *Jornal Pequeno*, 27 ago. p. 3.
 PREJUÍZO para o município: prefeito isenta de imposto empreiteira da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 29 ago. 1982, p. 2.
 EXPULSOS pela Alcoa não têm onde morar e trabalhar. *Jornal Pequeno*, 05 set. 1982, p. 3.
 MARANHENSES prometem "Balaiada" ecológica. *Jornal Pequeno*, 19 out. 1982, p. 2.
 ALCOA utiliza água do conjunto do Turu. *Jornal Pequeno*, 29 out. 1982, p. 4.
 MORTE violenta no canteiro de obras: Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 nov. 1982, p. 1.
 NÓS apoiamos a reeleição de Haroldo Saboia. *Jornal Pequeno*, 12 nov. 1982, p. 3.
 GOVERNADOR Castelo/Sarney corretor da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 nov. 1982, p. 2.
 ÍNTEGRA de negociata entre a Alcoa e o Estado. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1982, p. 4.
 CDI-MA está grilando terras para a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 dez. 1982, p. 4.
 CONCENTRAÇÃO popular será na João Lisboa. *Jornal Pequeno*, 16 dez. 1982, p. 4.
 LUTA vitoriosa. *Jornal Pequeno*, 16 dez. 1982, p. 4.
 COMITÊ de Defesa acionará o governo. *Jornal Pequeno*, 20 dez. 1982, p. 4.

1983

MORRE o funcionário da Odebrecht. *Jornal Pequeno*, 12 jan. 1983, p. 5.
 ALUMAR desrespeita ordem do governador Ivar Saldanha. *Jornal Pequeno*, 14 jan. 1983, p. 2.
 POLUIÇÃO continua. *Jornal Pequeno*, 17 jan. 1983, p. 3.
 ROUBO de 170 mil no escritório da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 20 jan. 1983, p. 1.
 MAIS uma morte violenta nas obras da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 18 fev. 1983, p. 1.
 CARRO que trabalha para a Alcoa matou braçal no Anjo da Guarda. *Jornal Pequeno*, 05 mar. 1983, p. 2.
 MORTE no Tirirical. *Jornal Pequeno*, 07 mar. 1983, p. 2.
 MORTE estranha na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 10 mar. 1983, p. 1.
 SURTO de hepatite no canteiro da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 10 mar. 1983, p. 3.
 PEÃO da Alcoa esfaqueado. *Jornal Pequeno*, 11 mar. 1983, p. 1.
 COMITÊ defende os moradores de Igarauá. *Jornal Pequeno*, 24 mar. 1983, p. 4.
 ALCOA derrotada em Brasília: Comitê ganha Deodoro no Supremo. *Jornal Pequeno*, 06 mai. 1983, p. 1.
 VITÓRIA do Comitê. *Jornal Pequeno*, 13 mai. 1983, p. 2.
 MORTE videta na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 15 mai. 1983, p. 2.
 TRABALHADORES são enganados pela Alcoa e empreiteira. *Jornal Pequeno*, 15 mai. 1983, p. 1.
 KOMBI da MIP Engenharia quase acidenta o coordenador do Comitê. *Jornal Pequeno*, 17 mai. 1983, p. 3.
 COMITÊ solicitou à Segup a Praça Deodoro. *Jornal Pequeno*, 25 mai. 1983, p. 3.
 COMITÊ comemora o dia da ecologia. *Jornal Pequeno*, 05 jun. 1983, p. 4.
 COMITÊ reúne. *Jornal Pequeno*, 07 jun. 1983, p. 4.
 COMITÊ quer que decisão do STF seja cumprida. *Jornal Pequeno*, 09 jun. 1983, p. 4.
 COMITÊ vai às ruas. *Jornal Pequeno*, 10 jun. 1983, p. 4.
 ALCOA deve dois anos de impostos à prefeitura. *Jornal Pequeno*, 13 jun. 1983, p. 1.

MORTE violenta. *Jornal Pequeno*, 15 jun. 1983, p. 1.

CAMINHADA ecológica aplaudida pelo povo. *Jornal Pequeno*, 15 jun. 1983, p. 2.

COMITÊ lança hoje livro Foralcoa. *Jornal Pequeno*, 21 jun. 1983, p. 4.

BANDIDOS que mataram cobrador já teriam saído de São Luís. *Jornal Pequeno*, 24 jun. 1983, p. 3.

BANDIDOS voltam a assaltar ônibus da Estiva na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 29 jun. 1983, p. 3.

PRESO falso médico que vendia atestado na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 jul. 1983, p. 1.

DEPUTADA denuncia: Alcoa quer ficar 15 anos sem pagar energia. *Jornal Pequeno*, 06 jul. 1983, p. 1.

COORDENADOR do Comitê denuncia pressão contra moradores de Igarauá. *Jornal Pequeno*, 24 jul. 1983, p. 4.

ALUMAR: 3 anos de otimismo. *Jornal Pequeno*, 31 jul. 1983, p. 3.

POLICIAIS e viatura da SEGUP trabalhando para a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 12 ago. 1983, p. 4.

PRÉDIO do 7º Distrito construído pela Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 ago. 1983, p. 3.

AÇÃO da Alcoa pode gerar mortandade. *Jornal Pequeno*, 19 ago. 1983, p. 4.

COMITÊ impede violência em Igarauá. *Jornal Pequeno*, 22 ago. 1983, p. 5.

COORDENADOR do Comitê defende os moradores de Igarauá. *Jornal Pequeno*, 23 ago. 1983, p. 3.

Assassinato no prédio da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 02 set. 1983, p. 1.

ODEBRECHT e ALUMAR comemoram 75 dias sem acidente de trabalho. *Jornal Pequeno*, 04 set. 1983, p. 1.

ÚLTIMA hora: soldador da Alcoa tem morte estranha. *Jornal Pequeno*, 06 set. 1983, p. 1.

SOLDADOR da Alcoa foi assassinado no Sacavém. *Jornal Pequeno*, 07 set. 1983, p. 1.

APRESENTADO vigilante que matou colega no prédio da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 07 set. 1983, p. 5.

PRESIDENTE do Comitê: Senador Lobo deveria ser cassado e enjaulado. *Jornal Pequeno*, 07 set. 1983, p. 5.

MECÂNICO assassinado com 10 facadas na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 set. 1983, p. 1.

MAIS um jovem perde a vida na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 14 set. 1983, p. 1.

ALCOA mata a "3 por 4". *Jornal Pequeno*, 16 set. 1983, p. 1.

MORTE na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 set. 1983, p. 4.

A REAÇÃO do povo do Igarauá. *Jornal Pequeno*, 20 set. 1983, p. 2.

ALCOA e CVRD pressionam Fecury. *Jornal Pequeno*, 30 set. 1983, p. 6.

FUNCIONÁRIO da Alcoa sofre acidente e está entre a vida e a morte no Dutra. *Jornal Pequeno*, 03 out. 1983, p. 1.

DEPUTADO quer providências contra multinacional caloteira. *Jornal Pequeno*, 03 out. 1983, p. 6.

INEDITORIAL. *Jornal Pequeno*, 05 out. 1983, p. 5.

INTERDITADOS os prédios da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 06 out. 1983, p. 6.

CORTADA energia do Consórcio Alumar. *Jornal Pequeno*, 08 out. 1983, p. 1.

A MALDITA Alcoa. *Jornal Pequeno*, 08 out. 1983, p. 4.

A CONSCIÊNCIA de Mauro Fecury. *Jornal Pequeno*, 09 out. 1983, p. 7.

ALCOA ameaça a madeira, ar e água da Austrália Ocidental. *Jornal Pequeno*, 18 out. 1983, p. 4.

DEMOLIÇÃO dos prédios da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 19 out. 1983, p. 5.

SUICÍDIO na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 21 out. 1983, p. 1.

GUTERRES condena atuação de multinacionais em S. Luis. *Jornal Pequeno*, 21 out. 1983, p. 3.

CONTAGEM regressiva. *Jornal Pequeno*, 22 out. 1983, p. 1.

BASTIDORES políticos. *Jornal Pequeno*, 23 out. 1983, p. 3.

COISAS do Maranhão. *Jornal Pequeno*, 27 out. 1983, p. 4.

ALCOA instala escola em São Luís para americanos. *Jornal Pequeno*, 29 out. 1983, p. 3.

BASTIDORES políticos. *Jornal Pequeno*, 30 out. 1983, p. 3.

DEMOLIÇÃO dos prédios da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 01 nov. 1983, p. 3.

MADEIRA de Tucuruí vai sair pelo porto de Itaquí. *Jornal Pequeno*, 02 nov. 1983, p. 2.

A ODEBRECHT entrega a primeira etapa da Ferrovia dos Carajás. *Jornal Pequeno*, 04 nov. 1983, p. 2.

DISCURSO do Presidente da CVRD na inauguração da Estrada de Ferro. *Jornal Pequeno*, 05 nov. 1983, p. 5.

UFMA e Alumar assinaram outro contrato de prestação de serviço. *Jornal Pequeno*, 11 nov. 1983, p. 4.

ALCOA é caloteira do século. *Jornal Pequeno*, 29 nov. 1983, p. 5.

CARRO da Alcoa mata jovem que vinha da festa. *Jornal Pequeno*, 02 dez. 1983, p. 1/4.

1984

PREFEITURA nega "habite-se" a prédios da Alumar. *Jornal Pequeno*, 05 jan. 1984, p. 3.

IDENTIFICADO chofer que causou morte próximo a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 jan. 1984, p. 1.

EMPREGADO da Alcoa tem morte trágica. *Jornal Pequeno*, 18 jan. 1984, p. 1.

2 mortes na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 20 jan. 1984, p. 1/6.

JOVEM atropelada e morta por ônibus na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 29 jan. 1984, p. 1.

GOVERNO faz vultosas concessões para garantir fábrica no Maranhão. *Jornal Pequeno*, 30 jan. 1984, p. 1.

MARGINAIS atingem empregados da Alcoa a faca e bala na ZBM. *Jornal Pequeno*, 31 jan. 1984, p. 1.

COORDENADOR do Comitê faz denúncia contra Alcoa. *Jornal Pequeno*, 11 fev. 1984, p. 1.

ALCOA manda prender moradores de "Coqueiro". *Jornal Pequeno*, 17 fev. 1984, p. 1.

GUINDASTE despenca e mata mecânico industrial na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 17 fev. 1984, p. 6.

A POSIÇÃO do Comitê. *Jornal Pequeno*, 27 fev. 1984, p. 3.

ALCOA só vai operar após análises. *Jornal Pequeno*, 01 mar. 1984, p. 3.

DEFESA da natureza. *Jornal Pequeno*, 18 abr. 1984, p. 3.

ENGENHEIRO da Alcoa executado na Vara Cível. *Jornal Pequeno*, 19 abr. 1984, p. 4.

GOVERNO assina convênio com Alcoa. *Jornal Pequeno*, 04 mai. 1984, p. 2.

MORTE violenta. *Jornal Pequeno*, 09 mai. 1984, p. 1.

DENÚNCIA contra Vale do Rio Doce. *Jornal Pequeno*, 24 mai. 1984, p. 5.

POLÍCIA prende funcionários da Alcoa como suspeitos de assalto a Lusitana. *Jornal Pequeno*, 27 mai. 1984, p. 1.

ALCOA mata peixes e camarões no interior da ilha. *Jornal Pequeno*, 16 jun. 1984, p. 6.

ALCOA quer fugir de compromissos. *Jornal Pequeno*, 26 jun. 1984, p. 3.

COMITÊ quer instalar CPis contra Alcoa e Alcoas. *Jornal Pequeno*, 27 jun. 1984, p. 4.

CARAJÁS aprova nova proposta da Alcoa. *Jornal Pequeno*, 05 jul. 1984, p. 3.

- CAMARGO Correa na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 14 jul. 1984, p. 4.
- ROUBO na Alcoa. *Jornal Pequeno*, 16 jul. 1984, p. 1.
- ALCOA recompensa favores de ministro com grande jantar. *Jornal Pequeno*, 20 jul. 1984, p. 7.
- ALCOA na Ilha. *Jornal Pequeno*, 11 ago. 1984, p. 3.
- ALCOA a nova Axuí. *Jornal Pequeno*, 11 ago. 1984, p. 4.
- HÉLIO Fernandes entra de sola na Shell-Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 ago. 1984, p. 2.
- OS BARÕES e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 13 ago. 1984, p. 7.
- ALCOA embarca os primeiros lingotes de São Luís. *Jornal Pequeno*, 14 ago. 1984, p. 5.
- ALUMAR e empresários negociam terras irregulares em Pedrinhas. *Jornal Pequeno*, 15 ago. 1984, p. 6.
- A OPOSIÇÃO e a Alcoa. *Jornal Pequeno*, 28 ago. 1984, p. 3.
- POLITICANDO. *Jornal Pequeno*, 29 ago. 1984, p. 5.
- CORRUPÇÃO SERNAT desvia verba de convênio com Alumar. *Jornal Pequeno*, 30 ago. 1984, p. 1.

ANEXOS

INSTALAÇÃO DA USINA POLUIRÁ SÃO LUÍS

Clóvis Sena

(Jornal Pequeno, 27 jul. 1980)

Querem acabar com S. Luís. Refiro-me a S. Luís, uma ilha belíssima, capital do Maranhão, com sua paisagem única, suas praias, seus peixes e camarões. A Alcoa, famosa multinacional norte-americana de alumínio, expulsa da Austrália por danos que causou ao meio ambiente, vai instalar uma usina, para produção anual de 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio metálico, com o que toda a ilha será contaminada e perdida para sempre: o ar que seus habitantes irão respirar, os lençóis de água para beber, e o mar, com o fim dos peixes, dos camarões, dos caranguejos, dos siris.

Como se não bastasse o fato do Maranhão ter sido transformado no Estado de mais baixa renda per capita, querem agora acabar com a ilha, na ânsia de oferecer facilidades a uma organização podre de rica, a qual vão entregar um quinto de São Luís, 10 mil hectares, quando ela toda tem 50 mil hectares, vão entregar justamente o cinturão verde da ilha, compreendendo as localidades de Cajueiro, Coqueiro, Inhaúma e Juçaral.

Não concordo com isso e daqui lanço um apelo a todos os brasileiros, no sentido de que ajudem o Maranhão a não servir de cloaca máxima e lixeiro da Alcoa.

No Maranhão, propriamente, há um movimento de resistência, encabeçado pelo escritor Nascimento Morais Filho, pelo deputado e economista Haroldo Saboia, pela Rádio Educadora – esta uma emissora da Igreja – e por estudantes das universidades. Mas precisamos de ajuda de todos os brasileiros. A vida vai ser envenenada pela chamada “lama vermelha”, um dos poluentes mais terríveis e mortais do mundo, que a tudo contamina e destrói, daí porque nenhum país de respeito permite que em seus domínios tal projeto se instale.

E como não bastasse, a Alcoa nesse projeto inicial, vai ter energia 15% mais barata, estrada de ferro na porta, porto privativo, água – a água que falta à população agora será oferecida a multinacional em grandes proporções, algo da ordem de 400 mil metros cúbicos do líquido –, terrenos, mão de obra barata, porque o ser humano é o que menos conta e o lucro é tudo – a glória.

Em verdade, mesmo no Maranhão, fora da ilha, haverá áreas mais adequadas a empreendimentos dessa natureza. Mas como tudo é para ser feito com o mínimo de

despesa e o máximo de ganho, então que o sacrifício seja o habitante da capital do Maranhão. Afinal, os donos e seus testas-de-ferro não vão morar por lá.

E como diz Haroldo Saboia, enquanto a ALCOA – esta multinacional de alumínio – receberá quase de graça bauxita, energia, transporte, água, terreno, mão de obra colonial, São Luís receberá o lixo como resultado imediato desta implantação. Lixo esse formado pelas emissões de resíduos sólidos, de lama vermelha, constituída na proporção quase igual ao dos produtos exportados, porém não de produtos que irão enfeitar as construções civis de gente “mais civilizada” que a nossa, mas sim de trióxido de ferro, de óxido de silício, de óxido de titânio, aquele mesmo que iniciou a esterilização do mar na Bahia – cianuretos, fluoretos, sódio, soda cáustica, penetrando no nosso solo arenoso, vão bater direto nos nossos depósitos naturais de água subterrânea e que quando carregados pela chuva – que ainda é muita em São Luís –, vão para nossos rios, lagos e mares.

E os favores e concessões a Alcoa apenas vão se somar a astronômica dívida externa brasileira, que o regime faz sempre questão de esconder, a fim de dizer que nossas dificuldades se devem apenas ao petróleo.

Mas o mais grave que a dívida externa é o fim da vida. O peixe, o sururu, o caranguejo, o camarão, o siri – que alimentam a metade da ilha, como a única fonte de proteínas da população, e que por outro lado se constitui em ganha-pão de milhares de pessoas – tudo isso vai desaparecer. O camarão da ilha, o peixe-pedra de Ribamar, a pescada amarela são artigos que vão passar para o já-era, para o era-uma-vez, para nós também já tivemos.

São Luís é uma ilha encravada entre duas baías – a de São Marcos e a de São José. Essa usina da Alcoa vai poluir essas duas baías e estuários do Itapicuru e do Mearim, além de destruir todos os mananciais de água da ilha.

O COMITÊ É UMA IDEIA

(Jornal Pequeno, 14 mai. 1981)

A Secretaria de Segurança proibiu até a praça da Alegria para a concentração pública. Essa medida foi adotada pela SEGUP depois que o Comitê de Defesa da Ilha de São Luís realizou um grande comício contra a ALCOA.

O Comitê é uma ideia que se difundiu por todo Brasil e pelo Exterior, ganhando adeptos, fortalecendo-se dia a dia.

Constitui uma frente de luta contra as indústrias que ameaçam a saúde humana, poluindo o meio ambiente. Representa a resistência popular contra as ALCOAS que querem destruir a nossa cidade, transformando-a em lixeira.

O Comitê vem realizando, com êxito, um trabalho de conscientização do povo, que participa ativamente desse grande movimento ecológico, que preocupa a Alcoa e o governo do Estado que serve a seus interesses, conivente na implantação da sua usina, altamente poluente, em São Luís.

NOVOS POVOADOS AMEAÇADOS DE INVASÃO PELA ALCOA

(Jornal Pequeno, 21 mai. 1981)

A ALCOA continua expulsando milhares de lavradores de suas terras, destruindo roças, fornos de farinha e habitações com seus possantes tratores. Está mandando e desmandando no Maranhão, tendo total apoio do governo do Estado.

Inhaúma e Igarauá, situados na faixa da Estiva, Quebra-Pote, Itapera, Jacamim e outros povoados do interior da ilha figuram no plano sinistro de devastação da poderosa multinacional norte-americana.

INDENIZAÇÃO VIL

A CDI vem oferecendo uma indenização vil aos habitantes de todas as localidades que a ALCOA quer ocupar, usando a pressão e a violência.

Fruteiras, casas, plantações de mandioca e inúmeras benfeitorias têm sido arrasadas pela ALCOA, que está exterminando a área do cinturão verde que abastece S. Luís.

POSTO PESQUEIRO AMEAÇADO

O Posto Pesqueiro, na zona rural de nossa cidade, encontra-se sob séria ameaça da ALCOA. Itapera possui mil pessoas, Jacamim 2.500, Quebra-Pote 4 mil, inhaúma 100 e Igarauá 100, totalizando 7.700 famílias humildes que vivem da lavoura, há longos anos.

É uma zona de buritizais, juçarais e reservas ecológicas virgens.

O TRABALHO DO COMITÊ

(Jornal Pequeno, 03 jan. 1982)

O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís desenvolveu um trabalho intenso em 1981. Foram realizadas reuniões, palestras e debates sobre problemas ecológicos, de que participaram grandes autoridade em poluição ambiental.

O Comitê promoveu, com êxito, uma concentração popular na Praça da Alegria contra a implantação da usina de alumina e alumínio da ALCOA na capital maranhense conquistou expressiva vitória no Tribunal de Justiça que garantiu, por 10 votos a zero, a realização do comício na praça Deodoro, concedendo a liminar, numa decisão que repercutiu muito bem no seio do povo.

O governo do Estado, profundamente abalado com essa fragorosa derrota no Judiciário Maranhense, conseguiu que o Presidente do Supremo Tribunal Federal suspendesse a liminar e o Comitê não pôde realizar a manifestação pública marcada para a Praça Deodoro.

Houve publicação de artigos e de vasto material sobre poluição, no Jornal PEQUENO, programas na Rádio Educadora, conscientizando o povo dos efeitos catastróficos da instalação do complexo industrial da ALCOA, em São Luís.

O ponto alto da luta do Comitê foi a Ação Popular que move na Justiça contra a ALCOA. O Comitê denunciou a montagem da base de foguetes em Alcântara, uma das mais importantes cidades históricas do Brasil.

MARIANA: AS CONSEQUÊNCIAS DO MAIOR DESASTRE AMBIENTAL DO BRASIL

Entre o luto e a saudade: um panorama do maior desastre ambiental do Brasil. Entenda as consequências da enxurrada de lama de rejeito da mineração

Caio Santos

(18 nov. 2015)

Quem chega em Gesteira, distrito rural no município de Barra Longa, MG, nunca vai imaginar que antes passava um córrego com água cristalina e havia um campo verde amplo na frente, onde bois e cavalos pastavam. Porque quem chegar hoje em Gesteira não verá um pasto, nem um animal ou um riacho. Verá apenas uma gigantesca lagoa de barro escuro onde antes era um vale. Os moradores descrevem para mim, entre o luto e a saudade, a paisagem onde cresceram e que, provavelmente, nunca mais verão na vida.

“Antes esta paisagem daqui era tudo verdinho com uma pastagem e tinha um rio com água clarinha. Acabou tudo.”—diz Claudiano da Costa, morador de Gesteira.

Mais de dez dias após a queda das barragens da mineradora Samarco, ainda se desconhece todas as extensões do impacto ecológico liberado na forma de 62 milhões de litros de lama residual da mineração. O barro de rejeitos saiu de Bento Rodrigues, na cidade histórica de Mariana, em Minas, e ainda percorrerá mais de 850 km até chegar ao

mar, deixando um rastro de destruição à fauna, à flora e às comunidades que estiverem em seu caminho. Só é preciso observar a área destruída—seja do leito do rio, seja do espaço—para compreender que é um dos maiores desastres ambientais na história do Brasil.

No entanto, ainda há muitas perguntas buscando entender como esta tsunami de lama afetou todo um ecossistema. Aqui está um panorama do que já sabemos.

Lama Tóxica?

Para ter compreensão do impacto é preciso primeiro entender qual é o conteúdo da enxurrada de lama que vêm das minas. Segundo a mineradora Samarco, as barragens apenas continham rejeitos de minério de ferro e manganês, misturados basicamente com água e areia. A empresa insiste que o material é inerte, não causando danos ao ambiente ou à saúde. No entanto, [análises](#) do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Baixo Guandu, ES, mostram a presença de diversos metais pesados na água do Rio Doce, como arsênio, mercúrio e chumbo.

Estes elementos são extremamente tóxicos ao ambiente e à saúde humana, sendo absorvidos nos corpos dos diferentes organismos e dificilmente eliminados. Normalmente, eles acumulam nos tecidos de seres vivos e, com o tempo, na própria cadeia alimentar. Ao ingerir a carne ou folhas contaminadas, o metal pesado não é processado, envenenando o bicho ou pessoa que consumiu a comida intoxicada. Com o tempo, os metais pesados podem gerar problemas sérios à saúde, como câncer, úlceras e danos neurológicos.

Na tarde de sábado, 14/11, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, apresentou um laudo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) negando a existência de metais pesados na água e contrariando os laudos de Baixo Guandu. Nesta quinta-feira, 12/11, uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também foi coletar amostras da lama e da água no Rio Doce para apurar o grau da devastação e verificar, entre outros aspectos, a presença de metais pesados. Ainda resta esperar os resultados da investigação dos cientistas mineiros, que devem chegar no decorrer da semana

Milhares de pessoas sem água

A cidade mais afetada pelos rejeitos da Samarco é também a maior da bacia do Rio Doce: Governador Valadares, MG, com 280 mil habitantes. Mesmo a 300 km de Mariana, sua SAAE, em laudo preliminar da água, encontrou um nível de turbidez oitenta vezes maior do que o tolerável, além de níveis de ferro que chegaram a superar

treze mil vezes o tratável. Esta condição insalubre do rio fez com que o abastecimento de água fosse cortado no domingo, 08/11. Dois dias após a interrupção, a prefeita Elisa Costa declarou estado de calamidade pública.

“Todo o dia esse caos. Todo dia gente transportando água. Todo mundo carregando água como pode”, descreve de Marcos Renato, habitante da cidade. Em longas filas, a população gasta horas em pontos de distribuição de água, sofrendo, além da seca e da sede, das altas temperaturas. *“Estamos atendendo normalmente nas unidades de saúde e nos preparando para possíveis doenças que venham a surgir pela falta de água e pelo uso da água contaminada. Enfim, a situação aqui não está nada fácil”* comenta Flávia França, médica local e membro da Rede de Médicas e Médicos Populares.

Segundo a prefeitura do município, as companhias Samarco e Vale fizeram pouco ou mal esforços para ajudar a população. Na sexta-feira, 13/11, em nota ela comunicou que a mineradora só tinha aceitado pagar os caminhões pipa. Mais tarde do dia, a primeira remessa de água, com 280 mil litros, estava contaminada com querosene, não servindo para consumo. A situação só começou a melhorar no sábado, quando o governador de Minas, Fernando Pimentel, anunciou o uso de um coagulante que permitirá o tratamento da água. A substância facilita a separação da lama e da água, permitindo assim que ela seja filtrada e volte a ser potável. A expectativa é que o abastecimento na cidade retorne nesta segunda-feira, dia 16/11.

CONSTRUÇÃO DE TERMINAL PORTUÁRIO PRIVADO AMEAÇA MORADORES DA COMUNIDADE CAJUEIRO

Cunha Santos

(10 mai. 2016)

Na pretensão de instaurar um Terminal Portuário privado na comunidade de Cajueiro, próximo à Vila Maranhão, a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais vem infernizando as vidas dos moradores daquela comunidade. Cerca de 170 famílias se sentem ameaçadas por capangas e por constantes tentativas de compra das posses dos moradores.

O caso já chegou ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela que constatou, pessoalmente, na última sexta-feira, as presenças de jagunços travestidos de segurança na área. Em reunião na Superintendência de Polícia Civil do Interior, da qual participaram, além do secretário, o superintendente Dival

Gonçalves, o representante legal da WPR, Dr. Fabiano Figueiredo, o presidente da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, além de alguns moradores da área, o secretário Jefferson Portella disse: “Enquanto eu for Secretário de Segurança, ninguém faz capangagem no Maranhão”. E disparou: “Para a Polícia do Maranhão, existe dois tipos de gente: criminoso e não criminoso, o patrimônio não importa”. O secretário entende que as presenças de homens sem carteira assinada, sem crachá de segurança e com armas ocultas no matagal, como a polícia constatou, é crime. E instou o representante legal da empresa em São Luís, Dr. Fabiano Figueiredo, a não permitir que a empresa use força armada em contato com os moradores.

Defensoria Pública

Na ocasião, foi dado conhecimento de sentença prolatada pelo juiz Clésio Coelho Cunha, em face de Medida Cautelar do defensor público Alberto Tavares de Araújo Silva. Os principais argumentos da Defensoria Pública contra a WPR são os de que na comunidade do Cajueiro existem famílias que possuem título condominial de propriedade expedido pelo governo do Estado desde 1999 e que a área onde a WPR pretende instalar o empreendimento portuário está dentro do projeto de criação da reserva extrativista de Tauá-Mirim.

Em síntese, a Medida Cautelar da Defensoria Pública pede que a WPR se abstenha de realizar, direta ou indiretamente, quaisquer atos que ensejem a aquisição de propriedades ou da posse de proprietários e/ou possuidores de imóveis inseridos na área pretendida para o empreendimento portuário. (compra de casas e terras dos moradores); que se abstenha de praticar, direta ou indiretamente, quaisquer atos contrários ao livre exercício da posse pelos integrantes da Comunidade Cajueiro e de que o Estado do Maranhão não dê seguimento ao processo de licenciamento do Terminal Portuário de São Luís. Pedidos que já foram, inclusive, deferidos liminarmente pelo juiz Douglas de Melo Martins.

A sentença

O juiz Clésio Coelho Cunha julgou parcialmente procedente a Medida Cautelar proposta pela Defensoria Pública. Em suma, até o julgamento do mérito, a WPR poderá dar continuidade ao processo de licenciamento junto à Secretaria de Meio Ambiente, mas está impedida de praticar quaisquer atos contrários ao livre exercício da posse pela comunidade Cajueiro, dentre os quais realizar plantações, construções e o extrativismo, transitar livremente pelas vias públicas e pescar nas praias de Panauaçu e Cajueiro.

Desde 2004

Na próxima quarta-feira, o secretário Jefferson Portela, juntamente com outros membros da cúpula da Secretaria de Segurança, se reunirá com um representante legal nacional da WPR, quando deve repetir que a Secretaria de Segurança não vai aceitar qualquer forma de violência contra os moradores do Cajueiro. “Se houver violência, peço a prisão dos dirigentes da WPR e caberá à Justiça acatar o pedido ou não”, disse.

Os problemas da comunidade com essa empresa começaram em 2014 segundo informou Davi de Jesus Sá, presidente da União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro, quando apareceram por lá algumas pessoas com a proposta de construir um porto privado.

O processo de licenciamento vem do governo passado e, segundo ele, foi suspenso pelo governo Flávio Dino. Mas há cerca de 2 meses surgiu um novo cadastro, que estaria sendo elaborado sob os auspícios de Fernando Fialho, ex-secretário de Roseana Sarney. É o mesmo que, segundo denúncias na Assembleia, construiu estradas num povoado que não existia.

Davi de Jesus Sá informou, ainda, que está correndo no Cajueiro um abaixo assinado “para saber quem quer o Porto e quem não quer”. “Antes, eles só queriam tirar uma parte das famílias do Cajueiro; agora querem tirar todo mundo”, lamentou.